

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MARICELIA PADILHA DA COSTA**

**PROTAGONISMO JUVENIL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA  
(UM ESTUDO SOBRE O PROJETO AGENTE JOVEM EM CUIABÁ-MT)**

Cuaiabá – MT

2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MARICELIA PADILHA DA COSTA**

**PROTAGONISMO JUVENIL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA**  
**(UM ESTUDO SOBRE O PROJETO AGENTE JOVEM EM CUIABÁ-MT)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação (Área de concentração Educação, Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular; Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia) sob a orientação do Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

Cuiabá-MT

2005

C837p Costa, Maricelia Padilha da  
Protagonismo juvenil e consciência política: um estudo sobre o  
Projeto Agente Jovem em Cuiabá-MT/ Maricelia Padilha da Costa. Cuiabá:  
UFMT/IE, 2005.  
132 p.:il.color.

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação (Área de Concentração: Educação, Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia) sob a orientação do Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcelos Motta.

Bibliografia: p. 119-125

CDU- 37-014.53(817.2)



## AGRADECIMENTOS

*A minha família* constituída por *Paulino, Antonio e Mateus* que suportaram com resignação as ausências, as explosões de temperamento durante todo o período do mestrado.

*Aos meus pais* cuja educação escolar não passou do ensino médio, mas que sempre incentivaram suas ‘crias’ a buscar o topo.

*Ao Professor Silvio Fidelis* que foi o incentivador para que eu pudesse fazer o mestrado. As minhas ‘madrinhas mestras’ *Sandra e Sueli* que me orientaram na elaboração do anteprojeto para a seleção.

*A Ednéia Alves Homem*, que pela sua experiência no grupo de pesquisa da UNIRONDON, e sua paixão pelos jovens que foram seus “alunos” e pelo bairro Pedra Noventa dedicou muitas horas de seu tempo para a realização das visitas ao jovem sempre com muito bom humor e boa vontade. *A Elei* que também me ajudou a localizar os seus alunos, e *ao Vinícius* que também foi meu guia.

*A Diná e Divina* que colaboraram nas entrevistas.

*A Marilu*, que dentre as colegas do mestrado e do grupo de pesquisa se tornou uma amiga.

*Aos jovens* que participaram desse trabalho e prontamente responderam ao instrumento de pesquisa.

*Ao professor Hiran*, que sempre voluntária e pacientemente deu o suporte técnico necessário para a digitação de meu trabalho.

*A Professora Doutora Maria Aparecida Morgado*, coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia, com a qual desde a entrevista estabeleci uma empatia que ao longo desse tempo foi aumentando por sua exigência, seu incentivo e apoio.

*Ao Professor Doutor Antonio Carlos Maximo*, que fez parte da banca examinadora e desde as aulas criticou positivamente ao trabalho com vistas a melhorá-lo.

*À Professora Doutora Regina Vinhaes Gracindo* que mesmo com toda sua ocupação profissional, simpaticamente aceitou fazer parte da banca examinadora e com muita generosidade ajudou na conclusão do trabalho.

E finalmente, *ao Professor Doutor Manoel Francisco de Vasconcellos Motta*, que soube conduzir com muita competência e cuidado o caminho desta pesquisa. E que por ser citado por ultimo, será sempre o primeiro.

***Muito obrigada!***

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Motivo da escolha da escola	88
Figura 2.	Reprovação escolar	88
Figura 3.	Evasão escolar	89
Figura 4.	Pais vivos	90
Figura 5.	Pais juntos	91
Figura 6.	Número de irmãos	94
Figura 7.	Participação dos pais nos movimentos sociais	94
Figura 8.	Trabalho dos jovens	96
Figura 9.	Interesse por leitura	96
Figura 10.	Participação em grupos de jovens	98
Figura 11.	Possui título de eleitor	99
Figura 12.	Com qual idade tirou o título	99
Figura 13.	Motivo da escolha do candidato	101
Figura 14.	Conhece algum movimento organizado na comunidade	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Municípios de Mato Grosso que desenvolvem o Projeto Agente Jovem	24
Tabela 2.	População entre 10 e 24 anos em Cuiabá segundo o sexo	34
Tabela 3.	Bairros onde se desenvolvem o Projeto Agente Jovem – 2002	37
Tabela 4.	Locais onde se desenvolvem o Projeto Agente Jovem – 2002	40
Tabela 5.	Locais e Bairros onde se desenvolvem o Projeto Agente Jovem – 2004	41
Tabela 6.	Período de realização do projeto 2002 e 2004	42
Tabela 7.	População Jovem no Bairro pedra 90	43
Tabela 8.	Protagonismo político e social dos jovens	54
Tabela 9.	Escolaridade	87
Tabela 10.	Motivo da evasão escolar	89
Tabela 11.	Estudar para quê?	90
Tabela 12.	Curso universitário que desejam cursar no futuro	90
Tabela 13.	Mora com quem?	92
Tabela 14.	Profissão do pai	92
Tabela 15.	Profissão da mãe	93
Tabela 16.	Escolaridade dos pais	93
Tabela 17.	Lazer dos jovens	95
Tabela 18.	Tipo de leitura	97
Tabela 19.	Participação na eleição de 2002	100
Tabela 20.	Participação na eleição de 2004	100

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
CASB	Centro de Atendimento Social Básico
CIACA	Centro Integrado de Atendimento a Criança e Adolescente
CMU	Centro de Múltiplo Uso
DPI	Diretoria de Pesquisa e Informação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
IPDU	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
MAS	Ministério da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PROSOL	Fundação de Promoção Social
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SMBES	Secretaria Municipal de Bem Estar Social
IPESE	Instituto de Pesquisa Sociais
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

*Existe algo que nos move, uma força que alguns acham que vem dos cosmos,  
dos cristais, de um ser superior, de dentro de cada um de nós, que nos  
impulsiona a cada momento nesta difícil tarefa de **viver e ser feliz...**  
A essa pulsão de vida dedico o meu trabalho.*

## RESUMO

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi uma das ações de políticas públicas voltada para os jovens, idealizado e implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002). Nele o jovem receberia preparação e capacitação, que os habilitaria a exercer sua cidadania, tornando-o um protagonista juvenil. O projeto existe em Cuiabá desde 1999. Esta pesquisa teve como alvo a participação dos jovens no Projeto Agente Jovem, se essa proposta levou o jovem a uma maior atuação na comunidade e se contribuiu para a formação da consciência política desses jovens. Para a análise, consideramos o período de sua implantação até dezembro de 2002. Este Estudo fundamenta-se numa perspectiva qualitativa, e nos permitiram interpretar até que ponto a participação do jovem no projeto contribuiu para a formação da sua consciência política. Os dados mostram que a mobilização para a participação no projeto ocorre em razão do recebimento da bolsa e menos pela intenção de uma participação social e política. Não há evidências de que a participação no projeto levou o jovem a uma maior atuação social e política na comunidade. Uma leitura fundamentada numa perspectiva marxista nos leva a considerar que propostas com a fundamentação, política e pedagógica, como a encontrada no Projeto Agente Jovem não aponta para a formação de uma consciência política entendida segundo a tradição teórica que se fundamenta em Marx.

Palavras chaves: protagonismo juvenil, consciência política, políticas públicas.

## ABSTRACT

The Project Young Agent of Social Development and Human was one of the actions of public politics come back for the youths, made and implanted in the government of Fernando Henrique Cardoso (1998 to 2002). In its the youth would receive preparation and qualification, that the would make them able to exercise his citizenship, becoming him a youthful protagonist. The project exists in Cuiabá since 1999. These researches had like aim to the participation of the youths in the Project Young Agent, if that proposal led the youth to a bigger action in the community and itself contributed for the formation of the political conscience of those youths. For the analyzes, we consider the period of its beginning until December of 2002. This Study substantiate-itself in a qualitative perspective, and permitted us to interpret to that point the participation of the youth in the project contributed for the formation of its political conscience. The facts show that the mobilization for the participation in the project occurs on account of the receipt of the purse and less by the intention of a political and social participation. There are not evidences in the project led the youth to a bigger social action and politics in the community. A reading substantiated in a perspective Marxist in the tappet to consider that proposals with the political-pedagogical substantiation as it found in the Project Young Agent do not aim for the formation of a political conscience understood second the theoretical tradition that itself substantiate in Marx.

Key words: youthful protagonist, political conscience, public politics

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>PARTE I</b>	
<b>O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL</b>	21
<b>CAPITULO 1 O PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO</b>	22
1.1 O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	22
1.2 O Projeto Agente Jovem em Cuiabá	34
1.4 O Projeto Agente Jovem no bairro Pedra 90	43
<b>CAPITULO 2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	46
2.1 Juventude	46
2.2 Políticas Públicas para a Juventude	55
<b>CAPÍTULO 3 PROTAGONISMO JUVENIL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA</b>	69
3.1 Protagonismo Juvenil	69
3.2 Consciência Política	75
<b>PARTE II</b>	
<b>TRANSFORMAR-SE EM PROTAGONISTA SIGNIFICA FORMAR CONSCIÊNCIA POLÍTICA?</b>	84
<b>CAPITULO 4 UMALENTE SOBRE OS AGENTES JOVENS</b>	85
4.1 Conhecendo os Agentes Jovens	85

4.2	Características Pessoais	86
4.3	Processo de escolarização	87
4.4	Caracterização Familiar	91
4.5	Vida Social	95
CAPITULO 5 UMA LENTE SOBRE OS ORIENTADORES SOCIAIS		105
5.1	Características pessoais	105
5.2	Atuação no Projeto	107
5.3	Avaliação do Projeto	110
RUMO A UMA CONCLUSÃO		116
REFERÊNCIAS		119
ANEXOS		126

## INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender e analisar se a proposta do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano se contribuiu para a formação da consciência política, entendida como na tradição marxista, enquanto consciência de classe, dos jovens participantes do projeto.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, implantado em Cuiabá, desde 1999, foi uma das ações de políticas públicas idealizadas pelo governo federal no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O projeto procura trabalhar a implantação do conceito de protagonista juvenil, que é um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais; nele os jovens deveriam receber preparação que lhes permitiria exercer sua cidadania, para atuar em suas regiões, no apoio às áreas de saúde, justiça e meio ambiente. O referido projeto tem característica de educação não escolar, visando à inserção ao processo educacional formal e sistematizado.

O interesse pelo tema surgiu de minha própria vivência como coordenadora do Projeto Agente Jovem, no período de julho a dezembro de 2002, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social de Cuiabá; onde pude conhecer e contatar com os jovens agentes, os orientadores e capacitadores. Percebia que, no contexto social em que os jovens viviam, a participação no projeto era motivada mais pela bolsa recebida e menos pela intenção de tornar-se protagonista e participar politicamente em sua comunidade, como era entendida a participação no projeto. O projeto, portanto, parecia ser para eles uma alternativa de renda possível, o que me levou a indagar se os objetivos do projeto poderiam ser alcançados nesse quadro posto.

Começa-se aí o aprofundamento de questionamentos da dinâmica do processo. O principal objetivo do projeto em estudo seria o de tornar o jovem protagonista. Qual o significado político de ser protagonista? Era possível essa formação? Mas, que tipo de protagonista se pretendia formar? Ser protagonista contribuía para a politização desses jovens? Que politização era essa? Ancorada em uma abordagem liberal ou uma politização no entendimento marxista?

Esta pesquisa buscou confrontar as possíveis contribuições para a participação social e política propostas no Projeto Agente Jovem com a tradição marxista. Para tal utilizamos fontes empíricas: questionário (Anexo A) com os jovens que participaram do Projeto Agente Jovem. Entrevista (Anexo B) com os orientadores.

Foi necessária, primeiramente, a realização de uma revisão bibliográfica que desse o suporte teórico para a compreensão das diferentes abordagens políticas, estabelecendo um diálogo entre a abordagem liberal e a tradição marxista, para entender como se constroem e efetiva-se as políticas públicas e que política é essa; e como elas podem contribuir para a formação político-pedagógica do jovem.

A idéia inicial era trabalhar com a totalidade dos agentes jovens que participaram do projeto em 2002, mas só foi possível localizar 30 desses participantes. Não consideramos esse número uma amostra estatística, pois a análise dos dados vai além do traduzido objetivamente porque considera a subjetividade dos mesmos. Conforme Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. Foram contatados 30 jovens de um total de 75 (setenta e cinco) que participaram do projeto no bairro Pedra 90 no ano de 2002, considerando o recorte da pesquisa da implantação a 2002, sendo que nos anos de 2000 e 2001 o projeto acontecia apenas nos núcleos do Jardim Colorado e Jardim União.

Para a localização desses sujeitos participantes do questionário a atuação de uma das orientadoras e o contato prévio com um jovem partícipe em 2002, e que continuou participante em 2003 e 2004 foi essencial para o êxito da pesquisa. O contato com os jovens e suas famílias foi bastante positivo devido à recepção dos mesmos que falavam com franqueza sobre a participação no projeto, o que contribuiu para um melhor entendimento do fenômeno. As dificuldades em encontrar esses agentes foram inúmeras, ora porque mudaram com a família ou porque casaram, ora porque estavam trabalhando, levando-nos a perceber que esses jovens casam-se muito cedo e vários já tinham filhos.

Houve nessas visitas um fato interessante, ao visitar uma jovem que havia casado, sua mãe não entendeu o sentido da visita, pensando que se tratava de uma oportunidade para sua filha voltar ao projeto ou uma proposta de emprego.

Os sujeitos desta pesquisa são os jovens que participaram do *Projeto Agente Jovem* de desenvolvimento social e humano no ano de 2002, nos núcleos do bairro Pedra 90.

Segundo Peralva (1997, p. 22), “a juventude é uma condição e uma representação fundada em critérios históricos e sócio-culturais” portanto extremamente variável no tempo e no espaço.”

A constituição recente da categoria juventude como problema de investigação no campo da sociologia, psicologia e, mais recentemente, na educação, aponta para a necessidade de compreendermos a juventude enquanto problema de investigação e não problema social. Na sociologia a juventude tem sido historicamente considerada como fase da vida caracterizada por certa instabilidade relacionada com alguns problemas sociais vinculados à crise de valores, conflitos de gerações e mais, recentemente, a desvios socialmente engendrados. Na psicologia como fase da vida marcada pela instabilidade emocional, conflitos de identidade, de revolta. Nessas duas abordagens geralmente os aspectos negativos dos adolescentes ou jovens são mais frequentemente privilegiados. Na educação buscamos uma nova abordagem da juventude, considerando a sua contribuição para a construção histórica da sociedade contemporânea.

Sempre que se fala em juventude o critério etário, explícita ou implicitamente, se encontra presente como base para sua definição. O fator etário desempenha um papel crucial no entendimento de muitas características das sociedades modernas, referentes ao estilo de vida, de lazer, consumo, relações cotidianas, sobretudo pela institucionalização do curso da vida, cronologizado. A modernidade ocidental, de certa forma organiza as idades cronologizando crescentemente as fases da vida institucionalizadas pelo Estado, como parte da racionalização da vida social, organizando o próprio sistema educacional regulando deveres e direitos políticos, civis, trabalhistas e de seguridade social; relacionando a idade à entrada e saída no mercado de trabalho, na escola, no acesso ao lazer.

Em suma, o critério etário não pode ser descartado embora deva ser relativizado, visto que juventude não se limita a uma determinada geração por ser, sobretudo, uma representação ou criação simbólica associada a comportamentos e atitudes.

Este estudo foi dividido em duas partes, para atender as questões propostas. Na Parte I apresentamos o problema de investigação, questões teóricas, metodológicas e conceituais e a

análise dos documentos relativos ao *Projeto*. Esta parte é composta por três capítulos. O Capítulo 1 traz a descrição do *Projeto Agente Jovem* de desenvolvimento social e humano, enquanto programa da política pública do governo federal, bem como o projeto em Cuiabá historicamente contextualizado, seu atendimento, investimento, parceiros, em suas múltiplas relações com outros aspectos da estrutura social.

No Capítulo 2 apresentamos algumas considerações sobre o tema juventude e a natureza da participação política dos jovens na sociedade. Para abordar a questão das políticas públicas para a juventude, primeiramente procuramos refletir sobre conceitos que nos auxiliariam a compreender melhor o fenômeno.

Não se pode trabalhar com um único conceito de juventude, mas com uma multiplicidade de condições juvenis, já que existem diversas formas de entender o jovem de acordo com o lugar e o tempo onde se encontra e as condições em que vive. Não seria possível encaixá-la dentro de um conceito unânime, pois como categoria histórica, social e cultural apresenta-se um leque de conceitos; considerando não ser esta a categoria principal, a proposição neste trabalho é entender um pouco mais sobre o jovem, esta fase da vida importante para a sociedade, para melhor analisar os sujeitos participantes desta pesquisa. Marília Spósito diz que “seria quase impossível recorrer a um uso da categoria jovem que se imporia de modo igual a todos os pesquisadores” (SPÓSITO, 1997 p.38).

No Capítulo 3 apresentamos o conceito de protagonismo juvenil nas visões liberal e dos movimentos sociais e um contraponto possível da tradição marxista que aponta para a formação da consciência política. Ao se tratar de consciência política o que se buscou foi criar condições para a análise do material empírico coletado, quanto às questões de formação da consciência política dos agentes participantes de um programa, que fez parte das políticas públicas de um governo cujos princípios pautaram-se na tradição liberal.

A discussão sobre a formação da consciência política será fundamentada na tradição Marxista sobre esta questão, em que se afirma que existe uma distinção entre *classe em si* e *classe para si*. Conforme encontrado em Marx, na *Miséria da Filosofia* (2001, p. 151): “Essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, constitui-se em classe para si mesma”. Considerando que a classe para si é aquela que tem consciência

política de seu papel na sociedade. Pretende-se que este seja o conceito chave para a análise dos dados da pesquisa. Ao analisar a formação da consciência dos jovens participantes do projeto, não se pode perder de vista as relações sociais desses sujeitos num contexto historicamente determinado.

Na Parte II nos propomos à análise dos resultados da investigação empírica realizada através de questionários aplicados aos sujeitos e entrevistas com as orientadoras que participaram do projeto. No Capítulo 4, são trabalhados os dados obtidos na pesquisa empírica, apresentando as realidades estudadas, focalizando os jovens agentes e as inter-relações entre sua condição social, participação na comunidade, relação com a escola, práticas culturais e de sociabilidade e também do desenvolvimento do projeto e o significado do jovem tornar-se um protagonista, verificada nas entrevistas das orientadoras, constantes do Capítulo 5.

Este estudo foi proposto dentro de uma opção que considera a integração e a complementaridade do corpo teórico com os procedimentos metodológicos, não fazendo separações dicotômicas entre métodos e técnicas, portanto as opções técnicas empíricas estão associadas às opções teóricas na construção do objeto de estudo. Estas questões teórico-metodológicas vinculam-se à discussão epistemológica inerente à constituição da Ciência como conhecimento que se opõe ao conhecimento do senso comum, espontâneo sem, contudo, descartá-los. A constituição de ciência exige a ruptura da representação e interpretação do senso comum, para um aprofundamento teórico no campo científico.

Com o objetivo de verificar a formação da consciência política dos jovens que participaram do *Projeto Agente Jovem*, utilizamos a tradição marxista como recurso para ancorar este estudo. Nessa tradição a consciência é tida como aquela vem de fora, que se forma num processo dialético de educação, num processo dialético de luta de classes. Para tanto recorreremos à bibliografia sobre os assuntos desenvolvidos no trabalho, à análise de documentos oficiais, ao uso de dois instrumentos de pesquisa de campo, questionário com os agentes e entrevista com as orientadoras. Esses dois instrumentos possibilitaram a coleta de dados complementares entre si, que foram utilizados no momento da análise mais sistemática registrado na Parte II, de acordo com a maior ou menor adequação de uns e de outros ao fim desejado referente à análise do fenômeno em estudo, buscando entender como historicamente tornar-se ou não “protagonista” foi determinado pelas condições de existência de classes sociais numa sociedade capitalista.

Questionários e entrevistas são instrumentos mediadores na exteriorização das expressões de subjetividade, sendo que o questionário permite uma maior objetivação e a entrevista pode ser considerada como uma conversa a dois com propósitos bem definidos, e cabe ao entrevistador a habilidade de abstrair respostas que atendam ao problema de pesquisa.

O recorte temporal para esta pesquisa foi da implantação do *Projeto* no ano de 1999 até 2002, quando se encerra o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, pois o *Projeto* foi uma das ações de políticas públicas de seu governo. A análise documental considera esse período e a seleção dos sujeitos da pesquisa considera os jovens, orientadores e capacitadores que participaram no ano de 2002. As unidades selecionadas foram as três que aconteciam no bairro Pedra 90, por ter sido este o bairro a atender maior número de jovens.

Os sujeitos desta pesquisa são jovens moradores do bairro Pedra 90 que freqüentaram o projeto agente jovem no ano de 2002, em qualquer uma das três unidades, oriundos de camadas populares, estudam ou estudaram em escolas públicas, e poderiam estar em situação de risco e vulnerabilidade social.

A presente investigação procurou trabalhar com dados que nos permitissem relacionar os condicionantes sociais remotos políticas públicas com os condicionantes sociais mais próximos participação na comunidade, tendo como foco a participação dos jovens na comunidade.

O questionário foi elaborado de modo a produzir um conhecimento objetivado da identidade social dos agentes quanto à idade, gênero, condições sociais, origem social familiar, escolaridade dos pais, trabalho, escolaridade do jovem, algumas práticas culturais e de lazer, além de obter algumas indicações sobre a participação política do jovem perante a sociedade atual. O questionário de questões fechadas possibilitou a análise de algumas regularidades, bem como apreender a identificação social dos agentes jovens, permitindo o acesso a um leque significativo de informações. Os questionários foram aplicados pela pesquisadora nas casas dos agentes, quando também se observavam detalhes do cotidiano familiar que pudessem ajudar na interpretação dos dados. Essas visitas nas casas dos jovens possibilitaram observação de exteriorizadores da condição social da família presentes na moradia, no vestuário, na fala das mães que sempre estavam presentes na aplicação dos questionários, e também de aspectos referentes aos traços culturais.

Foram realizadas entrevistas com as três orientadoras que trabalharam nas unidades do Pedra 90. Constavam de perguntas abertas que, no decorrer das conversas, foram sendo aprofundadas pela entrevistadora. Estas foram gravadas em fita cassete com autorização das informantes e transcritas. As entrevistadas falavam com naturalidade não negando informações, mesmo que as considerassem comprometedoras.

Durante todo o processo de pesquisa procurou-se estabelecer um processo dialético entre as várias etapas da mesma, desde a colocação do problema, a definição de conceitos até a análise dos dados, procurando adequar os procedimentos de obtenção dos dados com uma análise ancorada na tradição teórica marxista.

Este trabalho foi desenvolvido vinculado ao projeto de pesquisa: “Educação da Juventude em Mato Grosso: Impasses e Perspectivas Político – Pedagógicas” no Grupo de Pesquisa “Educação, Jovem e Democracia”, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, na área de concentração: Educação, Cultura e Sociedade no Programa de Pós Graduação em Educação da UFMT.

**PARTE I**

**O JOVEM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

## CAPÍTULO 1

### PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

A intencionalidade deste capítulo é apresentar o *Projeto Agente Jovem* de Desenvolvimento Social e Humano na versão elaborada pela Secretaria de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social, quando da implantação do projeto nos municípios; e a versão intitulada Projeto Técnico apresentada pelo município de Cuiabá como critério para participação e o desenvolvimento do mesmo. Nota-se que a justificativa, os objetivos, enfim a essência do projeto não diferem nas duas versões.

#### 1.1 PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

O *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*<sup>1</sup> foi uma iniciativa do Governo Federal, idealizado e implantado no mandato de Fernando Henrique Cardoso, que governou o país de 1995 a 2002. Foi criado em 1999, mas apenas em 19/12/2001 a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) publica a portaria 879, de 03 de dezembro de 2001, estabelecendo normas e diretrizes para o projeto, que por ter sido publicada com incorreções do original é republicada em 04 de abril de 2002.

O *Projeto*, inicialmente uma política de governo, pode ser considerado, hoje, uma política de Estado, a partir do momento em que continua a ser desenvolvido pelo governo federal talvez essa opção se deve ao fato de que o referido projeto tenha financiamento de recursos externos.

---

<sup>1</sup> A partir de agora para se referir ao projeto usaremos o nome Projeto Agente Jovem.

Entendendo política de governo aquelas que se iniciam e se encerram num mesmo mandato governamental, não conseguem transcendê-lo, enquanto que as políticas públicas de Estado permanecem, independentemente de partidos e governos.

Ao assumir o governo o presidente Luis Inácio Lula da Silva cria o Ministério da Assistência Social (MAS), o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e a Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família, esta vinculada à Presidência da República que passam a desenvolver os programas sociais criados no governo anterior, entre eles o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, e os novos programas como o Fome Zero. Em 23 de janeiro de 2004, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva cria o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o objetivo de investir no aumento da intersetorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social, o combate à fome, a erradicação da pobreza e desigualdades sociais.

A Medida Provisória nº 163 transfere as competências do MAS, do MESA e da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que passa a ser o coordenador das políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda da cidadania. Cabe ainda ao MDS a articulação de ações com os governos estaduais, municipais, bem como estreitar o relacionamento com a sociedade civil, no estabelecimento das diretrizes dessas políticas. A gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, órgão responsável em gerir os recursos destinados às políticas de assistência social, também está a cargo do MDS. É atribuição do MDS a coordenação, a supervisão, o controle e a avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda de governo federal. Portanto responsável pelo repasse de recursos financeiros para os municípios que desenvolvem os Projetos Agentes Jovem, que é um Serviço de Ação Continuada (SAC), isto é uma vez firmado o convênio com os municípios estes passam a receber os recursos regularmente sem a necessidade de renovação anual deste.

Inicialmente os municípios habilitados a participarem do programa deveriam ser as capitais dos Estados, em função do diagnóstico que mostra aí haver maior concentração de jovens e maior prevalência de problemas envolvendo essa faixa etária; mais tarde amplia-se para que os demais municípios possam participar.

O município de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, foi uma das capitais escolhidas para a implantação deste projeto. No segundo semestre de 2004 o Projeto estava presente nos municípios do Estado de Mato Grosso, descritos na Tabela 1:

**Tabela 1. Municípios de Mato Grosso que desenvolvem o Projeto Agente Jovem**

Nº	Municípios	Jovens Atendidos	Recurso Anual *
01	Alta Floresta	25	R\$ 25.000,00
02	Araputanga	25	R\$ 25.000,00
03	Cáceres	25	R\$ 25.000,00
04	Cláudia	25	R\$ 25.000,00
05	Cotriguaçu	25	R\$ 25.000,00
06	Cuiabá	650	R\$ 650.000,00
07	Dom Aquino	25	R\$ 25.000,00
08	Indiavaí	25	R\$ 25.000,00
09	Jangada	25	R\$ 25.000,00
10	Juara	25	R\$ 25.000,00
11	Lambari D'Oeste	25	R\$ 25.000,00
12	Marcelândia	25	R\$ 25.000,00
13	Mirassol D'Oeste	25	R\$ 25.000,00
14	Nova Mutum	25	R\$ 25.000,00
15	Peixoto de Azevedo	25	R\$ 25.000,00
16	Poconé	25	R\$ 25.000,00
17	Pontes e Lacerda	25	R\$ 25.000,00
18	Poxoreo	25	R\$ 25.000,00
19	Salto do Céu	25	R\$ 25.000,00
20	União do Sul	25	R\$ 25.000,00
21	Vera	25	R\$ 25.000,00
	Total	1.150	R\$1.150.000,00

Fonte: Fundação de Promoção Social – PROSOL\* recurso proveniente do governo federal

O financiamento do projeto é feito com a participação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal em regime de co-financiamento. Pode contar também com patrocinador privado, conforme prevê o projeto que justifica que esse tipo de iniciativa estimula a responsabilidade social do empresariado, como é o caso da empresa White Martins que, na época da implantação, proveu apoio financeiro para 1.500 agentes jovens em todo o Brasil, sendo 25 em Cuiabá; parceria que se manteve até outubro de 2004, quando a empresa oficializou sua saída do projeto; cujo núcleo passa a ser assumido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme informações constantes em ofício encaminhado à PROSOL. O governo federal investe R\$1.000,00 (um mil reais) anualmente, para cada jovem inserido no projeto. Os recursos são

utilizados para o pagamento da bolsa mensal ao agente jovem, bolsa mensal ao orientador social e pagamento de *pró labore* aos capacitadores.

A Fundação de Promoção Social, órgão do governo estadual responsável pela política de assistência social, financia o monitoramento, a capacitação e supervisão dos programas. Aos municípios cabem as responsabilidades pela coordenação local, a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do programa, bem como o apoio às atividades na comunidade.

Nem a PROSOL, nem a SMBES disponibilizaram os valores gastos com o projeto, considerando que este não possui um orçamento próprio, suas ações são financiadas dentro das ações de rotina das instituições, como por exemplo, no caso das diárias concedidas aos técnicos que acompanham a execução do projeto nos municípios do interior do estado.

Quando da sua elaboração o *Projeto* previa que os jovens participantes do programa deveriam ser *alfabetizados e carentes*, oriundos de famílias cuja renda *per capita* não ultrapassasse meio salário mínimo. A portaria 879/ SEAS de 03 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 04/04/2002, nas páginas 36 e 37, estabelece novas normas e diretrizes para o *Projeto Agente Jovem*, sua criação e implantação estão pautadas na Emenda Constitucional nº 20, cuja justificativa seria buscar definir uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, que não configure trabalho, mas que possibilite sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que os preparem para futuras inserções no mundo do trabalho. E para tal estabelece como objetivos:

- *Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;*
- *Promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade;*
- *Desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade;*
- *Contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada;*
- *Desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho (Diário Oficial da União p. 36) .*

Os Princípios do *Projeto* são a Centralidade na Família e o Protagonismo Juvenil. As diretrizes do projeto explicitam esses dois princípios, como centralidade na família o projeto prevê atividades socioeducativas envolvendo as famílias com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, e facilitar a inclusão na vida sociocomunitária. E entende o Protagonismo Juvenil como uma forma de estimular que o jovem possa construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária. Trata-se de oportunizar ao adolescente vivência concretas, como etapa imprescindível para o seu desenvolvimento pessoal e social plenos.<sup>2</sup>

As principais características do projeto estão contidas na concepção, público-alvo, critérios de elegibilidade, seleção dos municípios e dos jovens. Por concepção o *projeto* entende que:

é uma proposta da SEAS destinada ao segmento juvenil, que por meio de um conjunto articulado de ações busca assegurar a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade como protagonista no processo de desenvolvimento de seu meio e do exercício pleno de sua cidadania (Diário Oficial da União p.36).

O Público-Alvo a qual o programa destina-se a atender são *os jovens de 15 a 17 anos considerados em situação de vulnerabilidade e risco social*, pertencente a famílias *com renda per capita de até meio salário mínimo*, com prioridade para aqueles que:

- Estivessem fora da escola;
- Fossem egressos de programas sociais;
- Atribuiu-se o cometimento de atos infracionais / medida sócio-educativa / (egressos ou em liberdade assistida);
- Estivessem sobre medida protetiva (Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Fossem oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual.

---

<sup>2</sup> Cf. Portaria 879, Diário Oficial da União p. 36

Para a Seleção dos Municípios, os critérios estabelecidos pela portaria eram:

- Todas as capitais, devido à concentração de jovens e maior prevalência de problemas envolvendo essa faixa etária, e regiões metropolitanas priorizadas no Plano Nacional de Segurança Pública;
- Municípios que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à média regional; em situação de emergência (enchente, seca, desastre ecológico etc.) e habilitados na gestão municipal; que apresentaram indicadores envolvendo a juventude na "Agenda Social"; que tenham em desenvolvimento programas sociais; que possuem comunidade indígena, quilombos e assentamentos.

E ainda orienta que a seleção dos municípios, no âmbito de cada Estado, deve priorizar aqueles que tenham o maior número dos critérios acima mencionados.

Cada município deveria proceder a Composição da Equipe Executora do *projeto* da seguinte forma:

- Gestor local: Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão congênere;
- Orientador social: um para cada núcleo de 25 jovens;
- Instrutores: equipe responsável pelo desenvolvimento das temáticas junto ao grupo de jovens; e ainda elaborar o seu projeto norteando-se pelo projeto da SEAS.

Considerando a demanda de trabalho e a importância do projeto, o gestor local sempre nomeia um coordenador local para ser a pessoa responsável pela implementação das ações do projeto no município.

Segundo o Guia de Capacitação<sup>3</sup> o *Projeto Agente Jovem* baseia-se na metodologia de capacitação teórico-prática, com duração de doze meses, sendo que a capacitação teórica compreende carga horária mínima de 300 horas aula e a prática, refere-se à atuação do jovem na comunidade. A capacitação teórica é composta por dois núcleos complementares:

---

<sup>3</sup> Documento de orientação para as capacitações elaborado pela SEAS.

- Núcleo Básico: *Compreende a abordagem de temas que despertem a auto-estima do jovem, o protagonismo juvenil, permitindo que eles entendam seu poder de transformação.*

O conteúdo programático deverá abordar temas que busquem estimular o jovem na construção de um projeto pessoal.

- Núcleo Específico *Compreende a seguinte temática: o jovem como agente de transformação, visando à ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente.*

O conteúdo programático desse núcleo versa sobre questões prevaletentes nas áreas abordadas.

A análise desse guia de capacitação nos remete a um manual, uma receita que deve ser rigorosamente seguida para que o resultado saia adequado.

O objetivo dos núcleos é o de fazer com que a atuação do jovem contribua para a melhoria dos indicadores sociais locais. A capacitação Prática ou Atuação do Jovem na Comunidade deveria se dar conforme a orientação seguinte:

O momento da atuação do jovem na comunidade constitui uma ação planejada entre a equipe técnica do gestor local e o jovem, em consonância com a capacitação teórica. Tal atuação faz parte do processo de aprendizagem e deve ser acompanhada pelo coordenador do projeto. A atuação do jovem deverá ser intercalada com atividades de cultura, esporte e lazer, buscando talentos existentes no grupo, tornando mais estimulantes e atraentes as atividades comunitárias (Portaria 879, p. 36 Diário Oficial da União).

O monitoramento e a avaliação<sup>4</sup> do projeto deverá ter como premissas a realização de visitas pelas três esferas de governo; coleta de dados de forma sistematizada; criação e fomento de banco de dados do processo e dos resultados do projeto; reuniões de avaliação, no mínimo, mensais, envolvendo os jovens, os gestores e familiares; a avaliação do projeto deve primar pela lógica de indicadores de processos, de resultados e de impacto; constituição de uma linha de base (situação inicial do jovem ao entrar no *Projeto*).

---

<sup>4</sup> Conforme Portaria 879, Diário Oficial da União p. 36

Ao jovem que participasse do *Projeto* com frequência mínima de 75% seria concedida uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais). A permanência do jovem no programa deveria ser pelo período de um ano, permitindo-se, em caso de extremo risco, aos Conselhos Tutelares ou Conselhos de Assistência Social, validarem a permanência desse jovem por mais um ano.

Para cada núcleo de 25 jovens era previsto um orientador social que receberia uma bolsa mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Este seria a pessoa de referência para os jovens, sendo o responsável pelo dia-a-dia dos mesmos. A função do orientador social era acompanhar o Agente Jovem em suas atividades práticas, fazendo a ligação entre o teórico e o vivencial. Acompanhando também a trajetória do jovem, avaliando sua capacidade e possibilidade numa perspectiva de melhor direcionar o seu envolvimento com o *Projeto* e o seu crescimento pessoal.

Além dos orientadores o projeto previa também os instrutores que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento das temáticas junto ao grupo de jovens. Para cada hora/aula o instrutor deveria receber o valor de R\$ 10,33. Cada núcleo tinha previsto 300 horas / aula, que deveriam ser divididas em: Núcleo Básico cuja duração seria de dois meses, e deveria trabalhar temas que despertassem a auto estima do jovem, permitindo-o conscientizar-se do seu poder de transformação, seria o momento do jovem conhecer o projeto e vice-versa; e Núcleo Específico cuja duração seria de quatro meses e teria o propósito de especializar o agente jovem, como forma de garantir a centralidade no estímulo ao protagonismo juvenil. A especialidade poderia ser escolhida entre as áreas de saúde, justiça e meio ambiente, numa decisão conjunta entre os envolvidos no *Projeto*.

O *Projeto Agente Jovem* de Desenvolvimento Social e Humano procura trabalhar a implantação do conceito de protagonista juvenil, para tal os jovens deveriam receber preparação e capacitação a partir de uma metodologia adequada que os permitiria exercer sua cidadania, para atuar em suas regiões, no apoio às áreas de saúde, justiça e meio ambiente.

Consultando o site<sup>5</sup> do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome podemos encontrar informações sobre o *Projeto Agente Jovem* como Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano trazendo as seguintes explicações:

Como funciona o programa: a partir das demandas das gestões estaduais e municipais, o Governo Federal analisa, discute prioridades, orienta sobre a seleção dos jovens e formaliza a instalação do Programa. O MDS se responsabiliza pelo treinamento nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente, financiando 300 horas/aulas com capacitadores e orientadores sociais e uma bolsa no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) paga diretamente ao jovem, durante os doze meses em que ele estiver inserido no programa e atuando em sua comunidade.

A inserção no programa: Podem participar do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano: jovens com idade entre 15 e 17 anos; que em via de regra estejam fora da escola; que participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura às crianças oriundas de outros programas, como o Erradicação do Trabalho Infantil, também promovidos pelo MDS); jovens que estejam envolvidos em situações de crimes ou contravenção; que sejam egressos ou estejam sob medida protetiva; jovens oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores; 10% das vagas de cada município são necessariamente destinadas a adolescentes portadores de algum tipo de deficiência.

Recebimento da Bolsa: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o órgão responsável pelo desenvolvimento do programa. O pagamento das bolsas é realizado através do sistema bancário, com a utilização do cartão magnético, ou diretamente de fundo a fundo, para estados e municípios, que repassam os recursos ao jovem inscrito no programa. Para receber a bolsa é preciso que: o jovem esteja regularmente cadastrado; o município cumpra todas as normas previamente estabelecidas pelo programa; o adolescente participe, no mínimo, de 75% do total de aulas na escola e das atividades previstas no programa.

O referido *Projeto* não tem característica de educação escolar, mas como educação não escolar, porém visando à inserção de seus agentes no processo educacional formal e sistematizado. Para Gohn (2001, p.46) “educação não formal designa a aprendizagem política dos

---

<sup>5</sup> [www.desenvolvimentosocial.br](http://www.desenvolvimentosocial.br)

direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social”.

Os espaços onde se desenvolvem as educações não formais ou não escolares são múltiplos, tais como: sindicatos, igrejas, partidos políticos, associações, e outros. Carrano em seu livro *Juventude e Cidades Educadoras* concebe a “educação como prática cultural e não apenas sistema institucional de ensino; pois participa deste amplo jogo político e ideológico que atravessa a totalidade da vida social em seus aspectos econômicos e simbólicos” ( CARRANO, 2003, p.19 ).

O artigo 205 da Constituição Federal tem a seguinte redação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo não fala em ensino, mas em educação, ou seja, algo maior que a instrução geralmente repassada nas escolas. A educação tem um conceito de maior abrangência e de significação mais profunda. A educação é uma política social básica, portanto a educação escolar deve ser universal a toda criança e adolescente; mas a educação não escolar é um direito de toda pessoa humana, devendo ter mais ênfase no jovem, pois este está se formando.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fica mais claro a perspectiva não reducionista da definição da educação, pois em seu artigo 1º traz a seguinte redação: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Essa definição é bastante clara, afirmando um conceito ampliado de educação, e extrapola a perspectiva da educação escolar, âmbito específico de disciplinamento da LDB, mas que reconhece, no entanto que essa educação “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Portanto a própria legislação prevê e reconhece a legitimidade de programas e projetos não escolares, mas que visam ao desenvolvimento da pessoa, como o *Agente Jovem*. Se transmitir

valores às novas gerações é objetivo necessário não se pode restringir, nem limitar apenas à educação na dimensão de conteúdos intelectuais transmitidos através da docência.

O entendimento do *Projeto* sobre educação parte da idéia de escolaridade obrigatória, à medida que “exige” que o aluno tenha frequência mínima de 75% em uma escola regular. Considerando a educação escolar como forma para se ascender ao poder, responsabilizando cada cidadão pelo seu sucesso ou seu fracasso. O princípio liberal fundamenta uma escola única como critério social de regulamentação das diferenças, a partir da divisão social e técnica do trabalho; esta escola unificadora e diferenciadora ao mesmo tempo prevê o oferecimento formal de oportunidades educacionais para todos; permitindo que pela livre concorrência, os talentos se manifestem de acordo com as aptidões individuais isoladas das condições materiais de sua produção. O critério estabelecido de estar regularmente matriculado e do jovem tornar-se um protagonista, são elementos que nos levam a entender que o *Projeto Agente Jovem* está ancorado em uma fundamentação neoliberal.

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo.

O poder de persuasão da doutrina neoliberal vem corroborando com mudanças, que são visíveis como: a crescente pobreza, o desemprego estrutural, a violência, enfim os níveis de perversidade decorrentes da exclusão social espalhada por todo o planeta, colocando por terra as grandes promessas que se seguiram ao advento da modernidade. As orientações neoliberais adotadas por vários governos nos anos oitenta e o conseqüente aprofundamento das crises sociais, econômicas e ambientais, as mudanças no mundo da produção e suas repercussões no mundo do trabalho são alguns dos fatores que ameaçaram as formas de organização sociopolítica do século XX.

Ao pensarmos em políticas para a juventude, temos que situar os jovens nas mediações culturais sob a influência dos países que comandam a globalização e nas mediações decorrentes do projeto nacional de uma classe dirigente que enquadra o Brasil como país moderno e democrático, ignorando as condições estruturais de atraso que o caracterizam. As estratégias do Estado têm sido definidas por elegerem outras prioridades e se expressarem no corte dos gastos sociais, na privatização, na centralização dos gastos públicos em programas seletivos contra a

pobreza e na descentralização da ação pública para o nível local. A privatização articula estes conjuntos de elementos na perspectiva de abrir as atividades econômicas mais viáveis aos investimentos privados, para ampliar os âmbitos de acumulação e dar base material para o objetivo político-ideológico de mercantilizar o bem estar social. Essas orientações atingem a população de forma diferenciada e é preciso atentar para a questão da juventude.

Estas condições são sustentadas pelo tipo de políticas públicas implantadas no Brasil, políticas focalizadas. O princípio da focalização sinaliza a prática da seletividade na atuação do Estado e a concentração desta em determinadas áreas e problemas. Este princípio é indicativo do caráter restrito e emergencial que tem marcado a política social do Estado brasileiro.

No Brasil, as questões das desigualdades sociais e da pobreza retornam periodicamente ao debate político, na década de oitenta como agenda dos movimentos sociais, e mais recentemente como preocupação central do governo para as áreas sociais. Diversas formas de denúncia da injustiça social são perceptíveis; porém não há um consenso a respeito dos investimentos para superar a situação denunciada. Até existem bons sentimentos que se manifestam aqui e ali, mas as políticas resultantes costumam ser equivocadas, segmentadas e de pouca abrangência.

O Brasil acumula dívidas de uma sociedade que se industrializou e urbanizou com os impasses de um país não hegemônico em um mundo globalizado, em que as políticas neoliberais de esvaziamento da capacidade de intervenção do Estado combinaram-se com a sociedade pós-industrial, onde o desemprego e a exclusão constituem características estruturais. A exclusão é mais abrangente que a situação de marginalização e não necessariamente coincide com a pobreza. As políticas focalizadas visam combater a pobreza e não a exclusão social.

As políticas assistenciais voltadas para os segmentos mais pobres e as políticas educacionais são indicadores dessa convivência pouco clara entre as diferentes lógicas dos diversos setores sociais. Os programas correm paralelos às redes escolares e não se destinam a melhorar o conhecimento e conseqüentemente a consciência política.

A compreensão de que a implementação de políticas compensatórias serve aos interesses de uma lógica societária, limitando-se a aliviar as tensões sociais e a propor medidas paliativas, não deve nos fazer perder de vista o espaço da contradição. Essas políticas ganharam apoio no

governo de Fernando Henrique Cardoso, financiadas pelo banco mundial; quando percebemos a implantação de projetos como o *Agente Jovem*, ou seja, programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo desajuste neoliberal. Compreender o movimento do capitalismo pode permitir o redirecionamento dessas propostas na perspectiva da transformação e garantir o controle e a influência sobre as políticas públicas.

## 1.2 O PROJETO AGENTE JOVEM EM CUIABÁ

Como definido na fase de implantação do projeto, as primeiras cidades a recebê-lo seriam as capitais, Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, foi uma das primeiras cidades no Brasil a ser escolhida para implantar o *Projeto Agente Jovem*. Sua implantação oficial foi a partir de novembro de 1999. O projeto realmente só começou a ser executado a partir de janeiro de 2000, quando se inicia o cadastro dos jovens para a seleção com vistas à participação no projeto.

A população de Cuiabá, segundo Censo Demográfico 2000, é de 483.346<sup>6</sup> habitantes tendo uma taxa de crescimento médio de 2,04% ao ano. A população entre 10 e 24 anos segundo o sexo pode ser comparada na Tabela 2:

**Tabela 2. População entre 10 e 24 anos em Cuiabá segundo o sexo**

	2000			
	Homens		Mulheres	
<b>Idade</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
10 – 14 anos	25.835	5,35	25.335	5,24
15 – 19 anos	26.934	5,57	27.944	5,78
20 – 24 anos	25.159	5,21	26.993	5,58

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

<sup>6</sup> Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Segundo o Tribunal Eleitoral de Mato Grosso, em julho de 2002 Cuiabá contava com 10.918 eleitores com menos de 18 anos e 330.336 eleitores com mais de 18 anos, totalizando 341.257 eleitores.

O rendimento médio da população de Cuiabá é de 7,49<sup>7</sup> salários mínimos calculado sobre o S.M. de 2000 que era de R\$151,00. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Cuiabá é de 0,821, ficando em 10º lugar entre as capitais nacionais e em 221º entre os municípios brasileiros. Uma criança ao nascer em Cuiabá tem a esperança de vida de 69,06 anos, tendo um índice de longevidade de 0,734 e de educação de 0,938. a renda per capita em 2000 era de R\$ 442,10.

O município ganha a cada dia impulso econômico de sua infra-estrutura e urbanismo, atrai novos investimentos e estabelece novos pólos comerciais engrandecendo sua economia, mas a população de baixa renda não consegue perceber em seu orçamento; daí a necessidade, por parte do governo, de implantar políticas públicas compensatórias.

A grande concentração de uma população jovem ocorre, sobretudo nos bairros periféricos, onde os acessos ao lazer e à educação não se dão de forma universal. A violência estampada diariamente nos meios de comunicação, o grande número de meninas com filhos, gerando a necessidade de algumas escolas implantar o berçário no período noturno, como na EMEB Dejeni Ribeiro de Campos, são elementos que explicam a necessidade da implantação do Projeto Agente Jovem em Cuiabá.

O município de Cuiabá inicialmente foi contemplado com duas unidades atendendo a 50 adolescentes, nos bairros: Jardim União (25 jovens) e Novo Colorado (25 jovens), sendo uma unidade em convênio com a SEAS e outra em convênio com a White Martins, que à época era uma das empresas cooperantes e provia o apoio financeiro para o atendimento de 1500 agentes jovens em várias capitais do Brasil.

O órgão gestor do *Projeto* a nível municipal é a Secretaria Municipal de Bem Estar Social. A coordenadora na época da implantação foi a Professora Marlene Anchieta Vieira,

---

<sup>7</sup> Fonte: IPDU/DPI com base no Censo Demográfico 2000

Como base utiliza-se os dados valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis por domicílios particulares permanentes segundo os bairros.

responsável pela elaboração, implantação e implementação do projeto em Cuiabá, tendo inclusive participado de capacitação oferecida pela SEAS em Brasília.

O *Projeto* deveria acontecer em centros comunitários, igrejas, associações, unidades de atendimento social existentes nos bairros. Quando foi implantado o projeto funcionava nos bairros Jardim Colorado e Jardim União e funcionava no Centro Social de Atendimento Básico.

Em novembro de 2001, o município de Cuiabá solicita a ampliação do atendimento para 650 jovens, o projeto então passa a contar com 26 núcleos distribuídos em 24 bairros da capital. Cuiabá passa então a atender a 650 jovens, sendo 625 da parceria governo municipal/governo federal/SEAS e 25 do convênio com a empresa White Martins, localizada nas quatro regiões administrativas:

- Na Regional Norte o projeto está presente nos bairros: Jardim União, Primeiro de Março, Dr. Fábio, Altos da Serra, Tancredo Neves, Jardim Florianópolis, Novo Paraíso e Jardim Umuarama.
- Na Regional Sul: Pedra 90 1ª etapa, Pedra 90 2ª etapa, Pedra 90 3ª etapa, Tijucal e Pascoal Ramos.
- Na Regional Leste pode-se encontrar o *Projeto* nos seguintes bairros: Alvorada, Novo Horizonte, Jardim Paulista, Planalto, Pedregal e Dom Aquino.
- E na Regional Oeste nos bairros: Ribeirão da Ponte, Novo Terceiro, Jardim Araçá, Santa Isabel, Porto, Araés e Novo Colorado (convênio com a White Martins).

**Tabela 3. Bairros onde se desenvolvem o *Projeto Agente Jovem* - 2002**

Nº	Bairro	Nº de Unidades	Alunos Atendidos
01	Altos da Serra	01	25
02	Alvorada	01	25
03	Despraiado <sup>8</sup>	01	25
04	Dom Aquino	01	25
05	Doutor Fábio	01	25
06	Jardim Araçá	01	25
07	Jardim Florianópolis	01	25
08	Jardim Paulista	01	25
09	Jardim Umuarama	01	25
10	Jardim União	01	25
11	Novo Colorado <sup>9</sup>	01	25
12	Novo Horizonte	01	25
13	Novo Paraíso	01	25
14	Novo Terceiro	01	25
15	Pascoal Ramos	01	25
16	Pedra 90	03	75
17	Pedregal	01	25
18	Planalto	01	25
19	Porto	01	25
20	Primeiro de Março	01	25
21	Ribeirão da Ponte	01	25
22	Santa Isabel	01	25
23	Tancredo Neves	01	25
24	Tijucal	01	25
Total	24	26	650

Fonte: SMBES

Conforme a tabela 3, o *Projeto* atende a vinte e seis núcleos distribuídos em vinte e quatro bairros da capital, por ser o bairro Pedra 90 o único que possui mais de uma unidade, num total de três núcleos, um em cada etapa do bairro, e conseqüentemente atender a um número maior de jovens, decidimos realizar o estudo com os jovens desse bairro.

Segundo as informações da SMBES os bairros onde funcionam o projeto ou *são bairros com perfil socioeconômico de baixa renda familiar, onde são comuns as ocorrências policiais envolvendo jovens, geralmente ocasionados pelo uso de bebidas alcoólicas, comércio de drogas ilícitas, brigas de gangues e furto*. E continua justificando ainda que nos bairros existe um alto

<sup>8</sup> Remanejado para o bairro Araés a partir do ano de 2004.

<sup>9</sup> Convênio com a White Martins

índice de adolescentes em situação de gravidez precoce, vítimas de violência e abuso sexual, e até com doenças sexualmente transmissíveis (DST).

E justificam a escolha desses lugares,

[...] a ausência de perspectiva de futuro, devido ao baixo nível de escolaridade, da falta de renda familiar causada pelo desemprego, a impossibilidade da formação e capacitação profissional, gera a evasão escolar e desocupação juvenil, que levam muitos jovens à submissão da exploração sexual e à participação em crimes, como assaltos e furtos, em busca de alcançar algum bem material que julgam incapazes de conquistar, através da família ou trabalho (RELATÓRIO do *Projeto Agente Jovem*, 2004, p. 4).

E caracterizam os jovens que participam do *Projeto*: todos esses fatores elencados na justificativa da escolha dos bairros, somados ao desconhecimento, à desinformação, à baixa ou nenhuma renda familiar, à desestruturação dos vínculos familiares e outros indicadores fazem parte da realidade dos jovens que se encontram participando do programa nas vinte e seis unidades do município de Cuiabá.

Em Cuiabá, os orientadores sociais eram selecionados entre os universitários dos cursos de direito, ciências sociais e pedagogia, através de convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Faculdade Integradas Cândido Rondon (UNIRONDON), a atividade de orientador social deveria ser computada como estágio para os alunos/orientadores. A faculdade destinava uma professora para acompanhar o desenvolvimento do projeto e validar o estágio dos alunos.

Segundo o relatório da Secretaria de Bem Estar Social, o *Projeto Agente Jovem* de desenvolvimento social e humano é um processo de capacitação dos jovens, objetivando a construção de conhecimento, levando-os à reflexão sobre suas vidas, adquirindo novos valores e *mudanças de comportamento*, preparando-os para atuarem junto às suas próprias comunidades nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente.

Desenvolvida por meio de uma metodologia que busca aproximar a teoria da prática, mediante a participação do orientador, instrutor e dos jovens em ações dinâmicas fundamentadas

na própria construção do processo de ensinar e aprender, de forma crítica e criativa, considerando a realidade de vida do jovem, resgatando conhecimentos e vivências do grupo.<sup>10</sup>

Cada município ao pleitear a implantação do projeto deveria elaborar seu próprio projeto tendo como diretrizes as normas contidas no projeto da SEAS e encaminhar para aprovação.

O projeto técnico do município de Cuiabá traz em linhas gerais, que o programa tem como finalidade trabalhar no resgate de adolescentes que estão em área de risco, vulnerabilidade social e extrema carência financeira, como forma de estímulo ao jovem, para que este possa construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras de sua participação criativa, construtiva e solidária. Trata-se de oportunizar aos jovens vivências concretas para o seu desenvolvimento pessoal e social. O trabalho é desenvolvido em dois eixos. O primeiro eixo trabalha para que o jovem possa ser reintegrado à sociedade, resgatando vínculos familiares e adquirindo “ferramentas”, que possibilitem a definição de um novo projeto de vida, reinserindo-o ao sistema educacional e propiciando atividades que facilitem sua inserção no mercado de trabalho. O outro está voltado para o protagonismo juvenil, onde os jovens recebem preparação através de metodologias que são adequadas a cada realidade, para atuarem em suas comunidades no apoio às áreas de saúde, meio ambiente, cultura, esporte e turismo.<sup>11</sup>

Os objetivos do Projeto Técnico do Município de Cuiabá são os mesmos do projeto elaborado pela SEAS, portanto não foram citados.

Na época da implantação o *projeto* era realizado no Centro de Atendimento Social Básico<sup>12</sup> dos bairros Jardim União e Novo Colorado. Quando houve a ampliação do atendimento as unidades ficaram distribuídas conforme Tabela 4:

---

<sup>10</sup> Relatório elaborado pela SMBES em 2004.

<sup>11</sup> Cf. Cuiabá, SMBES. Projeto Técnico.

<sup>12</sup> Centro de Atendimento Social Básico (CASB) é uma unidade da SMBES que atende a crianças de 0 a 6 anos de idade diariamente com alimentação básica (sopão).

**Tabela 4. Locais onde se desenvolve o *Projeto Agente Jovem* - 2002**

<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>Local</b>
<b>01</b>	Altos da Serra	Centro Comunitário
<b>02</b>	Alvorada	Centro Comunitário
<b>03</b>	Despraiado <sup>13</sup>	Centro Comunitário
<b>04</b>	Dom Aquino	Centro Comunitário
<b>05</b>	Doutor Fábio	Centro Comunitário
<b>06</b>	Jardim Araçá	CIACA <sup>14</sup>
<b>07</b>	Jardim Florianópolis	Centro Comunitário
<b>08</b>	Jardim Paulista	Centro Comunitário
<b>09</b>	Jardim Umarama	Casa do Presidente do bairro
<b>10</b>	Jardim União	CASB
<b>11</b>	Novo Colorado	CASB
<b>12</b>	Novo Horizonte	Centro Comunitário
<b>13</b>	Novo Paraíso	Centro Comunitário
<b>14</b>	Novo Terceiro	Centro Comunitário
<b>15</b>	Pascoal Ramos	Salão da Igreja Católica
<b>16</b>	Pedra 90	Centro Comunitário/ CMU
<b>17</b>	Pedregal	Centro Comunitário
<b>18</b>	Planalto	CIACA
<b>19</b>	Porto	Museu do Rio Cuiabá
<b>20</b>	Primeiro de Março	Centro Comunitário
<b>21</b>	Ribeirão da Ponte	Sala da Igreja Católica
<b>22</b>	Santa Isabel	Associação de Moradores
<b>23</b>	Tancredo Neves	Centro Comunitário
<b>24</b>	Tijucal	CIACA

Fonte: SMBES

Sendo que na unidade do Porto houve a necessidade de mudança, indo para a Regional Administrativa Oeste, onde não permaneceu por muito tempo porque a administração da época não entendia o comportamento dos jovens e o desenvolvimento do projeto, despejando orientador, capacitador e jovem, sem aviso prévio; passando o projeto a funcionar em uma sala da Escola Municipal Padre Agostinho Colli, no bairro Pólvora, vizinho do bairro Porto gerando transtornos para a locomoção dos jovens.

Na unidade do jardim Umarama o projeto funcionava, após várias mudanças no quintal da casa do presidente de bairro, embaixo de uma lona no período da tarde, onde a temperatura

<sup>13</sup> Unidade desativada em 2003

<sup>14</sup> Centro Integral de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACA) - unidade da SMEBS que atende crianças de 07 a 14 anos com cursos, reforço escolar e alimentação.

passa dos 40° em alguns dias. Após a constatação da falta de condições para o desenvolvimento do projeto este mudou para as dependências da Escola Municipal Rafael Rueda no mesmo bairro.

Atualmente os projetos estão sendo realizados nos locais discriminados na Tabela 5:

**Tabela 5. Locais e Bairros onde se desenvolve o *Projeto Agente Jovem* - 2004**

Local	Nº de Unidades	Bairros
Biblioteca Comunitária	01	Santa Isabel
Sede do Projeto Caju	01	Tancredo Neves
Centros Comunitários	12	Altos da Serra Alvorada Dom Aquino Dr. Fábio Jardim Paulista Jardim Umuarama Novo Horizonte Novo Paraíso Pedra 90 3ª etapa Pedregal Ribeirão da Ponte.
Centros de Múltiplo Uso	02	Pedra 90 1ª e 2ª etapas
Igrejas	03	Novo Terceiro Pascoal Ramos Primeiro de Março
Escolas Municipais	01	Porto
CASB	02	Jardim União, Novo Colorado
CIACA	03	Jardim Araçá, Planalto, Tijucal
Pastoral do Menor	01	Araés

Fonte: SMBES

A Tabela 6 mostra um comparativo de turnos de funcionamento do *Projeto* nos anos de 2000 a 2002 e do ano de 2004, quando foi realizada a pesquisa:

**Tabela 6: Período de realização do Projeto 2002 e 2004**

	<b>Unidades</b>	<b>2000 a 2002</b>	<b>2004</b>
01	Altos da Serra	Matutino	Matutino
02	Alvorada	Vespertino	Vespertino
03	Despraído <sup>15</sup>	Vespertino	Vespertino
04	Dom Aquino	Matutino	Matutino
05	Doutor Fábio	Matutino	Matutino
06	Jardim Araçá	Matutino	Matutino
07	Jardim Florianópolis	Vespertino	Vespertino
08	Jardim Paulista	Vespertino	Matutino
09	Jardim Umuarama	Vespertino	Vespertino
10	Jardim União	Matutino	Matutino
11	Novo Colorado	Matutino	Matutino
12	Novo Horizonte	Vespertino	Vespertino
13	Novo Paraíso	Vespertino	Vespertino
14	Novo Terceiro	Vespertino	Vespertino
15	Pascoal Ramos	Matutino	Matutino
16	Pedra 90 1ª etapa	Vespertino	Matutino
17	Pedra 90 2ª etapa	Matutino	Vespertino
18	Pedra 90 3ª etapa	Matutino	Vespertino
19	Pedregal	Matutino	Matutino
20	Planalto	Matutino	Matutino
21	Porto	Vespertino	Vespertino
22	Primeiro de Março	Matutino	Matutino
23	Ribeirão da Ponte	Matutino	Vespertino
24	Santa Isabel	Vespertino	Matutino
25	Tancredo Neves	Vespertino	Vespertino
26	Tijucal	Matutino	Matutino

Fonte: SMBES

As atividades desenvolvidas pelo *Projeto* eram realizadas três vezes por semana, geralmente nas terças, quartas e quintas feiras e durante três horas por dia quase sempre das 7h30min às 10h30min e das 14 às 17 h.

<sup>15</sup> Remanejado para o bairro Araés a partir do ano de 2004.

### 1.3 O PROJETO AGENTE JOVEM NO BAIRRO PEDRA 90

Para a realização do estudo, o bairro Pedra 90, foi escolhido porque apresenta um número maior de jovens que participaram do projeto. Este conjunto habitacional popular foi construído em três etapas e divide-se em 1ª etapa, 2ª etapa (Ecomoradia) e 3ª etapa (Voluntários da Pátria).

O bairro Pedra 90 localiza-se na Regional Sul do município de Cuiabá, com uma população de 18.648 habitantes, sendo que os jovens representam 31.92% da população do bairro, conforme dados na Tabela 7 abaixo:

**Tabela 7: População jovem do bairro Pedra 90**

Grupo Etário	%
10 a 14 anos	11,80
15 a 19 anos	10,07
20 a 24 anos	10,05

Fonte: IPDU/DPI com base no Censo Demográfico 2000

Existem municípios em Mato Grosso, menos populosos que o bairro Pedra 90, que ocupa 659,06 Ha do município, tendo 6.019 moradias. O loteamento Pedra 90 foi aprovado em 16/12/1996 com 9.008 lotes regularizados pela Prefeitura Municipal de Cuiabá e por ocasião da enchente de 1995, foram construídas 366<sup>16</sup> casas emergenciais no bairro, denominadas de ecomoradia, para as vítimas da tragédia. A densidade habitacional é de 28,29 habitantes por hectare.

O rendimento médio mensal na Regional Sul diminuiu para 4,23 S.M.. O bairro Pedra 90 fica classificado, segundo o IPDU, como um bairro de Renda Baixa<sup>17</sup> pois o rendimento médio diminuiu ainda mais: 2,33 S.M., ficando como o 5º bairro de mais baixa renda em Cuiabá.

Em relação à educação gratuita, o bairro possui 04 escolas públicas sendo 01 municipal e 03 estaduais, conta ainda com três creches sendo uma municipal com capacidade para atender 300 crianças e uma filantrópica com capacidade de atendimento a 60 crianças, e a creche da

<sup>16</sup> Fonte: Agência Municipal de Habitação Popular, 2003.

<sup>17</sup> Abaixo de 2,91 S.M.

pastoral da criança, cujo atendimento não temos registros; todas trabalham com um número maior de crianças, em função da grande demanda existente.

O bairro Pedra 90 não dispõe de centros esportivos e área de lazer pública, não dispõe de praças, mas verifica-se a presença de um mini estádio, e as escolas possuem quadras poliesportivas que são utilizadas pela população. Possui serviços de transporte coletivo. A agência de correios e telégrafos mais próxima localiza-se no bairro Pascoal Ramos. Existe iluminação pública e nas residências atendida pela concessionária Rede Cemat. A água é proveniente em sua maioria por rede de abastecimento canalizada, mas também existe ainda cerca de 30% das moradias servidas por poços. Existem poucas residências com rede de esgoto, a grande maioria é de fossa séptica ou rudimentar. O lixo domiciliar é coletado quase que em sua totalidade por serviço de limpeza, mas algumas casas ainda queimam ou jogam em terreno baldio.

Quanto à saúde pública e gratuita, a população do bairro é atendida nos Centros de Saúde I – CAIC, que atende a 1ª etapa e o II que atende a 2ª e a 3ª etapas e ainda em casos mais urgentes emergências e complexos na Policlínica do Pascoal Ramos que, além da população do bairro, atende também os moradores dos bairros Pedra 90: 1ª, 2ª e 3ª etapas, Jardim Industriário, Distrito Industrial São Sebastião, Nova Esperança, Osmar Cabral, São José e Área de Expansão Urbana Sul. Na policlínica existe ainda serviço de odontologia.

Quanto à segurança pública, o bairro é atendido pela Companhia de Polícia Comunitária, que está aparelhada com carro, motos e bicicletas para o policiamento ostensivo do bairro, mas mesmo assim no ano de 2001 houve 754 ocorrências policiais no bairro.

Existem no bairro 02 centros comunitários, e na área social o bairro conta com um centro de múltiplo uso, uma unidade do *Projeto Siminina* e dois grupos da terceira idade dos quais participam 140 idosos, esses grupos recebem auxílio de alimentação do *Programa de Apoio à Pessoa Idosa*, ainda existem várias crianças inscritas no *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*, no bairro há ainda sopões comunitários, além das três unidades do *Projeto Agente Jovem* no âmbito do poder público, a sociedade civil participa também, pois existem várias ONGs (Organizações Não Governamentais) que atuam no bairro como a pastoral da saúde, a Portal da Fé, e muitas organizações comunitárias e sociais como três associações de moradores para

administrar cada etapa, clubes de mães; o que nos leva a considerar que o bairro busca se organizar através dos vários movimentos sociais existentes em seu bojo.

Na III tese sobre Feuerbach, Marx afirmou: “A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado”.<sup>18</sup> Como esses movimentos se posicionam nesses contextos se *em si* ou *para si* é que irá expressar se a luta dos mesmos está sendo uma luta política, mais ou menos, de natureza revolucionária.

Percebe-se a ausência de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil, pois a questão do jovem era pouco enfrentada há pouco tempo. O jovem entre quinze e dezessete anos em localidades empobrecidas ou em grandes centros urbanos não dispõe de muitas alternativas, pois não possuem idade suficiente para entrar no mercado de trabalho, conforme o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº20/98: “é proibido qualquer tipo de trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos”; os diversos programas e projetos de atendimento ofertado não suprem as necessidades dessa faixa e também não havia vagas para todos nas escolas de ensino médio, ficando o jovem à margem, sujeito à ociosidade e à marginalidade. Apenas recentemente pode-se observar a preocupação na formulação de políticas públicas destinadas à juventude; e como uma das tentativas para atender a esses jovens foi elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, órgão responsável pelo atendimento aos segmentos mais vulneráveis da população, o *Projeto Agente Jovem*. “O jovem é objeto de preocupação de políticas sociais através de intervenções públicas do Estado no sentido de uma cobertura institucional para este segmento que vive uma condição de transição” (SOUZA, 1999, p.17).

---

<sup>18</sup> Extraído de Teses sobre Feuerbach, escrito por Marx na primavera de 1845, publicado pela primeira vez por Engels, em 1888, traduzido do alemão; disponível em: < [www.vermelho.org.br/bibliotecamarxista](http://www.vermelho.org.br/bibliotecamarxista) > Acessado em 02 de fev. de 2005.

## CAPITULO 2

### JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 2.1 JUVENTUDE

A juventude é objeto de análise de distintas ciências: a demografia que se preocupa em desvelar seu peso no universo populacional, a medicina interessada nos aspectos biológicos, a psicologia dedicada a compreender comportamentos, a sociologia voltada para o entendimento da atuação dos jovens nas dinâmicas do cotidiano social, neste trabalho a juventude não é o foco principal da análise, mas para verificar se participar do projeto contribuiu para a formação da consciência política dos jovens, é preciso compreender primeiro o que é ser jovem, como é fazer parte da juventude contemporânea, quais as implicações legais e sociais da juventude atual numa perspectiva político-pedagógica.

Os mecanismos legais fazem referência à idade cronológica e também se costuma fazer uso de faixas etárias para melhor definição de estatísticas e políticas públicas. A Constituição Federal refere-se ao termo juventude uma única vez, em seu artigo 24, XV que estabelece: *compete à união, aos Estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à **juventude*** (grifo da autora). Ao tratar do trabalho infantil a Constituição Federal menciona a faixa etária. Sobre a adolescência a Constituição refere-se nos artigos 203, 227 e 228 e no artigo 229 utiliza o termo maior e menor.

O código civil estabelece em seu artigo 3º que: *“são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos de vida civil os menores de dezesseis anos...”* O artigo 4º afirma que: *“são incapazes, relativamente a certos atos, ou a maneira de os exercer os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos...”* e completa o artigo 5º:

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e que cessara, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta de outro, mediante instrumento público, independente de homologação judicial, ou por sentença do juiz ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em ensino superior; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos tenha economia própria.

O código penal no artigo 27 dispõe que: “os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos a normas estabelecidas na legislação especial”. O artigo 65, I determina que: “são circunstâncias que sempre atenuam a pena ser o agente menor de vinte e um anos, na data do fato, ou maior de setenta anos, na data da sentença”. Existe hoje uma discussão a nível nacional sobre a diminuição da idade penal para dezesseis anos.

A lei eleitoral permite o voto facultativo aos 16 anos e obrigatório a partir dos 18 anos de idade; já o código de trânsito nacional permite dirigir automóvel apenas após os dezoito anos, quando o jovem poderá tirar sua carteira de habilitação. Percebe-se dicotomia entre a lei eleitoral e o código de trânsito, pois enquanto a lei eleitoral entende que o jovem aos 16 anos possui capacidade de eleger seus governantes, a lei de trânsito compreende que aos dezesseis anos o jovem não possui capacidade para guiar um automóvel.

Nas Forças Armadas, ao completar 18 anos é obrigatório o alistamento do jovem do sexo masculino e, em caso de guerra, com 16 anos o jovem pode ser convocado a apresentar-se para o serviço militar.

O estatuto da criança e do adolescente considera adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos de idade, podendo-se estender a proteção, em casos excepcionais, até os 21 anos.

A Organização das Nações Unidas (ONU), define a faixa etária entre 15 e 24 anos, para falar sobre juventude; como um mecanismo para verificar situações estaticamente, porque a juventude é um segmento social culturalmente definido.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assim como a ONU, considera juventude a faixa etária de 15 a 24 anos. Para Felícia Madeira, cujos trabalhos constituem importante referência sobre juventude no Brasil, a faixa de 15 a 19 anos compreende a adolescência e dos 20 aos 24 anos jovens propriamente ditos.

Alguns estudos têm feito um alongamento da faixa até os 29 anos, considerando o prolongamento da escolaridade nas sociedades avançadas e aumento do período de convivência com o grupo familiar de origem, a esse período utiliza-se o termo pós-adolescência. Pode-se considerar também a pós-adolescência como um período de moratória social, os jovens ao concluir seus estudos não conseguem inserção no mercado de trabalho formal, o que na sociedade brasileira acontece contrariamente, o jovem deixa de estudar mais cedo, não concluindo sua formação profissional e sua inserção no mercado acontece mais cedo, considerando sua necessidade de sobrevivência.

O Censo Demográfico realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma população de 47.939.723 indivíduos na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade representando 28% da população brasileira.

A categoria juventude é considerada *epistemologicamente imprecisa*. A juventude biologicamente é aquela classificada como mais longe da morte, portanto mais predisposta à vida, tem gosto pela aventura, tem curiosidade pelo novo, tem um lado mais propenso ao revolucionário. Nesta fase ocorrem transformações físicas e psicológicas. Pesquisas recentes apontam que não são apenas os hormônios responsáveis por essas mudanças, mas também alterações no desenvolvimento do cérebro. Devido às diferentes formas de abordar a juventude, é comum os termos adolescência e juventude muitas vezes serem tratados como sinônimos.

Para Abramo (1994, p.01), a noção mais geral e usual do termo juventude refere-se a uma faixa de idade, um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorre quando este abandona a infância para se processar na vida adulta. A juventude é período de duração variável que se coloca entre a infância e a vida adulta. No seu curso ocorrem várias mudanças no desenvolvimento biológico, psicológico e social do indivíduo, sendo que o fenômeno relacionado às mudanças físicas e denominada puberdade e o fenômeno psicológico denominado adolescência. Biologicamente começa com o aceleração do crescimento esquelético e início do desenvolvimento sexual; psicologicamente começa com o aceleração do crescimento cognitivo e formação da personalidade e, socialmente, caracteriza-se como um período no qual o indivíduo se prepara para o seu futuro papel de adulto jovem. Quando a puberdade e a adolescência não ocorrem ao mesmo tempo, ocorre acréscimo de tensões, com os quais o jovem tem de lidar.

Ainda segundo Abramo a noção da juventude socialmente variável. A noção de tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, e somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece com uma categoria com visibilidade social.

Em algumas culturas o início da juventude é marcado por ritos nos quais o adolescente realiza teste de coragem e força; entretanto nas sociedades tecnológicas o limite entre meninice e adolescência não é muito nítido. Ao passar pela adolescência o indivíduo enfrenta lutos: perda do corpo infantil, perda dos pais da infância, perda da identidade e do papel infantil. Ao final o indivíduo adquire todos os direitos e privilégios de um adulto, o que pode variar dependendo da sociedade em questão. Esse processo visa à construção da personalidade do sujeito e caracteriza-se por: busca de si mesmo e da identidade, tendência à formação de grupos, necessidade de fantasiar e intelectualizar-se, a crises religiosas e de identidade, deslocalização temporal, a evolução sexual, atitude social reivindicatória, contradições nas manifestações de conduta, oposições aos pais, flutuações constantes no humor e no ânimo.

A juventude é uma extraordinária etapa da vida de toda pessoa, pois é nela que se descobre a identidade e se define a personalidade. Nesse período se reformulam os valores adquiridos na infância e se assimila uma estrutura mais madura, manifestando crise de imaturidade e busca de maturidade, nada é estável ou definitivo, pois é uma época de transições e mutações. Tal período se caracteriza por ser um período onde fisicamente os meninos ultrapassam o peso das meninas, e a menarca já ocorreu na maioria das meninas. E algumas situações como sexualidade a florada, gravidez precoce pode ocorrer, como também geralmente é nessa faixa de idade que ocorre a primeira experiência sexual, o que justifica o objetivo do projeto: diminuir o índice de DST/AIDS e gravidez não planejada. Outra característica desta etapa é ambivalência de sentimentos como sociabilidade e solidão, egoísmo e altruísmo, materialismo e idealismo. Inicia-se uma fase de maior introversão, aflora a necessidade de amor, geralmente surge o primeiro amor, às vezes o jovem torna-se tímido por temer a opinião do outro, há também o conflito interior e de personalidade, além da frustração por não poderem valer-se por si mesmos, o que ocasiona comportamentos negativos de inconformismo ou agressividade.

O grupo de companheiros tem papel importante nesta faixa, portanto vital para o crescimento e mudança social, pois representa uma grande pressão social. Pode aparecer desinteresse pela escola, assim como surgir novamente o interesse pelos estudos. Sentem-se integrados na comunidade, participam dela; percebe-se que o Projeto Agente Jovem foi elaborado considerando essas questões psico-sociais do jovem, pois apresentam a oportunidade de reinserção escolar e de atuar na sua comunidade. Erikson destaca:

Em geral, é a incapacidade para decidir uma identidade ocupacional o que mais perturba os jovens. Para se manterem juntos, eles superidentificam-se temporariamente com os heróis de facções e de multidões, a ponto de uma perda aparentemente completa de individualidade (ERIKSON, 1987, p. 132).

Os pais tornam-se figuras rarefeitas na convivência do jovem, preferindo a vivência com seus pares em shoppings, nas ruas ou na companhia da televisão, da internet, dos games, até em função da modernidade da vida, enquanto os pais preocupam-se em ganhar dinheiro, os jovens estão ficando solitários; o que acaba gerando um grande conflito familiar. Fase marcada por certa instabilidade associada a determinados *problemas sociais*. Peralva (1997 p. 23) diz que: “enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir”.

Entende-se por juventude uma fase que diz respeito às escolhas muitas vezes decisivas para a vida em sociedade, um momento de várias tentativas, de vocações ardentes, da constante busca por aprendizagens, marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos, passando por situações de crises individuais e coletivas, mas também de compromissos e entusiasmo. São momentos cruciais de formação e transformações. Erikson (1987, p. 48) define crise como “ponto decisivo e necessário, momento crucial, quando o desenvolvimento tem de optar por uma ou outra direção, escolher este ou aquele rumo”. O termo juventude refere-se a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais, ocorre quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. Porém a juventude é socialmente variável. A juventude deixa de ser uma condição biológica e passa a ser uma condição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade.

É uma fase, uma etapa da vida humana, não existe uma caracterização rígida da vida do homem, nem da categoria juventude, ocorrendo mudanças de sociedade para a sociedade. A juventude brasileira é multicultural, não é homogênea, representativa de cada período da história com suas influências e influenciando-a. Ainda que muitas vezes excluída do cenário político, a juventude se fez presente nas ruas, na luta, buscando interferir nos rumos do País.

Estudar a juventude é como estudar o movimento considerando que sobre esta categoria social incidem mudanças; na condição de transitoriedade. Não é uma fase estanque da vida, mas é uma seqüência de percursos, de trajetões, que se realiza nos vários espaços sociais e pelos vários quadros institucionais, entre a infância e a idade adulta. Peralva (1997 p. 19) “juventude é uma condição social e um tipo de representação. A própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem, enquanto sujeitos, são históricos e culturais”.

Há algum tempo os estudos sobre juventude tinham como prisma o lado negativo, exaltava-se os jovens como violentos, culpados ou coitados; sem buscar entendê-los como sujeitos sociais que são, e que constroem suas histórias; apenas há pouco tempo evidenciam-se pesquisas que buscam estudar o jovem na totalidade, enquanto sujeitos sociais construtores de história, mesmo assim na educação, principalmente a pública ainda se encontra profissionais que ainda vêem o jovem como delinqüente, a juventude como um momento de crise, uma fase difícil, talvez por falta de um conhecimento mais profundo sobre a categoria juventude. Erikson afirma que:

Ao nos referirmos ao universo juvenil em geral, sem recortá-lo sob ótica da classe social, tendemos a considerar os jovens consumistas ou alienados. Se recuperarmos a extração de classe, sobretudo para qualificar os alunos da escola pública, acrescentamos na maioria das vezes, o atributo de violentos ou marginais (ERIKSON, 1987, p.259).

Sposito enfatiza que “tendemos a considerar o jovem a partir de estereótipos quase sempre nascidos pela elaboração de uma imagem originada na mídia”. O estereótipo quase sempre é aliado íntimo do preconceito, Marília Spósito sugere que “ao invés de perguntarmos por que a juventude não se interessa pela participação política como se fosse um defeito a priori, deveríamos formular outro questionamento: o que acontece com a política que não interessa ao jovem?”.

Segundo Melucci, compreender a juventude é pensar numa seqüência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Nesse sentido é possível marcar o início, quando fisicamente se adquire a capacidade de procriação; quando a pessoa começa a dar sinais de independência, de começar a assumir responsabilidades e dar provas de auto suficiência, em meio a outros sinais corporais e psicológicos. A juventude se situa biológica e culturalmente numa íntima relação com o tempo. O que necessariamente não implica numa seqüência temporal linear; os fenômenos evolutivos nas mudanças são fatos que correspondem a cada etapa da vida; fazendo as transformações características estáveis. Para Melucci (1997, p. 8), “adolescência é a idade na vida em que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade”.

A juventude não pode ser entendida como um tempo que termina, ou como a fase crítica, ou a ponte entre a infância e o adulto, mas sim como o início da juventude, cujas características fundamentais são as mudanças no físico e no temperamento, das referências sociais e relacionais neste momento as transformações que estarão presentes ao longo da vida, são sentidas, vivenciadas mais intensamente. Dayrell (2003 p. 42) entende “a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um”.

A juventude é uma etapa, mas não constitui uma passagem, haja vista a importância que ela tem em si mesma. A juventude é um processo que sofre influência do meio social; daí Dayrell associar a noção de juventude à de um sujeito social, que assim como Charlot (2000 p. 33 e 51) define que o “sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos”.

O sujeito é um ser social que ocupa um lugar determinado na sociedade, tem uma origem familiar, que possui uma história, interpretando e resignificando o mundo. O sujeito é um ser ativo que age sobre o mundo produzindo-o também. À medida que o ser vai se constituindo como humano ele também se constitui como sujeito. O ser se constitui na relação com outro. Precisa do outro para ser sujeito. Por ser as dimensões e a sociedade onde vive. Nos anos sessenta a juventude era um problema, na medida em que se definia atora principal (protagonista) de um

conflito de gerações e de uma crise de valores. Em sessenta a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos da contracultura e manifestações estudantis.

A partir da década de setenta, o emprego e renda bem como a entrada na vida ativa tomaram a dianteira nos estudos sobre o juventude, quase transformando numa categoria econômica.

A partir dos anos oitenta, as pesquisas sobre gangues passam a ser o interesse dos estudiosos; não só pela diminuição das manifestações juvenis como pelo aumento dos índices de violência envolvendo os jovens. Apenas recentemente vem se constituindo teoricamente o tema da juventude enquanto objeto de investigação, sua aproximação com o fenômeno, possíveis recortes e suas relações como o processo histórico.

A participação política e social do jovem sempre ocorreu, quer seja em maior ou menor expressividade ao longo da história. No século XIX, iniciaram as tendências como por exemplo: as juventudes sindicais, de partidos políticos, ligadas à igreja, o movimento escoteiro, as juventudes estudantis e universitárias, as organizações ligadas a clube de serviço e que permanecem ainda no século XXI.

Nos anos 50, os jovens colocaram-se definitiva e diferenciadamente como presença visível, muitas vezes turbulenta, além de serem usados como símbolo ou realidade capaz de regenerar o passado, individual e coletivamente. Criaram espaços para representar idéias que defendiam ou para representar a si próprios (SOUZA, 1999, 34).

O educador Antonio Carlos Gomes da Costa faz um paralelo entre o protagonismo político social dos jovens nos anos 60 e 70 nos 80 e 90 conforme a tabela 8:

**Tabela 8. Protagonismo político e social dos jovens**

<b>Protagonismo político social dos jovens</b>	
<b>Anos 60 e 70</b>	<b>Anos 80 e 90</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O jovem como agente de transformação do mundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O jovem como pessoa inserida numa rede de relações, interagindo com seu contexto.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A história como horizonte de ação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O cotidiano como terreno de atuação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A orientação para a totalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A preocupação com determinadas dimensões ou aspectos da realidade social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Utopias de desfecho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Utopias de processo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ No limite, ruptura com o cotidiano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ação limitada à esfera da cotidianidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Representação de si mesmo como militante (engajamento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Representação de si mesmo como pessoa comprometida com uma causa (sintoma).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Critério de adesão: aceitação explícita de pressupostos e de códigos definidos de conduta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Critério de adesão: a ação convergente com os que atuam na mesma direção.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organização em estruturas hierárquicas, verticalizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organização em rede, estruturas horizontalizadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Unidade de pensamento e ação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pluralismo de pensamento e ação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condutas individuais controladas pelo coletivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Respeito à identidade, autonomia e dinamismo próprio de cada pessoa.</li> </ul>

O tratamento das questões que envolvem a juventude nos deixa a mercê de um leque amplo de diferentes abordagens, principalmente no que refere ao conceito de juventude. Portanto fica em aberto a pluralidade dos conceitos de juventude, no sentido de que a juventude deve ser olhada na sua diversidade. Recorremos a Jose Machado Pais: “Não há de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. Às diferentes juventudes e às diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão pois, necessariamente, diferentes teorias” (PAIS, 1996:36). Cada juventude reinterpreta a sua maneira o que é ser jovem, que contrasta não apenas com relação às crianças e adultos, mas também se difere em relação a outras juventudes. Portanto, de cada momento sócio-cultural, de classe social, estrato, etnia, religião, comunidade, gênero criam-se subcategorias de indivíduos jovens com características, comportamentos e sentimentos próprios.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, anunciada na Assembléia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1959, colocou as bases éticas e jurídicas para um novo posicionamento do estado e da Sociedade Civil frente à criança e ao adolescente do nosso tempo.

Esta reivindica uma prioridade absoluta para esse segmento da população nas políticas de governo e nas ações da sociedade civil.

Em julho de 1990, o presidente da República sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que resultou do esforço de mobilização da Sociedade Civil para adaptar a Declaração dos Direitos da Criança à realidade brasileira o ECA é provavelmente o caso mais expressivo de uma política pública que adota uma concepção *integral*, partindo dos conjuntos das necessidades, dos direitos a serem assegurados, sobrepondo-se às divisões das diferentes áreas sociais, responsáveis pelas ações que devem assegurar o gozo desses direitos. No entanto uma das questões bastante discutidas e a própria efetividade do estatuto, tanto no sentido de por em prática tais políticas, como de uma análise mais aprofundada da realidade social.

Apesar da humanidade experimentar um grande progresso, ampliando as conquistas no campo político, econômico, tecnológico, entre outros, a distribuição equitativa dos bens alcançados ainda permanece sendo o grande desafio, e a consequência da injusta e às vezes perversa distribuição de bens, tem repercussões gravíssimas na vida de milhões de jovens.

## **2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

Para melhor compreensão e avaliação de uma política pública implementada por um governo, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e das políticas que sustentam tais ações e programas de intervenção.

Na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e políticas públicas é fundamental se referir às questões implícitas, que informam as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos traçados na formulação e implementação, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer.

Segundo Miguel Abad concebe-se como estado a expressão político-institucional por excelência das relações dominantes de uma sociedade. “Trata-se ao mesmo tempo de um agente de articulação e de unificação entre as nações” (ABAD, 2003 p. 13).

Para Antunes a questão do estado aparece enquanto condição necessária para que os subalternos adquiram igualdade jurídico-política com os grupos dominantes (ANTUNES, 1990, p. 36). As reivindicações da massa em fazer parte, tomar parte, ter parte na administração do governo e na legislação até mesmo de transformar o Estado, encontra-se restrita pelos limites impostos pela estrutura econômica da sociedade.

Höfling destaca a importância de se diferenciar Estado e governo:

Entende-se Estado como o conjunto de instituições permanentes, como os órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico, que possibilitam a ação do governo. E por governo entende-se como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 01).

É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

O modelo neoliberal começou a ganhar espaço apesar de todo o progresso técnico e científico. Nem as crises, as revoluções e recessões conseguiram mudar a concepção desse novo modo de produção capitalista, esta tendência teórica e política de ordenação do mundo do capital não saíram de cena ao longo deste século. “Ao contrário, encontrou espaço propício para se revigorar na crise econômica dos anos 70, quando assumiu a versão que tem sido denominado de neoliberal” (AZEVEDO, 2001 p. 10). O êxito do neoliberalismo no campo cultural e ideológico foi completo, pois não só impôs o seu programa, como mudou o sentido de algumas palavras para o seu proveito. Por exemplo, o termo “reforma” antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista, era fiel a uma concepção iluminista, remetia a transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade igualitária, democrática e humana; foi apropriado e “reconvertido” pelos ideológicos do neoliberalismo num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático.

A teoria liberal tem como pressuposto de sociedade ideal aquela concebida como um mercado, sem excluir a intervenção da lei e do estado no sentido de fazer respeitar as leis do jogo, a honestidade das transações e a liberdade de expressão de cada um (TOURAINÉ, 1996 p. 69).

A concepção neoliberal da democracia se limita a garantir a livre escolha dos governantes, sem se preocupar com o conteúdo da ação deste (TOURAINÉ, 1996 p. 69) ao contrário do pensamento liberal, o marxismo teria sempre dado maior importância à questão do “quem” governa ao invés da questão do “como” governa (CARRION, 1997 p89).

No modelo de Estado Liberal, encontramos três sub-modelos: Liberal Clássico, Liberal Moderno e Neoliberal, para este trabalho será apresentado apenas o modelo neoliberal, considerando ser este o mais adequado para qualificar o governo do ex-presidente e suas políticas públicas.

O fenômeno político-ideológico denominado neoliberalismo tem suas origens na Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça em 1947, também chamada de Escola Austríaca, cujos principais representantes são Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Para von Mises, a liberdade é um todo indivisível, mas a liberdade política é um corolário da liberdade econômica. Posteriormente, Mises sustentou que as relações econômicas e políticas se amparam em apenas dois pólos opostos: opção pela liberdade e ou opção pela ditadura, ou seja, liberalismo econômico ou ditadura, seja ela fascista ou comunista.

No entanto, o ideário neoliberal formulado pela Escola Austríaca não encontrou, nas décadas de 50 e 60, condições históricas concretas para sua implementação. A doutrina neoliberal ainda teria que aguardar um pouco mais. Em 1973, a crise do modelo econômico do pós-guerra, que fez os países capitalistas avançados entrarem numa longa e profunda recessão, abria espaço para a implementação das reformas propostas.

Nas formulações iniciais do ideário neoliberal havia um grande apelo à liberdade, mas esse apelo passava exclusivamente pela análise do econômico, o que levou Armando Boito Júnior<sup>19</sup> a afirmar que este liberalismo era essencialmente um liberalismo econômico. Essa ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês adequando-o às condições históricas atuais. Diferentemente do liberalismo político que, embora em uma relação complexa com a democracia, posteriormente avançou para um liberalismo democrático. Na verdade, esclarece o autor, esse liberalismo econômico pode prescindir da democracia. Nas três vertentes do neoliberalismo, a democracia aparece primeiro como liberdade política separada da liberdade

---

<sup>19</sup> Junior, A.B. p.23.

econômica de mercado; segundo como um problema a contornar, e não um objetivo a alcançar; e, no terceiro caso como uma tentativa de subtrair as decisões econômicas da influência do sufrágio.

O conceito de neoliberalismo não está muito claro, enquanto doutrina política ou econômica, na realidade o conceito é um tanto escorregadio. A maioria dos estudiosos do fenômeno neoliberal, no entanto, admite que se trata de um conjunto de idéias advindas da Escola Austríaca com Hayek e von Mises, por um lado, e por outro, um conjunto de receitas monetaristas, inspiradas em Milton Friedmann. Na realidade, a ideologia neoliberal não escapa a uma certa incoerência: se a ideologia teórica remonta ao capitalismo concorrencial, com a defesa da livre concorrência; em termos práticos, tal ideologia precisa adaptar-se a uma época de monopólios, especulação financeira e imperialismo, operando com interesses conflitantes de frações de classes.<sup>20</sup>

A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses (JUNIOR, 1999, p. 20-30).

O neoliberalismo reinterpreta a correlação de forças e o processo histórico de cada país, definindo como vilões do atraso todas as forças sociais que lutam por igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo em que promove os conservadores e a direita à modernidade, que se expressa no desmanche do patrimônio público via privatizações e no modelo de Estado mínimo.

O sucesso ideológico do ideário neoliberal, segundo Junior, só pode ser entendido como resultante de uma mudança estrutural na própria natureza do capitalismo. Essa mudança envolve a importância crescente dos mercados frente aos Estados, cujo poder de regular suas economias foi reduzido; e também a importância crescente do mercado frente às empresas, que tiveram seu papel reduzido em função da concorrência internacional.

Deve-se ter clara a necessidade de estabelecer uma distinção: o fenômeno neoliberal é diferente nos países centrais e nos países periféricos. Principalmente porque os reflexos da política neoliberal são mais drásticos para as classes trabalhadoras dos países periféricos, que nunca desfrutaram dos direitos sociais ancorados no Estado de bem-estar social, como nos países

---

<sup>20</sup> Idem, p. 25

centrais. Além disto, o neoliberalismo reforça o controle das grandes potências sobre as economias periféricas.

No Brasil, a política neoliberal começou a ser aplicada efetivamente nos anos 90, tendo o seu auge no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante os anos 80, o país ofereceu resistência às políticas de desregulamentação e abertura comercial em curso na América Latina, as condições políticas e econômicas para o ajuste realizado no Chile e no México estavam ausentes no Brasil na década de 80.

Detectou-se forte influência do processo de privatização que aconteceu no país na mentalidade das pessoas. Detectou-se perda do respeito pelas instituições públicas e, ao mesmo tempo, uma valorização das empresas privadas e das iniciativas pessoais. O que os realizadores chamaram de um neoliberalismo juvenil.

O Estado brasileiro encontrava-se política e economicamente fragilizado pela crise dos anos 80. Sem condições, portanto, para enfrentar as medidas de ajuste de tipo neoliberal. A impossibilidade de adoção das políticas indicadas pelo Consenso de Washington deveu-se à fragilidade do Estado brasileiro, e não à sua força. Na virada dos anos 80, a onda neoliberal chegou ao Brasil. “As razões do surgimento desse tipo de proposta neoliberal encontrava-se, de um lado, no agravamento da crise econômica e, de outro, no esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro” (SOARES, 2000 p. 37).

Desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, podemos detectar um movimento de ajuste de orientação neoliberal. Este processo foi continuado pelo vice-presidente empossado em 1994, Itamar Franco, cujo ministro da Fazenda, no último ano de mandato, foi exatamente Fernando Henrique Cardoso, que seria eleito presidente em 1994, iniciando seu primeiro mandato em 1995.

Embora a política neoliberal no Brasil tenha se iniciado em 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, que ela entrou em seu período de consolidação. A adoção do Plano de Estabilização em meados de 1994 com a adoção do Real visava ao ajuste estratégico e à retomada do crescimento econômico, sob o receituário do Consenso de Washington.

A retirada do Estado ou sua renúncia como agente produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui para a redução (estratégica) do setor público, bem como o rearranjo de toda a máquina estatal, situado na proposta mais ampla de Reforma do Estado (SOARES, 2000 p.38).

Desde então, com a política de privatizações e a série de ajustes realizados, houve um processo de transferência de riquezas para o setor privado, um fortalecimento dos grandes monopólios privados e a desindustrialização e desnacionalização da economia nacional. Este processo levaria a adoção de um Estado Mínimo, cujas funções básicas, inicialmente, seriam manter a educação primária, a saúde e a infra-estrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Posteriormente nem estas funções básicas ficaram reservadas ao Estado, pois mesmo nesses setores, o Estado deveria ir se retirando e permitindo a entrada do capital privado, fato que denota o peso ideológico intrínseco à política adotada. No Brasil este processo se iniciou mas nunca chegou a ser concretizado totalmente.

É prática corrente entre os defensores do neoliberalismo – teóricos e autoridades políticas – a recusa ao “rótulo” de neoliberal. Desde as formulações teóricas, cuja marca inicial é a sociedade de Mont Pèlerin, até os auxiliares do presidente Fernando Henrique Cardoso, todos se autoproclamam liberais e definem sua posição política como consequência das mudanças políticas e econômicas que ocorreram com o processo de globalização, portanto, realistas. Marcelo Dias Carcanholo, identificou esse procedimento em um graduado auxiliar do governo FHC, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

Até bem pouco tempo atrás, ninguém no governo FHC admitia que o seu projeto era neoliberal, embora os fatos e suas políticas não deixassem a menor dúvida. Em 1996, um diretor do Banco Central se propôs a redigir um texto para justificar teoricamente o projeto de seu governo. Nele a ideologia neoliberal e as diretrizes do ‘Consenso de Washington’ são explícitas (CARCANHOLO, 2002 p. 32)

De acordo com Carcanholo, os integrantes do governo FHC continuavam vestindo uma máscara de social-democratas e se ofendiam quando chamados de neoliberais. O autor propõe chamá-los de social-democratas ofendidos, ou envergonhados. De fato, o conceito de neoliberalismo foi formulado pelos opositores desse projeto. Aqui trabalhamos com os opositores para analisar a política neoliberal no Brasil.

A política neoliberal – tomando aqui apenas o caso brasileiro – beneficia certamente as classes e frações de classes dominantes, mas o realiza de forma desigual, beneficiando mais certos setores e menos outros. A fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e comerciais, mantinha a hegemonia no bloco no poder desde o governo Sarney. A análise da política neoliberal aplicada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e sua incidência sobre os diversos setores da burguesia demonstram que a fração monopolista era quem auferia os maiores benefícios, ainda que houvesse uma distribuição irregular dos ganhos no interior da fração.

Um novo setor da burguesia brasileira que tem a sua ascensão diretamente relacionada com a política neoliberal, é a nova burguesia de serviços. Este setor opera nas áreas de educação, saúde e, mais recentemente, na previdência privada. A burguesia de serviços é diretamente beneficiária do desmanche da área social do Estado, isto é, da redução dos gastos e dos direitos sociais. Como todas as frações burguesas no interior do bloco no poder, além do imperialismo, exercem uma forte pressão sobre o Estado para que reduza os gastos sociais, a nova burguesia de serviços se beneficia da ação conjunta de todas as frações de classe. Pode causar certa controvérsia o uso do termo hegemonia em dois sentidos diversos. Para Antonio Gramsci, o conceito de hegemonia tem um sentido bem mais amplo, de direção intelectual e moral de um certo bloco social que, no limite, assume o sentido de conformação de toda a sociedade a um determinado projeto político. Nessas passagens a respeito do bloco no poder, o termo é usado no sentido de “controle da política econômica por uma das frações burguesas” como esclarece Armando Boito Júnior.

A apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a mercantilização da saúde, da educação e da velhice. A burguesia de serviços tem contado com os préstimos de toda a grande imprensa, sempre pronta para mistificar os serviços privados, em reportagens promocionais, e para explorar, de maneira falaciosa, a degradação, que é real, dos serviços públicos. Daí, as incontáveis reportagens [...] sobre a ‘falência’ dos hospitais públicos, de ensino público e do INSS, etc. [...] parecem, à primeira vista, criticar a política neoliberal de redução dos gastos sociais, mas sugerem de modo subliminar, que é inevitável e vantajoso recorrer aos serviços privados (JUNIOR, 1999 p. 71).

O Estado assim como toda a sociedade, passa a ser regulado pelo mercado, daí a sociedade civil passar a se organizar e assumir atividades antes exclusivas do Estado, surge o terceiro setor.

Bottomore (2001, p.133) classifica o Estado no pensamento marxista como: conceito de importância fundamental considera o Estado como instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe.

Para Hófling a tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias, aliás, coerentes com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos.

Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e as ações estatais, as quais estariam em última instância, voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo, outras se desdobram na análise da complexa questão de autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente as reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores beneficiados pelo desenvolvimento capitalista (HÓFLING, 2001 p. 2-3).

A visão marxista aponta a influência dos interesses econômicos na ação política e vê o estado como um importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular: a burguesia. Carrion (1997, p. 97) explica: “A crítica do Estado de Marx está articulada com a idéia de *extinção do Estado* presente, explícita ou implicitamente, desde os trabalhos da juventude, como *A questão judaica* de 1843, até os trabalhos da maturidade, como *A crítica do programa de Gotha*, de 1875”. E completa:

A idéia da extinção do Estado em Marx não significa a de extinção do poder político público. Extinção do Estado no sentido da dimensão política por parte do homem, de um processo de politização crescente e extensiva da sociedade civil, de superação dos limites estreitos da democracia meramente representativa, do fim de uma política “pura”, da realização de uma sociedade cooperativa, da prática da autogestão social, atestado o credo libertário de Marx (CARRION, 1997 p.99).

O Estado ao reproduzir as relações de dominações presentes na sociedade, reproduz as tensões imanentes às contradições e aos conflitos derivados das desigualdades para Abad (2003). Nesse sentido as mudanças nas relações de dominação reproduzem mudanças no aparelho político institucional do Estado. A política pode ser considerada como um dos instrumentos de ação do Estado; e é influenciada por inúmeros fatores, o principal é a concepção teórica de Estado, daqueles responsáveis por implantar e implementar as políticas publicas.

A política definida como *policy* em inglês significa programa de ação governamental, conotação mais técnica e administrativa; fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na definição em inglês *politics* política no sentido da dominação na luta pelo poder e na busca de acordos de governabilidade; no contexto das relações sociais que plasmam as

assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade. As duas acepções estão relacionadas e pode-se dizer inseparáveis (ABAD, 2003 p.14).

Conforme Tarso Genro<sup>21</sup> em seu artigo escrito para o Laboratório de Políticas Públicas da UERJ (2002)<sup>22</sup>:

A política como momento ordenador da consciência pública, corre o risco de permanecer – neste quadro histórico – um mero ritual, assegurado pelo convencimento manipulado de que qualquer alternativa, fora dos parâmetros aceitos pela teologia do “mercado”, será sempre um fracasso completo (GENRO, 2002 p. 1).

Sendo a ação política exercida por meio de vários instrumentos, um deles é a implantação de programas e políticas públicas. “Políticas são entendidas como o conjunto de orientações e ações de um governo com vistas ao alcance de determinado objetivo” (BELLONI, 2003 p.10).

Admitindo-se delegar ao Estado, autoridade para articular, formular, implantar as políticas públicas, estas, passam a ser instrumento de dominação, pois ao mesmo tempo em que se constitui numa decisão supõem-se uma ideologia, implícita ou explícita em sua formulação; que passa a ser o resultado de um compromisso, de uma racionalidade técnica com a racionalidade política. Essa racionalidade política é determinada de acordo com o projeto político dominante do momento (ABAD, 2003 p.14).

Políticas públicas são entendidas como o Estado em ação (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (Höfling, 2001). Política pública representa aquilo que o governo opta por fazer, ou não frente a uma situação. é a forma de concretizar a ação do Estado.

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo (Höfling,2001).

As políticas públicas facilitam amplos consensos sociais e promove o desenvolvimento do sistema institucional, tornando possível o controle cidadão e a responsabilidade pública dos governos, são também instrumentos de governabilidade democrática.

---

<sup>21</sup> Tarso Genro foi duas vezes prefeito de Porto Alegre/RS e Ministro da Educação no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

<sup>22</sup> [www.anesp.org.br](http://www.anesp.org.br)

Considerando serem respostas destinadas a solucionar problemas políticos que aparecem na agenda governamental do poder de plantão (ABAD, 2003 p16).

Ainda existem divergências entre os conceitos de políticas públicas, que pode ser definido como aquilo que o governo implementa para todos, como deveria ser o acesso à educação, aos serviços de saúde, o direito à moradia, à proteção e ao lazer. Políticas públicas compensatórias são indispensáveis, sobretudo num país como o Brasil que recebeu uma herança poderosa de problemas sociais resultantes de uma estrutura econômica baseada no trabalho escravo.

Existe no país um grande esforço de “ajuste de contas” com o passado, que em muitos casos resultou positivamente, mas na área social, a dinâmica do crescimento da população e o crescente processo de pauperização, acabou por não ocasionar resultados possíveis de serem percebidos. O país está consciente da qualidade do peso dos problemas que a sociedade escravocrata legou à sociedade atual, porém encontra-se ainda incapaz, na prática, de superar as distâncias sociais geradas pela proximidade emocional e tutelar do patriarcalismo familiar que marcou e ainda marca boa parte de nossas relações individuais e institucionais. É urgente a necessidade de se fazer justiça social.

Políticas públicas de proteção social são cada vez mais imprescindíveis às ações dos governos em seus diferentes níveis para que o Estado não perca de vista a responsabilidade cívica e a obrigação ética de formar cidadãos capazes de produzir e reproduzir eles próprios no domínio de suas relações individuais, pessoais e sociais, a presença e a força dessa responsabilidade.

Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente (AZEVEDO, 2001 p.05).

Para o instituto IPESE, uma definição bem aceita seria: políticas públicas é o conjunto de políticas econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo (seja no âmbito federal, estadual ou municipal), em conjunto ou não com a sociedade civil, para atender as demandas específicas de grupos sociais.<sup>23</sup> O primeiro passo para formular uma política pública é identificar o problema e suas causas. Em seguida estabelecem-se metas, definem-se programas e, dentro destes, projetos específicos para cada área de atuação. O próximo passo é a elaboração de

---

<sup>23</sup> [www.ipese.com.br/docs/p.pjuvsep.rtf](http://www.ipese.com.br/docs/p.pjuvsep.rtf)

atividades e o alocamento de recursos humanos e financeiros para atingir as metas.<sup>24</sup> Baseado no conceito do IPESE pode-se definir políticas públicas como respostas destinadas a solucionar problemas políticos, considerando a demanda a quais se destinam.

Uma vez que as políticas públicas são respostas que se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental, enquanto esta inclusão não ocorre, o que se tem geralmente, são programas e projetos, situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas.

As políticas sociais são formas de interferências do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada classe social. Portanto assumem diferentes características em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. As políticas públicas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (Höfling, 2001). As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

A abordagem neoliberal se faz presente como filosofia de ação orientadora de políticas públicas em vários países, inclusive no Brasil, o que se evidencia nas políticas implantadas na última década, inclusive nos fundamentos do *Projeto Agente Jovem*. Ao assumir a responsabilidade pelas políticas sociais, o Estado Neoliberal gera a necessidade de novas e maiores receitas, o que acaba gerando novos impostos e aumento na carga tributária e nos encargos sociais; exemplo disso é a taxaçoão dos inativos e a implantação da CPMF ocorridos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

As políticas públicas, assim como quaisquer ações humanas, são definidas com base na memória da sociedade ou do estado em que tem curso, por isso são construções determinadas por valores, símbolos, normas que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada

---

<sup>24</sup> Idem.

sociedade e que também a determina. A Constituição Federal é a diretriz para as políticas públicas brasileiras.

Ao focar políticas públicas é preciso ter presente as estruturas de poder e dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social e que tem no Estado o lócus de sua coordenação. Atualmente a globalização define os padrões, que apesar de resignificados localmente não perdem as marcas mundiais. É necessária a formulação de políticas públicas que recuperem a existência democrática universal que está cada vez mais degradada pela cultura economista e pela força conservadora do liberalismo.

Os estudos sobre as políticas no Brasil, sobretudo no campo da ciência política e da sociologia passaram a ganhar centralidade a partir da década de 80, quando também o país passava pela reinstauração da democracia, portanto o contexto político social contribuía para o desvelamento das políticas, principalmente as da área econômica herdada pela ditadura militar, que o governou o país a partir do golpe de 1964 até 1984, quando ocorreu a primeira eleição para presidente da república (AZEVEDO, 2001 p. 01).

A partir da redemocratização do país, suscitava a necessidade de se conhecer práticas do governo militar para se construir novos padrões de políticas públicas, conseqüentemente estas vão se firmando no campo acadêmico como área de conhecimento; extrapolando o campo da ciência política e da sociologia, pelo próprio caráter interdisciplinar que está implicado no enfoque do fenômeno. As políticas públicas passaram a ter por parâmetro o movimento da globalização trazendo em seu bojo as novas tendências de articulações da produção e do mercado, bem como os forjados padrões deste contexto (AZEVEDO, 2001 p.02).

Políticas públicas são diferentes de programas, pois políticas públicas são universais como a educação, já os programas são ações para implementar as políticas como o *Projeto Agente Jovem*.

A avaliação de políticas públicas torna-se mais relevante quando pode oferecer informações sobre resultados e conseqüências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas e não apenas sobre o impacto. Belloni considera que:

A avaliação de uma política pública deve considerar alguns parâmetros referenciais de análise: política como um dos instrumentos de ação do Estado, conceitos e perspectivas político-filosóficos relativos à questão objeto da política, e a política específica tal como formulada e implementada (BELLONI, 2003 p.28).

Uma política desempenha papéis distintos, considerando a relação que se estabelece com as demais políticas e também com o grupo social a que se destina. Uma política na área social pode ser congruente com a política econômica básica, isto é o fio condutor que reflete as prioridades de um determinado governo; e estar intimamente ligado a ela; pode ser complementar, quando fornece elementos que reforçam seus objetivos e metas principais ou compensatórias quando atua sobre danos ou conseqüências nefastas das políticas básicas com o objetivo de atenuá-los. Os objetivos de uma política básica definem o papel das políticas específicas (AZEVEDO, 2001, p. 39).

As políticas públicas para a juventude passaram a fazer parte da agenda do governo há pouco tempo, e destinam-se a preencher as lacunas das políticas sociais deixadas para este segmento numeroso da sociedade; tentando diminuir práticas de exclusão e de limitação das oportunidades cujas conseqüências são, geralmente, a delinqüência, a prostituição, o uso de drogas e atividades ilícitas, com forte impacto sobre a segurança e a saúde, a mortalidade e a mobilidade dos jovens.

No Brasil começaram a surgir políticas públicas mais específicas ao atendimento da juventude há pouco tempo, até então os jovens se enquadravam nas políticas sociais que atendiam as crianças e os adultos. RUA propõe o entendimento de políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. (RUA, 1998 p.75).

Uma política pública destinada aos jovens deve satisfazer três funções básicas: identificar, priorizar e recomendar ações e programas sociais, para satisfazer as demandas e necessidades da população jovem.

Miguel Abad esclarece que:

A condição juvenil se impõe, apesar das chamadas políticas públicas de juventude ou de quaisquer outras políticas sociais que, como tem ocorrido nesse campo particular, se limitam a promover a focalização como uma competição entre os pobres, e a descentralização e valorização da autogestão local como estratégia de debilitar coalizões com o potencial de mudança e também a sistemática ignorância da igualdade social e de seu caráter essencialmente político, aspectos que não foram até agora objeto das

avaliações das políticas de juventude. As ações continuam a desenvolver-se mesmo quando os jovens, na sua maioria, não participam por falta de interesse (ABAD, 2003 p. 28).

Um dos principais objetivos de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais. E um outro há de ser o fortalecimento do espírito de cidadania que compreende, por sua vez, a confiança nas instituições e a consciência de poder fazer-se ouvir nelas.

Por trás de toda política está implícita a noção dos sujeitos a quem se destinam suas problemáticas concretas, dependerá dessa noção o tipo de políticas e programas produzidos como respostas; evidenciar-se-á de que forma o poder público e a sociedade caracterizam a juventude, como problema social ou como solução para a sociedade contemporânea.

## CAPITULO 3

### PROTAGONISMO JUVENIL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O que se pretende neste capítulo é descrever sobre o conceito de protagonista juvenil, que é o objetivo mais destacado no *Projeto Agente Jovem*, procurando explicitar as variações do tema, na visão do liberalismo e na dos movimentos sociais. No segundo momento busca-se discorrer sobre a consciência política entendida na tradição marxista como a forma capaz de ser a ação revolucionária do proletariado e, assim, chegar-se a uma sociedade mais justa, sem exploradores e explorados.

#### 3.1 PROTAGONISMO JUVENIL

O foco do *Projeto Agente Jovem* é desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil e assim preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento na sua comunidade. Procuramos entender o que vem a ser o protagonismo juvenil. A palavra protagonista é formada por duas raízes gregas: *proto* que significa “o primeiro, o principal” e *agon*, que significa “luta”; “agonistes” significa “o lutador”. Protagonista quer dizer lutador principal, personagem principal, ator principal.

Nos dicionários podemos encontrar como definições: pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento; personagem principal de uma representação; no sentido figurado: pessoa imprescindível em alguma atividade. O atual sentido de protagonismo indica o ator principal, o agente de uma ação, seja essa pessoa jovem ou adulta, um ente da sociedade. Juvenil é uma palavra derivada do radical jovem, que quer se referir a algo típico da juventude. Juvenil é um adjetivo que delimita e imprime caráter ao substantivo protagonista. Segundo Antonio Carlos Gomes da Costa Protagonismo juvenil é uma forma particular de protagonismo,

aquele que é desenvolvido pelos jovens. Nesse sentido o protagonismo juvenil diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto ao mundo adulto, aos problemas na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.

Pode-se considerar o protagonismo juvenil como participação ativa dos jovens na luta por suas posições, crenças e valores. O protagonismo juvenil seria um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais onde o jovem é sempre o ator principal; estimulando-o a tornar-se um sujeito transformador da realidade, com identidade própria, senso crítico e capacidade de lidar com adversidades do real.

O protagonismo de crianças e adolescentes inicia-se com as idéias do psicólogo social americano Roger Hart, na América Central e no Brasil é adaptado e difundido pelo pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, principalmente nas ações desenvolvidas pela Fundação Odebrecht<sup>25</sup>. Com a reforma do sistema educacional para o ensino médio, essa idéia é amplamente difundida, porém pouco discutida, entendida e refletida com e por professores e alunos.

Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o jovem é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Por meio desse tipo de ação o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto sócio-comunitário. A proposta é que através da participação ativa, construtiva e solidária o adolescente possa envolver-se na solução de problemas reais na sociedade. O jovem emerge então como fonte de iniciativa (na medida em que é dele que parte a ação), de liberdade (uma vez que na raiz de suas ações está uma decisão consciente) e de compromisso (manifesto em sua disposição de responder por seus atos).

Segundo Costa:

Quando o adolescente, individualmente ou em grupo, se envolve na solução de problemas reais; atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso; temos diante de nós, um quadro de participação genuína no contexto escolar ou sócio-comunitário, o qual pode ser chamado de protagonista juvenil (COSTA, 1999 p.76).

---

<sup>25</sup> Organização que atua prioritariamente com os jovens.

Na perspectiva do protagonismo é necessário que a participação do jovem seja autêntica, e não simbólica ou manipulada; pois a participação é a atividade mais claramente ontocriadora, ou seja, formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social. A atitude do jovem diante da vida apresenta-se como essencial para a compreensão do protagonismo juvenil, que pode ser uma importante via para o reencontro de gerações, porque propicia aquela situação especial em que adultos e adolescentes, em vez de olhar uns para os outros, poderão voltar-se para a mesma direção.<sup>26</sup>

O protagonismo surge como uma alternativa eficaz para possibilitar ao jovem identificar, incorporar e vivenciar através de ações concretas, os valores que lhe permitirão encontrar-se consigo mesmo e com os outros, na dimensão da solidariedade e do serviço ao bem comum. A proposta parte do pressuposto que aquilo que os jovens pensam, dizem e fazem pode transcender os limites de seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos na vida comunitária e social mais ampla. E o propósito do protagonismo juvenil, enquanto educação para a participação democrática, é criar condições para que o educando possa exercitar de forma criativa e crítica, essas faculdades na construção gradativa da sua autonomia. Ou seja, capitalização da tendência à grupalidade em favor de seu desenvolvimento pessoal e social.<sup>27</sup>

Esse termo protagonismo juvenil vem despertando no Brasil, interpretações variadas, às vezes abusivas, outras injustas. Existe entre as visões governamentais e a dos movimentos sociais diferenças conceituais sobre o tema protagonismo juvenil.

As preocupações com o futuro, e o bem estar das futuras gerações incluíram a juventude na agenda governamental. As discussões sobre o protagonismo juvenil nos sistemas Nações Unidas e Banco Mundial, têm o propósito de reforçar o lema do *combate à pobreza*; para tal financiam estratégias de ação juvenil na perspectiva do empoderamento<sup>28</sup>.

O protagonismo juvenil, na visão liberal, relaciona-se basicamente com a preparação para a cidadania, logo surgem programas que se propõem a preparação para o exercício da cidadania. Em Assembléia Geral de julho de 2001, a ONU define o conceito de empoderamento:

---

<sup>26</sup> Cf. Costa, *Protagonismo Juvenil*, 2000 p.88

<sup>27</sup> Idem p. 126 e 140.

<sup>28</sup> Tal conceito ainda não está dicionarizado.

O conceito de empoderamento inclui participação, direitos e responsabilidades, capacidade de realização e integração social. Empoderar os jovens sugere conferir poder aos jovens como indivíduos ou membros de organizações juvenis, comunidades e corpos nacionais e internacionais. Então, isso está diretamente relacionado com a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas, bem como instá-los a tomar decisões que possam ser contrárias aos seus interesses e desejos imediatos (ONU, Assembléia Geral, 12 jul.2001, A/56/180, p. 9)

O conceito de empoderamento está intimamente ligado ao conceito de protagonismo juvenil, no que diz respeito à juventude empoderar é torná-la agente ativo de transformações e desenvolvimento, e não meros sujeitos passivos. (Iulianelli, 2003 p.65) Por trás dessa postura está a leitura que considera os jovens como responsáveis pelo presente e pelo futuro. Antes o peso das decisões era exclusivo do adulto. A perspectiva do empoderamento e do protagonismo modifica isso. O banco mundial considera que empoderamento é um expediente no combate à pobreza, uma questão de ética. Iulianelli esclarece: “Combater a pobreza é criar políticas que impeçam que as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia enfrentem todas as dificuldades decorrentes de tal situação, especialmente as que se manifestam com problemas de saúde, como as doenças provocadas pela fome” (IULIANELLI, 2003 p. 65).

As ações juvenis são consideradas de protagonismo social na medida em que contribuem para o combate à pobreza. E aponta que para os organismos multilaterais, o caminho seria a educação: “A educação seria a chave para reverter os processos que desencadeiam o ciclo vicioso da pobreza mundial” (Iulianelli, 2003 p. 66). Isso acontece, sobretudo nos investimentos na área da educação, numa visão ideológica que a educação pode equacionar a sociedade. O conceito de empoderamento aliado ao de protagonismo social, pode ser muito útil para interpretar as ações juvenis.

As considerações que os organismos multilaterais têm sobre as ações juvenis repercutiram em projetos de financiamento, sobretudo na área da educação, e principalmente privilegiam os projetos e programas dirigidos aos jovens ou conduzidos pelos jovens<sup>29</sup>. Essas ações juvenis agora tratadas como protagonismo juvenil passaram a orientar as reflexões e os recursos dos organismos multilaterais, governos e da cooperação internacional, que financiam as organizações não governamentais, entidades ecumênicas de serviço e movimentos sociais.

---

<sup>29</sup> Cf. Iulianelli. Jovens em Tempo Real, p. 67

O acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais é amplamente negado à maioria da população e à juventude em particular,<sup>30</sup> por isso são imprescindíveis políticas públicas que visem amenizar essa situação.

A educação nacional tem como objetivo a formação integral do educando, a sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, visando formar a pessoa, o cidadão e o trabalhador. O protagonismo juvenil na visão liberal relaciona-se basicamente, com a preparação para a cidadania, como estratégia propiciadora do desenvolvimento pessoal do jovem, e das qualidades que o capacite para *ingressar, permanecer e ascender* no mundo do trabalho. No desenvolvimento pessoal o protagonismo contribui para o desenvolvimento da identidade, da auto-estima, da confiança, da visão de futuro, do projeto de vida e da busca da plenitude humana por parte dos jovens, na capacitação para o trabalho o protagonismo propicia o desenvolvimento de habilidades, de autogestão, de aprender a lidar melhor com as potencialidades e limitações, bem como coordenar o trabalho de outras pessoas e agir conjuntamente com outros pares ou adultos.

De outro lado, empoderamento significa participação solidária, direitos e responsabilidades conquistados por uso de mecanismos legítimos de pressão social e construção da integração social por meio da formação de uma opinião pública esclarecida. Ou seja, qualificar a questão a partir dos próprios sujeitos e não a partir de interesses dos detentores do poder.

As práticas desenvolvidas pelos jovens são, por um lado, de afirmação de direitos e participação política e, por outro, de criação e ação cultural (IULIANELLI, 2003 p. 69).

Podemos entender por protagonismo ações juvenis coletivas e participantes, onde se constroem a autonomia dos participantes e o envolvimento da coletividade com a ação; não se supõe geração de lideranças individuais, mas a participação e cooperação social. Uma ação educativa na construção de um processo de intervenção sociocultural.

Segundo Abramo (1997) apesar de ter crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuam desfocadamente visíveis com exceção daqueles projetos que se baseiam na idéia de protagonismo juvenil, ou seja, que buscam desenvolver atividades

---

<sup>30</sup> Ibidem, p.68

centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles se desenvolvem.

Embora os dados do censo do IBGE de 2000 revelem que 20% da população brasileira possuem entre 10 e 19 anos, constata-se que o governo ainda não sabe lidar com esse fator, pois faltam políticas públicas para tal faixa etária, apenas 33% dos jovens ingressam no ensino médio, existem ações isoladas, mas ainda não há políticas de atendimento integral aos jovens.

O que recentemente vem ocorrendo no Brasil é um crescente movimento de programas e projetos de protagonismo juvenil, ou seja, projetos não apenas desenvolvidos para os jovens, mas também pelos jovens, onde estes participam também da formulação dos objetivos e das atividades. A mídia do país também despertou para os jovens, são programas de televisão, suplementos de jornais e revistas destinados a essa população, com informações e linguagens apropriadas.

O protagonismo juvenil é um termo novo para definir uma forma de participação dos jovens, que os privilegia como atores sociais, como parte integrante e indispensável nos projetos dos quais fazem parte, e dos processos de decisão. Essa *participação autêntica*, definida por Antonio Carlos Gomes da Costa, pressupõe a criação de espaços e mecanismos de diálogo e participação, uma conquista gradual que pretende atingir todos os jovens, e refletir na vida adulta de forma positiva.

É importante lembrar que existem falsos tipos de participação, que não configura protagonismo, onde os jovens são manipulados pelos adultos, onde a participação se dá apenas na aparência; o grande desafio é fazer com que os adultos apoiem os jovens, mas sem assumir a tarefa na tomada de decisão e de iniciativas.

O protagonismo juvenil não consiste apenas em projetos ou ações isoladas. O protagonismo é um processo, como explica Costa (2000, p.152) uma conquista gradual e em tese pode ser praticada por todos os jovens. E experiências por todo o país mostram que o protagonismo reflete de maneira positiva na vida dos jovens adultos.

O discurso do empoderamento pode ser uma cortina de fumaça para dar continuidade às políticas de endividamento externo, em curso, pode em contrapartida ser o critério discursivo para avaliar o quanto uma ação juvenil é promotora ou não de protagonismo<sup>31</sup>.

### 3.2 CONSCIÊNCIA POLÍTICA

A consciência é um produto social, segundo a filosofia do ser, esta é a capacidade de operar, o resultado de um processo social. O trabalho humano é um dos fatores determinantes na constituição da consciência. Conforme Antunes (1990, p.18) “todo ato social, portanto surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”.

O empirismo e o racionalismo separam consciência e matéria, não conseguindo apreender o verdadeiro conhecimento do real. Somente com a formulação de Marx, o ser e a consciência, objeto e sujeito, matéria e consciência encontram sua verdadeira dimensão dialética.<sup>32</sup>

É a capacidade de idealizar o futuro que distingue o homem dos animais, pois assim como o racional, os irracionais também operam, conforme explica Marx:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1971p. 202).

O homem difere do animal, pois a ação humana não é apenas biologicamente determinada, mas se dá pela incorporação de experiências e conhecimentos produzidos.

O homem com o seu trabalho modifica a matéria, e também é modificado por ela. Como o trabalho já existia na consciência do homem, antes deste executá-lo, isto é a pré-consciência é elemento essencial para a execução do trabalho, e ao executa-lo, o homem forma a sua

---

<sup>31</sup> Iulianelli, 2003 p. 69

<sup>32</sup> Antunes, 1990 p. 15

consciência, podemos então dizer que não há consciência sem trabalho e vice-versa. Dialeticamente o homem forma sua consciência com o trabalho assim como o trabalho é realizado com a sua formação de consciência. Esse fato por si só não garante a formação da consciência verdadeira.<sup>33</sup>

“Consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas” (SANDOVAL, 1994 p. 59).

Salvador Sandoval, ao escrever sobre os aspectos micro-sociais nos movimentos sociais disse que apesar das diferenças, dos valores, crenças e a rotina cotidiana, os indivíduos têm a oportunidade de romper temporariamente e parcialmente com alguns dos mecanismos de submissão e viver, no movimento social, experiências coletivas que, por sua vez são pedagógicas no sentido de que o indivíduo tem a oportunidade de vivenciar outras formas de agir frente a seus problemas, interagir com outras pessoas no âmbito de um esforço organizado coletivo e conhecer experiencialmente o sistema político, na medida em que o movimento social contesta o status quo político-distributivo e leva o indivíduo a se defrontar com membros das elites políticas<sup>34</sup>.

Para Sandoval, a consciência política, é antes de qualquer coisa, a “percepção da realidade social as quais são passíveis de análise sistemática” e as ações coletivas de um movimento para se concretizarem dependem, além de outras conquistas, também da experiência. Neste sentido a participação em movimentos sociais é um processo de aprendizagem política em que indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder. Portanto podemos ver o movimento social como um processo político, onde as pessoas se envolvem de diferentes maneiras conforme variações de fatores determinantes.

A formação da consciência política, num entendimento psicossocial, independente de onde, como e quando ocorre e da organização econômica, se orientada, acontece com eficiência, já que a mesma não é uma mera escala aleatória. É desta formação da consciência política que surgem as lideranças que continuam o processo de luta de classes.

---

<sup>33</sup> Cf. ANTUNES, 1990 p. 18 e 19.

<sup>34</sup> Cf. SANDOVAL, 1989 p.70 e 71.

Nos textos de Marx é possível perceber que a compreensão da sociedade devia basear-se na compreensão de suas relações econômicas, mas não esgotava aí: a compreensão real da sociedade implicava, também, o entendimento de suas relações históricas, políticas e ideológicas.

O próprio Marx retém, em sua análise da sociedade a noção de que a história, a transformação da sociedade, se dá por meio de contradições, antagonismos e conflitos.

A transformação e o desenvolvimento da sociedade não é linear, não é espontânea, não é harmônica, não é dada de fora da própria sociedade, mas é consequência das contradições criadas dentro dela, e é sempre dada por saltos, é sempre revolucionária, é sempre fruto da ação dos próprios homens: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (O dezoito brumário de Luis Bonaparte, p.1)

A noção de constituição do homem como ser histórico e social, que no seu processo de relação com a natureza transforma-a, satisfazendo e criando necessidades materiais, e assim transformando-se e criando-se a si próprio, está na concepção de que não há uma essência humana dada e imutável, ou seja, a concepção de que a natureza humana é constituída historicamente. É nas relações humanas com o mundo que o homem vai se construindo e constituindo-se como ser histórico e social.

O materialismo explica a consciência pelo ser, e não o contrário, já Marx exige que quando aplicado à vida social da humanidade, que se explique à consciência social pelo ser social, como explicado no prefácio da Contribuição para a Crítica da Economia Política:

[...] na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.(MARX)<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Extraído do Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, encontrado na Biblioteca Marxista em [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br) (acessado em 16/06/2004).

E Marx ainda continua a esclarecer que assim como não se pode julgar um indivíduo pela idéia que faz de si próprio, também não se pode julgar uma época de revoluções pela consciência que ela tem de si mesma. Pelo contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

A compreensão do pensamento de Marx, que por um lado exige que se reconheça a íntima relação de seu trabalho intelectual e sua atuação política, por outro lado exige que se reconheçam as influências, por assim dizer, teóricas que marcaram o desenvolvimento de seu pensamento.

O homem, tanto na esfera de sua relação com a natureza quanto na de suas relações sociais, vê-se compelido a reagir e resolver suas próprias carências, oferecendo as respostas possíveis num determinado momento histórico donde: no seu processo de desenvolvimento social, ele próprio transforma as respostas em perguntas, e assim sucessivamente, enriquecendo desse modo o nível de sua experiência individual e, pois social. Ou como nos informa Lukács, “tudo o que a cultura humana criou até hoje nasceu não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha), mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçam para resolver questões emergentes da existência social. É à série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana”.<sup>36</sup>

A consciência é um atributo do ser ativo dos homens no mundo e, portanto, expressa um caráter social, de modo que a produção da consciência, uma vez que compreende um momento da prática humana, é constituída no envolver da sociabilidade, já que a reprodução da vida social implica na produção simultânea do universo objetivo e do subjetivo. Assim de uma esfera à outra (da real à ideal e vice versa), existe atividade sensível, e através desta ocorre a articulação necessária e imprescindível entre os âmbitos ideal e real. Desse modo, o pensamento constitui-se como uma das dimensões da atividade humana, fundamental à consecução de sua prática no mundo – tanto objetiva como subjetivamente –, portanto, inseparável da vida humana em sua totalidade, de modo que o mundo social é resultado da apropriação e produção humanas; por via de consequência, não é possível apartar a consciência ou suas várias formações ideais na própria sociabilidade humana.

---

<sup>36</sup> LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In revista Temas de ciências humanas, nº4, 1978, p.5.

O pensamento encontra, assim, sua gênese nesta esfera, isto é, a dimensão fundamental da *determinação social do pensamento*, ao contrário do que é genericamente suposto, diz respeito à sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento. A consciência é reconhecida como consciência do *ser social*, como o seu atributo e só enquanto tal pode se realizar. De maneira que a sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois da situação mais elementar ou corriqueira à mais técnica ou sofisticada é sempre como ser social que o homem pensa. Assim em termos ontológicos (que reconhece o ser social em sua totalidade), não é possível estabelecer uma clivagem entre as posições que aquele assume tanto no universo do trabalho, em seu intercâmbio com a natureza, quanto nas demais esferas de sua atividade social, visto que os homens são a expressão da totalidade de suas atividades. Como afirma Marx: “tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”<sup>37</sup>. Desta maneira, o conteúdo do pensamento, o seu teor falso ou verdadeiro, não depende de um mecanismo puramente ideal, desvinculado da sociabilidade, mas das condições e do modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, isto é, os limites e possibilidades à apreensão subjetiva da realidade social são oferecidos pela própria sociabilidade.

O homem é um ser ativo que, ao tomar consciência de suas carências, elabora uma resposta prática – que é previamente (idealmente) formulada –, escolhendo as alternativas possíveis dadas pela realidade para a execução de suas finalidades. Existe, pois um momento ideal inescapável a toda e qualquer atividade humana. Nesse sentido, a consciência exerce um papel fundamental, já que a representação ideal, que precede o produto ou os fins a serem objetivados, é um dos momentos constitutivos e, portanto, inelimináveis da atividade humana em qualquer estágio e âmbito de sua processualidade.

Visto o papel da consciência no envolver histórico, reconhecendo-se, então, a inseparabilidade entre as esferas material e espiritual, pois existe um nexos ineliminável entre formação ideal e atividade sensível, o que significa dizer que uma dada formação ideal, entendida como uma determinada posição teleológica da atividade humana, pode desempenhar papel objetivo na realidade, precisamente porque toda atividade humana é consciente. Portanto, as

---

<sup>37</sup> MARX, K. A ideologia alemã. Op.cit.,pp 27-8.

esferas material e espiritual não são autônomas, pois mantêm relação de interdependência, embora isso não elimine a natureza específica de ambas, de maneira que a base econômica é, em última instância, determinante, mas os complexos que compreendem a chamada superestrutura também acabam por, de uma forma ou de outra, influenciar (diferente de determinar) as formas das lutas que se travam na história.<sup>38</sup>

Assim de acordo com a orientação marxiana, o fato de se constatar que a vida social é determinante (e não a consciência) não significa conferir ao pensamento ou à consciência um papel secundário: trata-se, de um lado, do reconhecimento da inseparabilidade entre ser e pensar, e de outro do fato de que a sociabilidade é que fornece as condições e os meios de possibilidade do pensamento.

As manifestações da consciência, falsas ou corretas, não decorrem de elaborações puramente subjetivas, mas derivam das condições em que os homens produzem e reproduzem suas vidas. A consciência aparece como atributo ineliminável do ser, que emerge de sua prática e sociabilidade, de modo que o pensamento não é a manifestação de uma subjetividade autônoma que se põe independentemente do objeto e nem produto automático da vida material.

Em Miséria da Filosofia Marx discorre sobre as condições materiais e subjetivas nas quais se operaria a revolução social, bem como o papel da classe oprimida, quando afirma que,

Uma classe oprimida é condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo das classes. A libertação da classe oprimida implica, portanto, necessariamente a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes já não possam existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que podiam gerar-se no seio da velha sociedade. Quererá isso dizer que após a queda da antiga sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se num novo poder político? Não. (MARX, 2001 p. 151).

E, de modo categórico, reafirma:

A classe trabalhadora substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e já não haverá então poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo da sociedade civil (MARX, 2001p.152).

---

<sup>38</sup> LUKACS, G. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, 1979 p. 155.

A consciência é uma longa distância que vai da falsa consciência, até o máximo de consciência possível, que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária (Antunes, 1990 p.22).

A consciência de classe tem como princípio fundador os conflitos de classe e os interesses dessa mesma classe; para tal é necessário que haja a tomada de consciência de *classe em si* para *classe para si*. As classes são resultados dos processos de trabalhos desenvolvidos coletivamente (MARX, 2001 p.151).

Na consciência operária existem duas formas que se conflitam: a coisificação ou reificação e a insatisfação. A coisificação é a alienação de sua existência, como produto, e a insatisfação é a constante negação desta existência ou a tentativa de deixar de ser produto. Quando o proletariado supera esses dois momentos, a coisificação e a insatisfação, ele forma sua consciência de classe para si, ou seja, a consciência política.

A consciência política é um processo longo, onde constantemente haverá a divergência de consciência verdadeira e falsa consciência. O processo de sua formação implica em a classe perceber-se como única possibilidade de substituição do modelo capitalista de sociedade, por um modelo mais justo.

A consciência de classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra *todo* abuso, *toda* manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência *quaisquer que sejam as classes* atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social-democrata e não de qualquer outro ponto de vista. A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em *todas* as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a *todas* as formas da atividade e da vida de *todas* as classes, categorias e grupos de população [...] não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política (LENIN, 1988, p.55).

A consciência em si, real, individual precisa ser evoluída em consciência possível, para si; e não é só a luta econômica a geradora de consciência, mas a consciência também é geradora da luta econômica. A formação da consciência política é, portanto um processo dialético. Conforme Istvan Mészáros:

A consciência de classe proletária é, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade

capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global (MÉSZÁROS, p. 96)

Consciência Política entendida como a superação de classe em si em classe para si. A teoria marxista distingue *classe em si* como aquela cuja existência é apenas econômica e *classe para si*, como aquela que possuiria consciência de seu papel como sujeito de sua ação na história.

O socialismo tem suas raízes na luta contra a pobreza e a miséria do povo, gerada pelo capitalismo. A consciência socialista surgiu do movimento da luta de classes, que foi criada paralelamente ao socialismo.

Assim como o proletariado é, ao mesmo tempo, produtor e produto de seu trabalho, a consciência também é produtor e produto do trabalho proletário. Mas não é apenas o trabalho que gera a consciência, assim como não é apenas a consciência que gera a luta de classes, mas as relações sociais que os permeiam também se constituem em elementos importantes para sua geração/formação.<sup>39</sup>

Assim como a tomada de consciência de sua classe na sociedade por si só não leva o proletário a lutar, a sua condição econômica sozinha não forma a sua consciência. Para que haja revolução é necessário que além da tomada de consciência o proletário se junte a sua classe.<sup>40</sup>

No dicionário do pensamento marxista encontramos a seguinte explicação: “Marx estabeleceu, desde o início, uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é entre a condição de classe e a consciência de classe”. A classe em si apenas não garante a formação da consciência política, ou seja, não basta ao homem apenas a superação de sua imediaticidade de proletariado, é preciso a busca pela classe para si, ou a consciência de classe verdadeira que é o que lhe permitirá a consciência política. Mesmo que a luta de classes crie as condições necessárias para a tomada de consciência, o fato apenas de estar na luta não garante a consciência política, é preciso ir mais, além da luta, é preciso politizar-se. E ainda Bottomore recorre a Lukács e Lênin, para explicitar:

a consciência de classe “adequada” ou política: a sociedade como uma totalidade concreta, o sistema de produção em um determinado ponto da história e a resultante divisão da sociedade em classes. [...] Relacionando a consciência com a totalidade da

---

<sup>39</sup> Cf. ANTUNES, p. 25

<sup>40</sup> Idem p. 27.

sociedade, é possível inferir os pensamentos e sentimentos que os homens teriam numa determinada situação se fossem capazes de avaliar tanto essa situação como os interesses que dela resultam em seu impacto sobre a ação imediata e sobre a totalidade da estrutura da sociedade. Isto é, seria possível inferir os pensamentos e sentimentos adequados à sua situação objetiva [...] A consciência de classe consiste de fato das reações adequadas e racionais “atribuídas” a uma posição particular típica no processo de produção. Essa consciência não é, portanto, a soma nem a média do que é pensado ou sentido pelos indivíduos isolados que constituem a classe. E, não obstante, as ações historicamente significativas das classes como um todo são determinadas em última análise por essa consciência, e não pelo pensamento dos indivíduos – e tais ações só podem ser compreendidas por referência a essa consciência. (BOTTOMORE, 2001 p.77)

Não há oposição exclusiva entre luta econômica e luta política. Conforme Lênin na luta econômica está o embrião da plena consciência de classe e que essa luta favorece a difusão do socialismo. A luta econômica é um elemento importante no processo da verdadeira consciência de classe. A luta de classes não é a arma para a destruição do capitalismo, mas é a escola para a tomada de consciência contra o capital, a burguesia. Os partidos e os sindicatos são importantes elos que possibilitam a passagem de *classe em si* para *classe para si*.<sup>41</sup>

No processo de socialização o indivíduo toma consciência de si e de outros viabilizando seu desenvolvimento pessoal e sua inserção em determinada sociedade que se concretiza através de práticas educativas diversificadas. O projeto agente jovem não se propõe a ser uma dessas práticas; portanto uma consciência situada historicamente e enraizada no mundo, como afirma Paulo Freire (1987): “As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo”.

---

<sup>41</sup> Cf. ANTUNES, 1990 p. 32, 33 e 35.

## **PARTE II**

**TRANSFORMAR-SE EM PROTAGONISTA SIGNIFICA FORMAR  
CONSCIÊNCIA POLÍTICA?**

## CAPITULO 4

### UMALENTE SOBRE OS AGENTES JOVENS

A intenção deste trabalho seria pesquisar indicadores que pudessem evidenciar se ocorreu ou não, um trabalho de formação da consciência política que, conseqüentemente, poderia transformar a participação do jovem na sociedade. Para tal foram estudados os jovens que participaram do *Projeto Agente Jovem*, que visa à transformação do jovem em protagonista, isto é o principal ator, um jovem atuante na sociedade, como afirma Costa:

O tipo de protagonismo que propomos apresenta uma novidade radical em relação às formas anteriores de participação político-social dos jovens. Nele o jovem não opta por esse ou aquele ideário, por essa ou aquela vertente do pensamento político para depois atuar sobre a realidade (COSTA, 2000, p. 250).

Considerando que para a tradição marxista o primordial é formar consciência política, buscou-se verificar se tornar protagonista contribui para a formação da consciência política. Os resultados apontam que para formar consciência política é preciso muito mais que ser protagonista, é necessário politizar-se.

#### 4.1 CONHECENDO OS AGENTES JOVENS

Para conhecer os sujeitos participantes desta pesquisa elaborou-se um questionário dividido em blocos de perguntas para a identificação dos mesmos, o processo de escolarização, a caracterização familiar e sua vida social. A intenção inicial era ouvir todos os jovens que participaram do projeto no ano de 2002. Para o preenchimento dos questionários, foram realizadas várias visitas às casas dos agentes, sempre nos finais de semana para que pudessemos mais facilmente localizá-los, mesmo assim com muitos dos jovens não foi possível a realização desse contato porque mudaram de bairro, de cidade, e até de Estado. Acreditamos que isso não

inviabilizou os resultados do trabalho. Dos 75 agentes jovens que participaram do projeto nas três etapas do bairro Pedra 90, no ano de 2002, foi possível localizar 30 jovens, que responderam ao instrumento de pesquisa e autorizaram a divulgação do resultado neste trabalho.

Para a localização desses agentes pudemos contar com a colaboração das orientadoras da 2ª e da 3ª etapa que estiveram presentes nas visitas aos jovens, como a orientadora da 2ª etapa já conhecia a maioria das casas, ficou mais fácil localizar, e na 3ª etapa a grande maioria dos jovens morava próximo ao centro comunitário, recebemos os agentes na casa de um deles que era em frente ao centro, e a cada novo jovem que chegava, mais um buscavam. Para a localização dos agentes da 1ª etapa contamos com a contribuição de um jovem, contatado previamente que nos acompanhou às residências dos colegas de 2002.

#### **4.2 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS**

Dos 30 agentes pesquisados 16 eram do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Esses dados não significam que a participação feminina foi maior no projeto, mas apenas que foi possível encontrar mais meninas que meninos. Em relação ao bairro que residem com exceção de um jovem, os demais todos moram no bairro Pedra 90, sendo 11 da 1ª etapa, 09 da 2ª etapa e 09 da 3ª etapa.

Na época da participação no projeto, os jovens tinham entre 15 e 17 anos. Em relação à idade atual dos agentes temos com 17 anos 11 jovens, com 18 anos 10 jovens, com 19 anos 5 e com 20 anos 4 jovens.

A grande maioria dos jovens tem atualmente entre dezessete e dezoito anos, como se passaram dois anos da participação dos mesmos no *projeto*, percebe-se que estes possuíam quinze e dezesseis anos, ou seja, a participação de jovens com mais idade era minoria na época.

### 4.3 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Quanto à série que estudava à época do projeto e a série cursada na data do preenchimento do questionário temos o seguinte resultado:

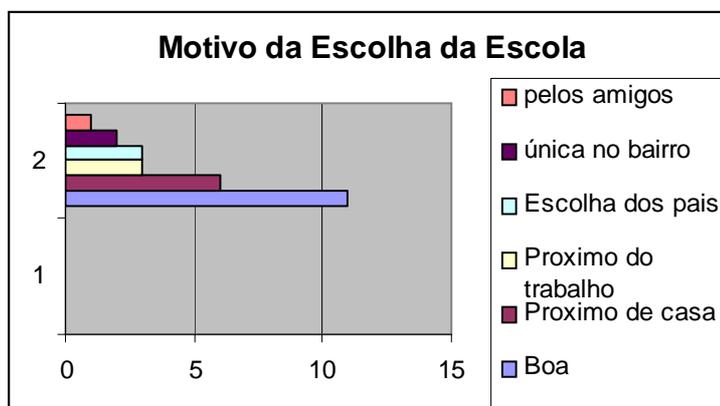
**Tabela 9: Escolaridade**

Serie	Ano	
	2002	2004
3º serie	01	00
4º serie	00	01
5º serie	01	01
6º serie	01	00
7º serie	03	01
8º serie	06	04
1º ano Ensino Médio	08	04
2º ano Ensino Médio	06	08
3º ano Ensino Médio	02	03
Não responderam	02	02
Não estão estudando	00	06

Fonte: questionários de pesquisa

Alguns continuam estudando, mas não informaram a série atual. Dos 07 jovens que responderam não estar estudando, 06 deles porque já concluíram o ensino médio, e ainda não conseguiram entrar em uma universidade. Em relação à escolaridade percebe-se que 21 jovens já estão cursando ou já concluíram o ensino médio, isso significa 70% do universo pesquisado, esses dados estão acima da média, pois apenas 33% da população jovem chega ao ensino médio.

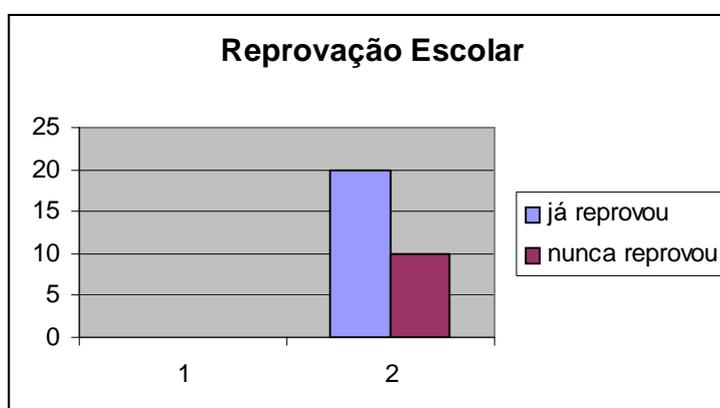
Os que estão estudando escolheram a escola que frequentam porque: é próxima de casa 06 jovens, próxima do trabalho 03; é a única no bairro 02; os pais escolheram 03; para ficar próximo de parentes e amigos 01; é considerada boa 11, verificado na Figura 1.



**Figura 1. Motivo da escolha da escola**

Percebemos então que a grande maioria dos jovens procura uma escola de qualidade, 11 jovens responderam que escolheram a escola por ser boa, porque acreditam que podem melhorar de vida se tiverem uma boa escolaridade; 06 jovens escolheram por ser próxima da casa, 03 por ser próximo do trabalho, 03 por escolha dos pais, 02 por ser a única no bairro a ofertar o ensino médio e 01 para ficar perto dos amigos.

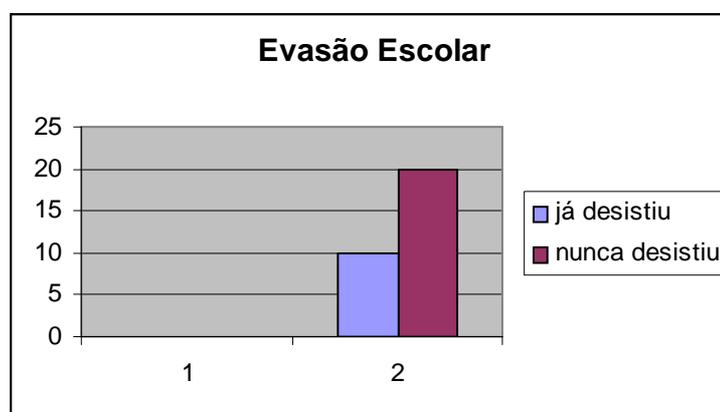
Quando solicitado o turno das aulas, constatou-se que o mais é freqüentado é o noturno com 12 alunos, depois o matutino com 8 jovens e o vespertino com 6 jovens; o fato de trabalharem durante o dia leva-os a estudar no período noturno com vistas à conciliação estudo/trabalho. Em relação à reprovação temos o Figura 2, quando verificamos que 66% já reprovou e 34% nunca reprovou.



**Figura 2. Reprovação Escolar**

Dos 20 jovens que responderam sobre reprovação, 70% deles ficaram reprovados apenas uma vez, 20% reprovaram duas vezes, 5% reprovaram três vezes e 5% mais de três vezes já ficaram reprovados na mesma série, 10 jovens disseram não ter sido reprovados nenhuma vez.

Em relação à evasão escolar, temos na Figura 3, que 66% nunca abandonaram a escola enquanto 34% já desistiram de estudar.



**Figura 3. Evasão Escolar**

Percebe-se pelos dados que a incidência de evasão é menor que a de reprovação entre os jovens pesquisados e que o motivo do abandono é pela sobrevivência: metades dos jovens deixaram a escola pela necessidade de trabalhar. Os onze alunos que se evadiram da escola no decorrer do ano letivo apresentaram os motivos elencados na Tabela 6. Verifica-se que dos jovens entrevistados, um total de 5, que equivalem a 50 % dizem que deixaram de estudar devido ao fato de terem que trabalhar.

**Tabela 10: Motivos da evasão escolar**

Motivo	Nº de alunos
Trabalho	05
Por não achar interessante	03
Por não conseguir entender as aulas	01
Brigas na escola	01
Greve de professores	01

A pergunta *para que serve estudar?* Obtivemos as respostas constantes da Tabela 11 abaixo, percentualmente 46,6% dos entrevistados dizem que o motivo para estudar está diretamente relacionado com melhorar de vida.

**Tabela 11: Estudar para quê?**

Motivos	Nº	%
Melhorar de vida	14	46,6
Conseguir um emprego	10	33,3
Ter um diploma	01	3,3
Ter o respeito das pessoas	01	3,3
Não responderam	04	13,3

Podemos concluir, analisando os dados da referida Tabela, que mais da metade dos que responderam à pergunta *pra que serve estudar* acreditam que com um diploma conseguiriam melhorar sua qualidade de vida. E quando perguntamos se desejariam continuar estudando a totalidade respondeu que sim o que nos faz crer que acreditam na educação escolar como forma de ascensão social. E ainda se pretendem freqüentar uma universidade 26 responderam que sim, 3 não responderam e apenas 1 manifestou desejo de não estudar um curso superior.

Sobre os cursos que desejam cursar temos o seguinte resultado:

**Tabela 12. Cursos universitários que desejam cursar no futuro**

Curso	Nº
Veterinária	02
Pedagogia	01
Biologia	01
Direito	01
Educação Física	02
Turismo	01
Astrologia	01
CFO	01
Ciências da Computação ou Artes Cênicas	01
Professor	01
Não sabe ainda	17

O jovem que respondeu “professor” fez uma observação interessante, que seu real desejo era ser médico, porém ciente da impossibilidade optou pela carreira de professor. A condição social econômica desse jovem o impede de sonhar.

#### 4.4 CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

A grande maioria dos jovens tem pais e mães vivos. Num total de 22 jovens, 8 possuem apenas mãe, conforme Figura 4:

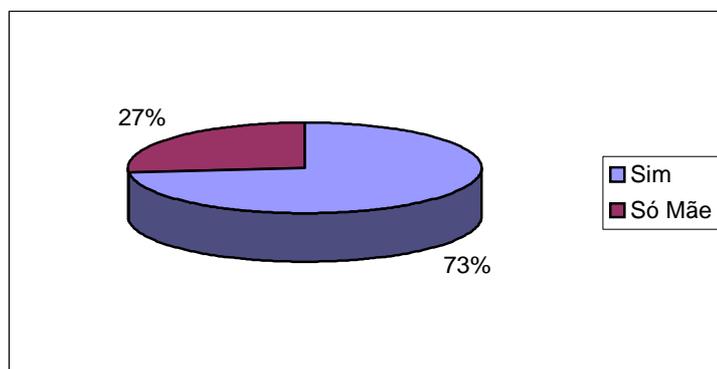


Figura 4. Pais vivos

Dos 22 jovens que têm os pais vivos, 11 responderam que estes não vivem juntos e 11 afirmaram que seus pais vivem juntos; conforme Figura 5 abaixo:

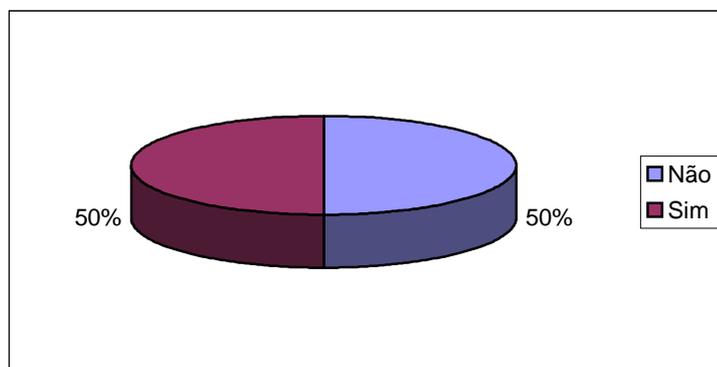


Figura 5. Pais vivem juntos

Em relação à pergunta *mora com quem?* temos a Tabela 13:

**Tabela 13. Mora com quem?**

<b>Mora com quem?</b>	
Pais	09
Mãe	12
Pai	02
Avós	02
Cônjuge	05

Percebemos que 40% desses jovens moram com suas mães, e que estas são para eles a única referência de autoridade familiar. Sobre qual seria a caracterização da moradia, 87% disse ter casa própria; 10% moram em casa alugada e 3%, que representa apenas um jovem, em casa cedida.

Quanto à renda familiar, 03 deixaram de responder, 01 declarou ser mais de 10 salários mínimos, 03 declararam estar na faixa de 4 a 10 salários e a grande maioria 23 jovens declararam ter renda familiar em torno de 1 a 3 salários mínimos. Essa renda é proveniente, principalmente, do trabalho dos pais, cuja divisão de profissão, dos que responderam a essa questão, é apresentada nas Tabelas 14 e 15:

**Tabela 14: Profissão do pai**

<b>Profissão do pai</b>	
Vigilante	05
Pedreiro	03
Autônomo	01
Cobrador	01
Policial Militar	01
Frentista	01
Comerciante	01
Sapateiro	01
Ajudante	01

**Tabela 15.: Profissão da mãe**

<b>Profissão da mãe</b>	
Doméstica/Diarista	13
Do lar	08
Serviços Gerais	02
Cozinheira	01
Comerciante	01
Bibliotecária	01

Podemos perceber que a maioria das profissões exercidas pelos pais não exigem escolaridade específica ou mão de obra qualificada, subentendendo ser a opção encontrada para o sustento da família.

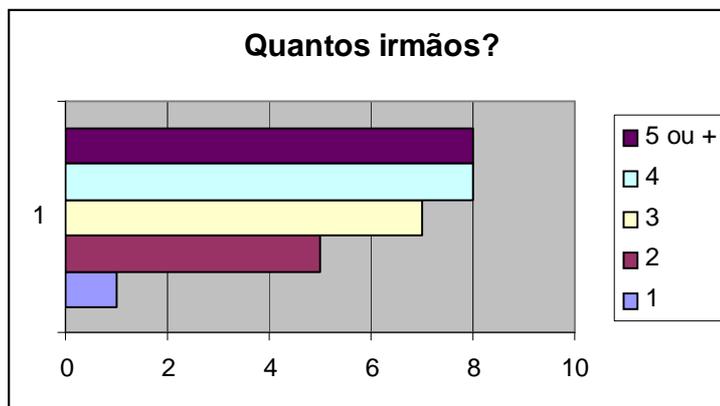
Quanto à escolaridade dos pais a maioria dos jovens teve dificuldade em responder, principalmente a do pai, como demonstrado na Tabela 16:

**Tabela 16. Escolaridade dos Pais**

<b>Escolaridade dos Pais</b>		
<b>Escolaridade</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
Analfabeto	01	01
Ensino Fund. Incompleto	10	16
Ensino Fund. Completo	02	01
Ensino Médio Incompleto	01	03
Ensino Médio Completo	03	05
Não sabe	03	01
Não respondeu	05	02
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>29</b>

Apenas um pai e uma mãe são analfabetos, a grande maioria possui o ensino fundamental incompleto, sendo que a quarta série, foi a que mais apareceu, tanto para o pai quanto para a mãe, reafirmando a ruptura entre a 4ª e 5ª séries. Percebe-se também que geralmente a escolaridade do pai é menor que a da mãe, bem como encontramos também mães com ensino médio completo, trabalhando como doméstica.

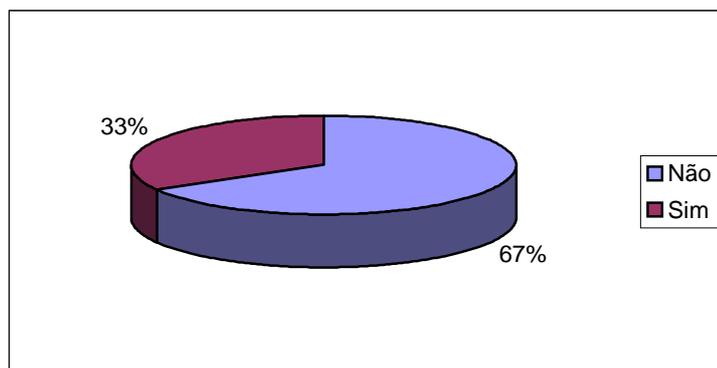
Dos 30 jovens que responderam ao questionário, apenas um não tinha irmãos, os outros 29 afirmaram tê-los e cujo número é o seguinte:



**Figura 6: Número de irmãos**

A maioria das famílias é composta por muitos filhos, três, quatro, cinco é a média de irmãos declarados pelos jovens, mesmo tendo apenas a mãe em casa, como em alguns casos.

Quanto a participação dos pais participam em algum movimento social na comunidade a resposta foi que 20 não participam e 10 participam gerando a Figura 7:



**Figura 7. Participação dos pais nos movimentos sociais**

Não existe quantitativamente, uma participação expressiva dos pais dos jovens em movimentos sociais da comunidade onde vivem e dos que participam a maioria é de movimentos das igrejas, apenas um pai participa do conselho da escola e um da associação de produtores,

importante ressaltar que todas as escolas públicas em Cuiabá, possuem conselhos constituídos e que todos os jovens ou estudam ou já estudaram, abaixo apresentamos os dados:

- Associação de Produtores Rurais: 01
- Conselho da Escola: 01
- Igreja: 08

#### 4.5 VIDA SOCIAL

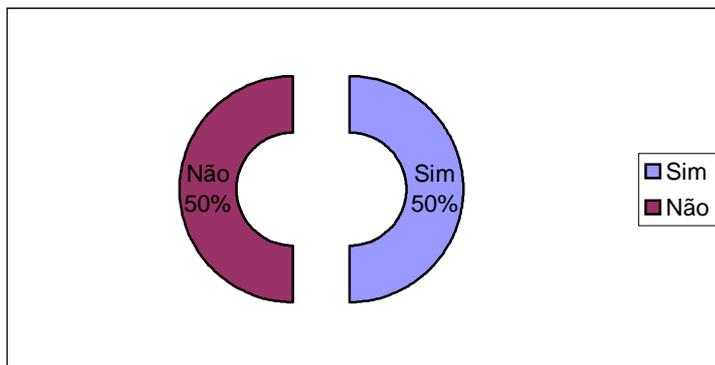
Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, todo jovem tem direito ao lazer. À pergunta feita aos jovens sobre qual o seu lazer, obtivemos as seguintes respostas:

**Tabela 11: Lazer dos jovens**

<b>Lazer dos jovens</b>	
Futebol	12
Televisão	09
Clube	03
Namoro	02
Baile	01
Cantar	01
Não tem	02
Não respondeu	01

Ressaltamos que nas três etapas do bairro Pedra 90 não existe nenhuma praça, restando poucas opções de lazer aos jovens. Daí os meninos buscarem esse lazer no futebol, nos campos existentes no bairro e as meninas acabam ficando em frente à televisão.

Sobre trabalho 50% dos jovens responderam que não trabalham e 50% que trabalham:

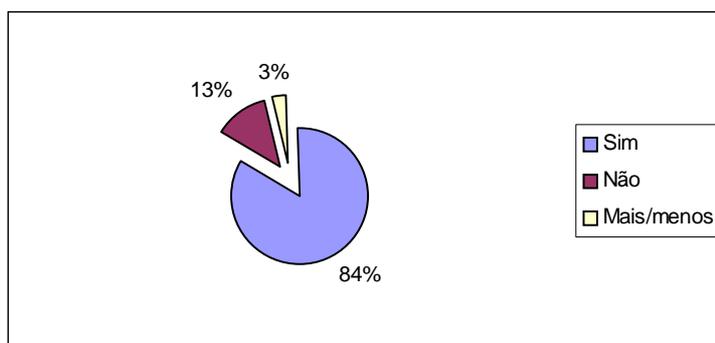


**Figura 8. Trabalho dos jovens**

Metade dos jovens trabalham para ajudar na renda familiar, o que se torna necessário pelas condições sociais dos mesmos, mesmo não possuindo idade suficiente para o mercado.

Àqueles que não possuem uma renda fixa a opção é fazer algum serviço esporádico para conseguir dinheiro para pequenas despesas. Ao serem indagados se fazem bico, obtivemos as seguintes respostas: 5 não responderam, 18 disseram que não e 7 jovens disseram que sim, é interessante destacar que os que disseram sim são os mesmos que afirmaram trabalhar. Em relação às tarefas de casa, apenas 01 jovem respondeu que não ajuda nas atividades domésticas, os outros 29 afirmaram ajudar nas tarefas de casa.

Em relação ao hábito de ler, perguntamos aos jovens se os mesmos têm interesse por leitura, 25 responderam que sim, 04 disseram que não e um classificou como mais ou menos.



**Figura 8. Interesse por leitura**

A maioria dos jovens afirmou terem interesse por leitura, mas isso não significa, necessariamente, que possuem o hábito de ler, ou que são leitores.

Quando perguntado qual o tipo de leitura costuma ler, a resposta foi a seguinte:

**Tabela 12. Tipo de leitura**

<b>Tipo de leitura</b>	
Romance	7
Jornais	3
Comédia	5
História	5
Revistas	4
Didáticos	5
Aventura	9
Gibis	2

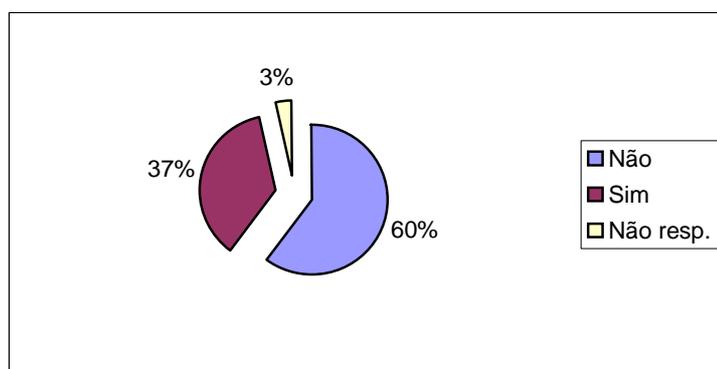
Os tipos de leitura preferidos pelos jovens entrevistados são as leituras características da idade dos mesmos, romances e aventuras apresentam elementos que correspondem aos interesses da juventude.

Em relação ao programa de televisão a que mais assistem e o que mais lhes chama a atenção no programa, os jovens responderam que o programa que assistem com frequência seria a novela, os filmes e o telejornal e o que mais lhes chama a atenção seria o conteúdo dos programas e a forma como os atores interpretam, citando ainda a oportunidade do sorriso, de diversão e ação nos programas. Importante lembrar que a televisão está presente em todas as casas dos jovens entrevistados e aparece como a segunda opção de lazer dos mesmos.

Quando perguntado se o jovem já teria cometido algum delito, 24 jovens responderam que não, 04 disseram que já cometeram algum delito e 02 não responderam, desses 04 que disseram sim, quando perguntado qual tipo de delito temos a seguinte resposta 03 jovens disseram que o motivo foi brigas e uma jovem relatou que fora pega de uniforme no fliperama e foi detida e encaminhada para a Delegacia de Menores. Os delitos declarados pelos mesmos podem ser considerados leves. Nada que pudesse levá-los a responder pelo ato quer seja sendo internados ou acompanhados pelos órgãos responsáveis como previsto no ECA. Fica a dúvida, se estes jovens

estariam vulneráveis socialmente como previsto nos critérios do programa, ou mesmo se não se sentiram à vontade para declarar seus delitos.

Sobre a participação em algum grupo de jovens, 18 disseram que não participam, 11 afirmaram participar e 1 não respondeu, resultando na Figura 10:



**Figura 10. Participação em grupos de jovens**

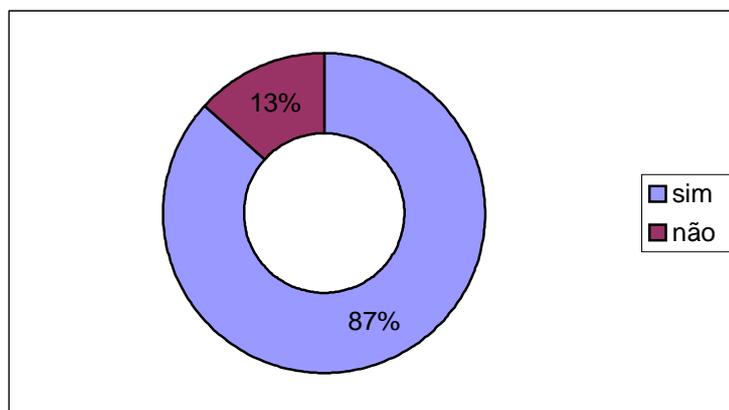
Ainda sobre a participação em grupos de jovens perguntamos de quais grupos faziam parte e as respostas foram as seguintes:

- Grupo de Igreja: 06
- Grupo de Teatro: 02
- Agente Jovem: 03
- Não respondeu: 01

A participação dos jovens assim como a dos pais apresenta-se ainda inexpressiva, menos de cinquenta por cento participam de algum grupo, e aqueles que atuam é em algum movimento ligado às igrejas, ou seja, uma participação motivada pela religiosidade e não um envolvimento movido por interesses políticos.

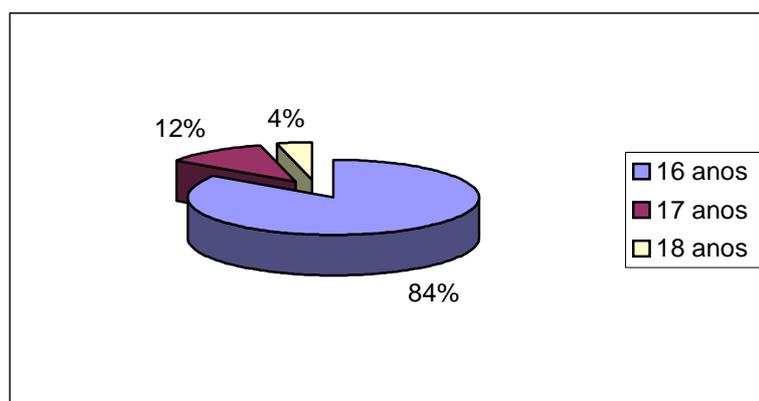
Apesar de o jovem não ter apresentado interesse pela participação em movimentos ou grupos voltados à política, a grande maioria possui título de eleitor e exerce o direito ao voto,

mesmo que facultativo, dos trinta jovens 26 afirmaram possuir o título de eleitor e apenas 04 disseram que não possuem o documento.



**Figura 11. Possui título de eleitor**

Perguntamos com quantos anos foi obtido o título de eleitor e a grande maioria o fez com 16 anos, fato que nos leva a duas hipóteses: ou esses jovens são bastante politizados e conscientes da importância de seu voto, ou a prática de alguns políticos “comprarem” o voto através do que hoje se denomina boca de urna, apresenta-se como uma oportunidade para o jovem ganhar um dinheiro extra.



**Figura 12. Com que idade obteve o título de eleitor?**

Sobre a participação nos dois últimos pleitos eleitorais temos a seguinte resposta: 50% disseram ter participado da eleição de 2002 e 50% dos respondentes disseram que não.

**Figura 19. Participação na eleição de 2002**

Participação na eleição de 2002	
Sim	13
Não	13

**Tabela 20. Participação na eleição de 2004**

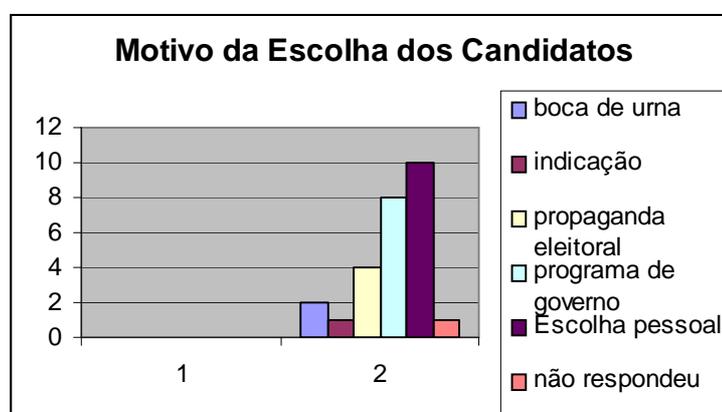
Participação na eleição de 2004	
Sim	24
Não	02

No ano de 2002, muitos jovens tinham entre quinze e dezesseis anos e ainda não possuíam o título de eleitor, por isso apenas a metade votou nesse pleito. Já em 2004 a participação nas eleições aumentou consideravelmente como observado nos dados acima.

Perguntamos se o jovem se lembrava em quem havia votado nos dois últimos pleitos. A resposta foi: 02 não se lembraram em quem votaram, 2 disseram ter votado em Alexandre César, candidato ao governo do Estado pelo Partido dos Trabalhadores e 09 no Blairo Maggi que foi eleito governador pelo PPS. Na eleição de 2002, houve apenas um turno, sendo eleito o governador com mais de 50% de votos válidos nesse turno.

Quanto ao pleito de 2004: 1 jovem afirmou ter votado em Sergio Ricardo candidato a prefeito pelo PPS, 1 jovem diz ter votado em Totó Parente candidato do PMDB derrotado, 12 disseram ter votado em Alexandre César, candidato do PT e 11 jovens afirmaram ter votado no candidato que foi eleito pelo PSDB Wilson Santos. A pesquisa foi realizada entre o primeiro e o segundo turno da eleição para prefeito, portanto essas escolhas referem-se ao primeiro turno. No segundo turno concorreram os candidatos do PT e do PSDB, sendo vitorioso o candidato do PSDB.

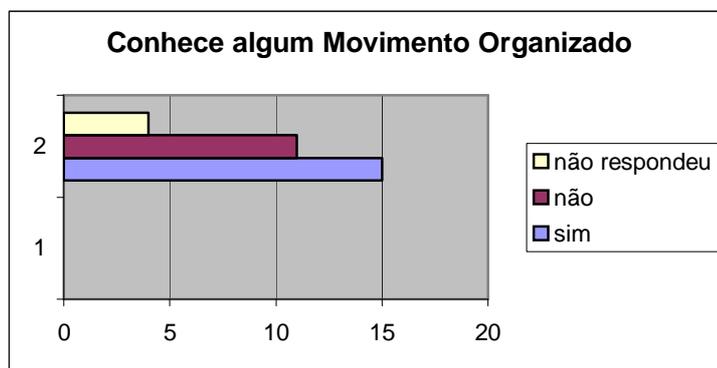
Ao responder como foi essa escolha, podemos analisar no gráfico 13 que a maioria das escolhas foram pessoais ou motivadas pelo programa de governo apresentado pelos candidatos, essa resposta difere da falta de interesse em participar de algum partido ou movimento social. A propaganda eleitoral também influenciou na escolha na hora da votação. A opção boca de urna que sempre é bastante propagada e combatida, assim como a opção indicação de alguém aparece como inexpressiva nas respostas.



**Figura 13. Motivo da escolha do candidato**

Ao ser questionado se saberia a qual partido pertencia o candidato escolhido um jovem não respondeu, um disse não saber e vinte e quatro acertaram o partido do candidato escolhido. O jovem pode ainda não ter clareza dos princípios ideológicos dos partidos políticos, mas ao escolher o candidato sabe a qual partido este pertence.

Ao ser perguntado se conhece algum movimento organizado na comunidade, como sindicato, igrejas, associações, a resposta foi: 15 sim, 11 não e 04 não responderam, conforme apresentado na Figura 14, abaixo:



**Figura 14: Conhece algum movimento Organizado na comunidade**

Apesar de conhecer, de ter clareza que existem movimentos organizados em sua comunidade, a grande maioria dos jovens não participa dos mesmos, como constatado na pergunta: participa de algum movimento na comunidade? 19 jovens responderam que não, 01 deixou de responder, 10 disseram que sim. Desses 10 que afirmaram participar de algum movimento na comunidade, 09 participam de grupos em igrejas como pastoral, catequese, e 01 não declarou em qual movimento participa.

Sobre o interesse em militar em algum partido político 01 jovem não soube responder, 01 deixou de responder, 26 disseram não ter interesse e apenas 02 manifestaram interesse em militar em um partido político, sendo que um não escolheu ainda o partido e um disse ser o PT o partido escolhido.

Tal resposta aponta para a falta de educação política, pois militar em um partido pressupõe a oportunidade de uma educação política mais aprofundada, mesmo sendo um partido de fundamentação liberal. Essa resposta deixa evidências de que o jovem não tem ainda clareza de seu papel como sujeito de sua ação na história, caracterizado pelo trânsito de *classe em si* em *classe para si*, conforme a distinção feita pela tradição marxista. E que portanto não formou sua consciência política.

## CAPÍTULO 5

### UMA LENTE SOBRE OS ORIENTADORES SOCIAIS

Três orientadoras trabalharam no *projeto* nos três núcleos do bairro Pedra 90, no ano de 2002, sendo elas: Edneia Alves Homem, Dina Maria Kleber e Elei Cavalcante de Souza.<sup>42</sup> Foi realizada entrevista com as três orientadoras que trabalharam no ano de 2002 nas etapas 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> do bairro Pedra 90. A entrevista semi-estruturada foi dividida em blocos: identificação, atuação e avaliação do projeto.

Durante as visitas às casas dos agentes, pudemos constatar que as orientadoras Dina e Edneia são muito queridas pelos agentes e suas famílias, conforme relato da senhora Vera Jucelina, mãe de Vinicius: “o projeto conseguiu tirar vários meninos do mal caminho e reintegrou-os novamente à sociedade. Muitos estavam envolvidos com drogas e delitos e se encaminharam graças ao trabalho, à luta da orientadora Dina”.

O núcleo da primeira etapa, coordenado pela orientadora montou um grupo de teatro denominado Agentes da Alegria que permanece até os dias atuais (março/2005). No núcleo da segunda etapa os agentes realizam um trabalho de orientação às gestantes em parceria com a pastoral da saúde.

#### 5.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

A. Diná Maria Kleber tem 30 anos, é solteira, não tem filhos, mora sozinha, quando

---

<sup>42</sup> As entrevistadas autorizaram por escrito a divulgação de seus nomes na pesquisa.

trabalhou no projeto era estudante do curso de ciências sociais, foi selecionada através de entrevista para estagiar no projeto.

Cursou o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio e superior em instituição privada, reside no Parque Atalaia que se localiza a 15 quilômetros da unidade do Pedra 90 onde atuava. Não possuía à época outro emprego, mas no 2º semestre de 2002 assumiu também a unidade do *Projeto Agente Jovem* no bairro Jardim Colorado. Sua renda familiar é de aproximadamente 6 a 10 salários mínimos.

Diná não é filiada a nenhum partido político apesar de, atualmente, trabalhar como secretária na executiva estadual do PPS (Partido Popular Socialista), e não participa atualmente de nenhum movimento social; mesmo tendo liderado o grupo de teatro intitulado: “Agentes da Alegria” cujos membros eram os agentes que participavam do projeto; também participou de projetos e várias ações em parceria com a polícia comunitária do bairro Pedra 90.

Entrar no projeto para ela foi um desafio, apesar do baixo custo da bolsa (200 reais), da falta do fornecimento de vale transporte pela secretaria gestora do projeto e da localização periférica dos bairros, mesmo assim não desistiu porque sua principal meta era fazer um trabalho mais social, e para tanto se organizou financeiramente com os recursos oriundos da rescisão contratual do emprego anterior, adiantando o pagamento das mensalidades da faculdade naquele ano.

A orientadora Diná atuou durante 02 anos (2002 e 2003) nos bairros Pedra 90 1ª e 2ª etapas e Novo Colorado.

**B.** Elei de Souza Queiroz tem 40 anos, é solteira, não tem filhos, mora com a mãe, na época em que trabalhou no projeto já era formada em pedagogia e entrou para o *Projeto Agente Jovem* através de convite da coordenação; pois no ano anterior (2001) trabalhou no projeto Siminina<sup>43</sup> que era coordenado pela mesma pessoa do Agente Jovem; a intermediária em sua contratação foi sua irmã Eleni, que atuava no projeto desde sua implantação. Em função da mudança no cenário político, por não ser mais possível a sua permanência como instrutora do

---

<sup>43</sup> Projeto da Secretaria Municipal de Bem Estar Social de Cuiabá que atende a meninas de 7 a 14 anos em vulnerabilidade e risco social, em horário contrário ao escolar, oferecendo apoio pedagógico, alimentação e cursos de artesanato.

projeto Siminina, Elei foi remanejada para o *Projeto Agente Jovem*, que nesse ano havia sido ampliado de dois para vinte e seis o número de unidades.

Seu principal motivo em aceitar fazer parte do projeto foi pragmático, muito mais em função da dificuldade de emprego do que por opção. Mesmo já tendo concluído uma faculdade era remota a oportunidade de um emprego em sua área. Assim como ela, havia outros orientadores que não eram estagiários da UNIRONDON, mesmo havendo um convênio entre a faculdade e a Secretaria de Bem Estar Social.

Elei fez a educação básica em escola pública e o ensino superior em instituição privada. Sua renda familiar é em torno de 6 a 10 salários mínimos.

Em 2003 assumiu o cargo de gerente do Centro Social Básico Feri Quirino Franz<sup>44</sup> no bairro Jardim União, cargo este, de indicação política. Apesar de ser filiada ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Nacional), não participa de nenhum movimento social, nem milita mais ativamente no partido.

Sua atuação no projeto foi apenas no ano de 2002 em duas unidades: Pedra 90 3ª etapa e Tancredo Neves, uma localizada na regional Sul e outra na regional Norte, pólos opostos da cidade. Como mora no bairro Alvorada na regional Oeste, locomovia-se por 35 quilômetros para chegar na unidade onde atuava, 3ª etapa do Pedra 90 (voluntários da pátria).

C. Ednéia Alves Homem, tem 30 anos, é casada e mãe de duas meninas. Coursou o ensino fundamental, médio e superior em instituições privadas, sua renda familiar fica em torno de 6 a 10 salários mínimos. Reside no bairro Boa Esperança que fica aproximadamente a 20 quilômetros da unidade onde trabalhava Pedra 90 2ª etapa.

Seu ingresso no *Projeto Agente Jovem* se deu através de processo seletivo realizada entre a secretaria gestora do projeto e a faculdade onde estudava, com o objetivo de selecionar alunos para atuação no mesmo, como oportunidade de estágio, também trabalhava como estagiária no núcleo de pesquisas da UNIRONDON.

---

<sup>44</sup> Unidade da SMBES que distribui sopa para crianças de zero a seis anos.

Sua principal motivação ao entrar para o projeto foi a oportunidade de trabalhar na área social, pela qual tinha interesse. Atuou durante o ano de 2002, quando estabeleceu várias parcerias para o desenvolvimento do referido projeto. Trabalhou no núcleo da segunda etapa que funciona no Centro de Múltiplo Uso Pastor Sebastião. Apesar das várias dificuldades encontradas, principalmente com a direção da unidade onde era desenvolvido o projeto, pois a mesma não tinha conhecimento da metodologia do mesmo e, portanto não poderia entender algumas atividades feitas pelo grupo, Ednéia não desistiu.

Ednéia não é filiada em nenhum partido político, mas participa da associação de moradores de seu bairro. Atualmente já concluiu o curso de ciências sociais e trabalha como professora contratada na rede estadual de ensino, ministrando aulas de história, geografia e sociologia.

Duas orientadoras estão na mesma faixa etária, e uma tem dez anos a mais. A que tem mais idade não é a que é casada e tem filhos, mas é a que ainda mora com a mãe. As três pertencem à mesma classe econômica, pois estão na mesma faixa de renda familiar. Uma delas mora em um bairro classificado como classe A, as outras duas em bairros populares; todos distantes das unidades onde atuaram. Quanto à escolaridade duas estudaram em instituições públicas e privadas, e uma teve toda sua escolaridade em instituições privadas.

O ingresso no projeto, em dois dos casos, se deu através de seleção, pois eram estudantes e atuavam como estagiárias e uma já havia concluído a graduação, inclusive em outra instituição, que não a conveniada para o desenvolvimento do projeto e seu ingresso se deu através de convite. Enquanto para duas a motivação principal era a oportunidade de um trabalho desafiador, para outra se apresentava como oportunidade de emprego. Nenhuma das entrevistadas tivera experiência anterior relacionada com jovens.

Duas orientadoras atuaram em duas unidades, oportunizando a vivência com dois grupos diferentes, apenas uma delas permaneceu no projeto no ano seguinte ao delimitado pela pesquisa.

As experiências do desenvolvimento do trabalho foram diferenciadas, enquanto em duas unidades foram estabelecidas parcerias, criado grupo de teatro, em uma apenas o estabelecido no projeto foi desenvolvido.

A única orientadora filiada a um partido político, não tem nenhum engajamento nos movimentos sociais, e demonstrou na entrevista, pouca formação da consciência política.

## 5.2 ATUAÇÃO NO PROJETO

Em relação ao planejamento todas as orientadoras entrevistadas responderam que era elaborado mensalmente, seguindo a orientação da Secretaria de Bem Estar Social, conforme podemos verificar na fala abaixo:

*nós tínhamos uma orientação do bem estar de quais assuntos a gente teria que tratar. Aí nós fazíamos uma pesquisa desses assuntos lá na faculdade na internet e trocávamos informações entre os orientadores sociais e montávamos o planejamento. E os agentes também depois traziam alguma coisa, algum assunto e aquilo era debatido entre eles (Diná).*

Quanto ao relatório das atividades desenvolvidas era também feito mensalmente com a participação dos agentes e encaminhado para a coordenação do projeto, segundo a declaração das entrevistadas: *nele tinha as atividades realizadas no projeto naquele período, assim como as intercorrências, reclamações e solicitações e ia acompanhado de alguns relatórios de agentes, bem como algumas atividades dos mesmos (Ednéia).*

Os carimbos<sup>45</sup> segundo duas entrevistadas era determinado de acordo com o material recebido (manual de capacitação) e os capacitadores já vinham para a unidade com esse tema definido, uma entrevistada diz que os agentes votavam os temas de acordo com a afinidade deles, e que todos os temas eram desenvolvidos a partir do tema artes, que não era um tema previsto no projeto, mas que se trabalhava todos os carimbos partindo do tema arte e cultura; pode-se perceber que todas as unidades desenvolveram todos os temas pré-estabelecidos (cidadania, saúde e meio ambiente) e que os adolescentes tinham a oportunidade de opinar sobre o tema: *os adolescentes participavam também para saber se era aquilo que eles queriam (Elei).*

---

<sup>45</sup> Nomenclatura utilizada para os temas desenvolvidos no projeto.

A interlocução com a família não era tarefa tão fácil, conforme explanaram as entrevistadas em função do trabalho dos pais, mas existiam aqueles que participavam das atividades desenvolvidas e até contribuía em algumas ações; conforme o relato a seguir: [...] *alguns pais visitavam a unidade e até me ajudavam em algumas ações* (Ednéia) e ainda: [...] *tem mãe que eu não cheguei a conhecer* (Elei).

A interlocução com as escolas onde os agentes eram matriculados era tarefa mais difícil ainda, devido a vários fatores como: o difícil acesso dos alunos à escola em outro período que não o turno em que estudava, o fato de muitos alunos estudarem no centro e não no bairro; porém existiam as parcerias com as escolas no desenvolvimento de atividades, como o empréstimo da quadra poliesportiva, apresentações de peças teatrais, etc. Apenas uma orientadora solicitava o boletim com as notas dos alunos para acompanhar o desempenho dos mesmos.

Ao se inscrever no projeto era solicitado o atestado escolar para os adolescentes, como pré-requisito para participação no projeto, haja vista que este previa que o jovem inscrito no projeto deveria participar da educação escolar com 75% de frequência às aulas, apesar de não se ter tido um acompanhamento mais rigoroso por parte da coordenação ou dos orientadores; uma orientadora relata: *alguns alunos mal sabiam escrever e diziam estar na 7ª, 8ª série, mas o que a gente percebia era que o nível era de 1ª série, e não havia divergência dos atestados com a série relatada por eles* (Diná).

Quanto ao material pedagógico disponível para o desenvolvimento das atividades, as orientadoras foram unânimes em afirmar que este, ou não existia ou era insuficiente, pois fora repassado apenas no início do ano uma pasta contendo papel, caneta, um exemplar do ECA, e o uniforme que constava de camiseta e boné. A secretaria também disponibilizava o empréstimo de algumas fitas de vídeo, sem disponibilizar o aparelho e a TV. As atividades eram realizadas com a criatividade e a boa vontade dos mesmos: [...] *só o que eu levava ou alguma coisa que eu pegava lá na faculdade* (Diná).

Em relação ao jovem que participava do projeto, nem todos atendiam aos critérios estabelecidos apenas o critério idade era 100% respeitado, existiam poucos casos de encaminhamento pelo conselho e/ou juizado, a grande maioria tinha renda per capita igual ou inferior a 100 reais, mas havia nos projetos adolescentes que possuíam carro, casa no aluguel e

não se enquadravam nos critérios definidos pela SEAS. No início do projeto foi feito o cadastro dos jovens e encaminhado para a secretaria que retornava a lista para as unidades. Apenas o orientador tinha a autonomia para, no caso de vacância por motivos de mudança, casamento, e outros realizar a substituição, de acordo com a procura, a lista de espera e a necessidade do adolescente.

Uma orientadora relata o seguinte:

*[...] existia um adolescente cuja mãe era empregada de um funcionário do Bem Estar, então aquele adolescente permanecia lá, sem haver necessidade, o pai era caminhoneiro, eles tinham casa própria, tinham carro e quando se questionava o bem estar, diziam que não tinham o que fazer (Diná).*

Tive a oportunidade de estar com o adolescente citado pela orientadora para o preenchimento do questionário e esta relatou que ficou no projeto por três anos, porque sua mãe trabalhava com a mãe de uma pessoa da secretaria de Bem Estar e seu nome já vinha do Bem Estar. A mesma fala com muita naturalidade sem ter clareza da dimensão do equívoco e ainda afirma que não tem nada a esconder.

Quando questionados sobre como foi realizada a seleção para a escolha dos jovens, conforme previsto no projeto, todas foram unânimes em afirmar não saber responder, pois já encontraram a lista pronta fornecida pela secretaria. Ednéia diz: *Quando assumi o pólo foi me passado uma lista de jovens já cadastrados pela equipe de coordenação do projeto, na época o que eu tive que fazer foi visitar os jovens para avisar que o projeto havia começado (Ednéia).*

A previsão no projeto seria de que houvesse atuação prática desse jovem agente em sua comunidade, com relação a esse item a orientadora Ednéia relata:

*Depois da fase de explanação do projeto e a introdução do carimbo cidadania, fizemos um mapeamento das instituições públicas do bairro e com isto as possibilidades de atuação dos jovens no bairro. Duas instituições próximas da unidade que ocupávamos ofereceram esta possibilidade. A pastoral da criança, onde além das atividades costumeiras, como pesagem e acompanhamento de crianças desnutridas, como o oferecimento de multimistura, funcionava também uma creche para quase duzentas crianças. A coordenadora na época nos explicou que faria um almoço beneficente para arrecadar dinheiro para a creche e se os jovens poderiam vender ingresso para o almoço, e nos salientou que ainda não tinha os principais ingredientes para o almoço. Os agentes*

*saíram no comércio e em algumas residências, e não só venderam todos os ingressos como também conseguiram diversos ingredientes para o almoço. A coordenadora ficou tão surpresa com a nossa atuação que propôs que juntos desenvolvêssemos o projeto para adolescentes gestantes. Os agentes fizeram o cadastro das jovens grávidas, a orientadora e a coordenadora cuidaram de outros detalhes, como recursos, parceria com o centro de saúde do bairro e material de orientação. O projeto funcionava na quinta feira era constituído de 25 agentes 25 gestantes em media, alem das atividades educativas relacionadas a gestação e cuidado com os bebês, os agentes realizavam teatro com temas pertinentes, arrecadavam ingredientes para o lanche que era servido a todos. Fizemos trabalho com biscoito (agentes e grávidas) cesta de jornal (agentes e gestantes) aproveitando a capacitadora Tina. Os jovens também ajudavam a organizar festas beneficentes da pastoral, bem como animar a festa das crianças da creche (Ednéia).*

Essa fala evidencia que o trabalho de atuação na comunidade foi muito bem sucedido, pois a comunidade surpreendeu-se com a capacidade dos jovens, passando a lhes dar maior credibilidade e confiança, com isso recebiam esses jovens muito bem, chegando muitas vezes a reintegrá-los.

Uma parte das famílias do jovem participante acompanhava o desenvolvimento do projeto, ou pessoalmente ou através de cartas, bilhetes, manifestando seus agradecimentos e contentamento com a participação dos filhos, considerando que os mesmos haviam mudado muito e para melhor. Esse acompanhamento, segundo a fala de uma orientadora é maior no bairro Pedra 90: *bom, a maior parte das mães quando não trabalha fora acompanha sim, principalmente o Pedra 90 (Elei).*

Sobre a utilização da bolsa pelos jovens as orientadoras afirmam que a grande maioria gastava com: roupas, calçados, alimentação e nas despesas da casa como água e luz. Na concepção das entrevistadas os agentes utilizavam bem a bolsa recebida.

### **5.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO**

Durante o ano de 2002, o projeto teve 03 coordenações diferentes, a primeira coordenadora que implantou e implementou o projeto, apesar de ser competente, trabalhava de

forma autocrática, não correspondendo às expectativas dos orientadores, uma orientadora avaliou como boa essa gestão, a segunda coordenadora ficou pouco tempo no cargo, mas mesmo assim sua avaliação não fora muito positiva, apenas a terceira coordenadora conseguiu oferecer tranquilidade aos orientadores, ouvindo-os, resolvendo os problemas, visitando as unidades, colocando em dia as bolsas, proporcionando encontros, o que acabou gerando uma satisfação e melhor rendimento no trabalho. A fala da orientadora Ednéia confirma:

*A terceira coordenadora assumiu o projeto com pagamentos de bolsas dos agentes e orientadores atrasados, sem estrutura física, com documentos e relatórios todos desorganizados. Em pouco tempo esta colocou o projeto em ordem, e nós orientadores sentimos que SMBES era o nosso ponto de apoio, passamos a ter o acesso a essa secretaria, liberdade de expressar insatisfações, fazer reclamações e solicitações sabendo que haveria empenho para ser atendida. Liberdade também de utilizar a infra-estrutura da sala do projeto na SMBES, como telefone, arquivos, que foram organizados, a presença dos capacitadores que deveriam estar desenvolvendo os carimbos de forma mais profunda desde os primeiros meses do projeto, só aconteceu nesta administração (Ednéia)*

Os locais onde aconteciam os projetos eram nos centros comunitários da 1ª e 3ª etapas, e no centro de múltiplo uso da 2ª etapa, o centro comunitário da primeira etapa não oferecia um mínimo de estrutura necessária ao desenvolvimento do projeto, não havia sanitários, água, cadeiras, havia constantes invasões e a sujeira predominava. Apesar de o orientador e agente tentar um local mais adequado, isso não foi possível e funcionou o ano todo assim. Na unidade Voluntários da Pátria (3ª etapa), no início o centro comunitário oferecia um pouco de estrutura como cadeiras, ventiladores, banheiros que, no decorrer do ano, foi sofrendo ação de vândalos, que roubavam e destruíam o local. Apenas no centro de múltiplo uso Pastor Sebastião, na 2ª etapa, havia estrutura necessária para um bom desenvolvimento do projeto como cadeiras confortáveis, ventiladores, água gelada e até um substancial lanche, porém existiam divergências entre a direção do centro e a orientadora e agentes, pois lhes era exigido disciplina e obediência de uma forma que não correspondia à maneira como deveria ser desenvolvido o projeto. Mesmo assim com toda dificuldade de infra-estrutura o projeto continuou, e pode-se concluir pelas falas das orientadoras que houve êxito.

Quanto ao material de capacitação oferecido pela SEAS, formulado em Brasília, as orientadoras diferem ao opinar uma acredita que o material não seria adequado à realidade,

porque este previa algumas ações que não eram possíveis de serem realizadas no contexto onde acontecia o projeto; outra diz que o material seria adequado, porém incompleto; e uma terceira classificou o mesmo como adequado. Podemos concluir que a estrutura, a forma pessoal de conduzir as ações, e a forma de análise do material, que se baseava na experiência e níveis de crítica de cada um, gerou tal divergência. Para ilustrar a fala da orientadora Diná:

*O material de capacitação previa que você passasse filme, fita de vídeo, que você fizesse cartazes. Eu não poderia fazer cartazes porque as paredes lá estavam caindo aos pedaços, se colocava um cartaz hoje, meia hora depois alguém teria ido e rasgado, não tinha energia elétrica como é que ia passar um vídeo? Nós tivemos a sorte de um vizinho fazer um gato lá onde eu ficava e eu comprei um aparelho de som e levava todos os dias então, a gente escutava alguns cds (Diná).*

Ao serem indagados se os objetivos/intenções do projeto ficaram claros para os jovens, duas das entrevistadas responderem que sim, pois foi explanado com bastante clareza e várias vezes no decorrer do processo; e apenas uma disse que não. E se estes foram alcançados todas responderam que sim, não em sua totalidade, conforme explica uma orientadora:

*Todos receberam as mesmas informações, participaram das mesmas ações e no período que estavam no projeto os objetivos foram alcançados. Porém tenho consciência que quando não se tem condições básicas de uma vida digna, ou esta condição é adquirida mediante a muitas dificuldades, a sobrevivência é supervalorizada e ela sufoca a consciência política, os direitos, a cidadania, tudo isto fica em segundo plano ou algo utópico (Ednéia)*

Quanto ao curso de capacitação/preparação para atuação no projeto e se este fora suficiente para a realidade encontrada no bairro, novamente as opiniões se divergem, devido ao nível de análise e consciência das entrevistadas, uma afirmou que houve e que este preparou para atuação avaliando-o como ótimo; uma outra afirmou que houve preparação com uma psicóloga da Secretaria Municipal de Bem Estar Social, que não conhecendo a realidade e não tendo preparação para tratar os jovens da periferia, acabou rotulando-os e orientando uma conduta inadequada, que foi logo percebida e mudada pela orientadora, como explica:

*Nós tivemos uma preparação com uma psicóloga chamada M. Ela nos chamou e nos contou o que a gente iria encontrar no bairro, de que maneira a gente teria que se comportar, só que na verdade o que ela nos falou era um pouco diferente. A gente chegou no bairro e ficava agarrado às nossas bolsas imaginando que viria algum trombadinha e iria roubar a gente. E não é assim, é muito diferente (Diná).*

A terceira entrevistada afirma que não houve um curso de preparação, mas classificou como uma reunião para apresentação dos fundamentos básicos do projeto, e ressaltou ainda que as pessoas que conseguiram realizar um bom trabalho assim o fizeram, por mérito próprio.

Ao serem indagadas sobre a atuação dos capacitadores, duas avaliaram positivamente, com exceção de uma que atuou na terceira etapa, cuja atuação ficou prejudicada devido à falta de preparo na relação com os jovens. Uma orientadora avaliou os capacitadores como incapacitados: [...] *eles não tinham capacidade pra estar ali, aterrizaram, caíram de pára-quedas num mundo que não era deles e que eles desconheciam [...]. Tinha alguns capacitadores que a gente sabia que eram muito mais despreparados do que a gente, mais você vai fazer o quê?* (Diná).

Sobre a relação dos capacitadores com os jovens e dos jovens com os capacitadores foi avaliada como boa e ótima; apenas uma orientadora disse que no início era difícil, pois era uma pessoa que eles não conheciam e havia o medo do capacitador chegar e ficar no lugar do orientador, de quem eles já gostavam, ao ser excluída essa hipótese a relação se amenizava. Os jovens cobravam a presença do capacitador no pólo, conforme relata Diná: “Então eles ficavam bravos quando esse capacitador aparecia lá no outro dia eles cobravam mesmo, falavam pra ele, que eles tinham um comprometimento com o projeto e esperavam que o capacitador também tivesse. Era uma conversa de homem para homem.”.

Sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto foram citadas: a dificuldade em ter um relacionamento humano com os jovens, a falta de material, de transporte tanto para o orientador como para locomoção dos jovens, a falta de estrutura no local do projeto, o não oferecimento de lanche e o atraso na bolsa, conforme ilustrado: *Atraso prolongado do pagamento das bolsas dos agentes, sendo que isto interferia negativamente no desenvolvimento das atividades do projeto, visto que os agentes sofriam muita pressão dos pais, isto causava desconforto geral no grupo* (Ednéia).

Sobre como os orientadores percebiam a atitude dos jovens houve unanimidade ao afirmarem que o jovem mudou seu comportamento para melhor ao participar do projeto. Entende-se como comportamento a postura disciplinar de obediência, em detrimento do abandono das rebeldias.

A principal motivação para o jovem participar do projeto, segundo todas as entrevistadas era a bolsa recebida por eles, mesmo que estes gostassem do projeto, das atividades, do passeio, o fator principal era a bolsa. Para confirmar, trechos das declarações: *eu vou ser realista, tem gente que fala que não, mas eu acho... bom eles gostavam do projeto, mas eu acho que essa bolsa fazia eles participar do projeto, porque não é só gostar do projeto não eles também gostam de ter seu dinheirinho (Elei). As atividades, os passeios, o trabalho com a comunidade, o lanche, a orientadora, as informações, e principalmente a bolsa de 65 reais mensais.(Ednéia)*

*Com certeza a bolsa de 65 reais por mês (Diná).*

Ao responderem à pergunta: você considera que a participação no projeto tornou o jovem protagonista, temos as seguintes falas:

*Esta talvez seja de todas a mais difícil de ser respondida, porque até agora as perguntas se referiam ao período que o projeto acontecia o que me dava segurança para responder. O objetivo do projeto era que o jovem se tornasse crítico e atuante, contudo as pessoas têm níveis diferentes de alienação e consciência, por mais que exista informação, orientação para ação, os agentes certamente abstraíram em níveis diferentes. Acredito que existam jovens que apesar de todo o contexto seja hoje um protagonista. Assim como outros talvez até a maioria que não tenha conseguido vencer a alienação política, mesmo porque isto é culturalmente arraigado. Mas, acredito também que planta-se a semente e às vezes por questões climáticas, de solo ou até de formação da própria semente, ela demora mais a nascer, mas o importante é que acaba nascendo (Ednéia).*

*Eu acredito que sim. Porque Bom através do projeto ele pode enxergar aquele mundo que ele vive de outra maneira. Porque antes ele era sozinho, enxergava da maneira dele, a partir do momento que começou a conviver com outros jovens e ver que cada um enxerga de uma maneira ele pode ver que ele poderia mudar aquela realidade, que não era só aquele mundinho do Pedra 90 que existia. Minha tentativa de formar esse grupo de teatro, levar eles pra outros locais como as faculdades, centro de eventos, exposição de arte, cinemas shoppings, foi pra mostrar pra eles que não é só aquilo ali que existe e se ele quiser ele pode ficar também vivendo nesses outros ambientes. Basta ele lutar pra isso, basta ele correr atrás. Muitas vezes quando eles visitavam a faculdade a UNIRONDON acharam aquilo maravilhoso falaram pra mim que eles iam sim um dia estar estudando ali. E eu acredito nisso (Diná)*

*Ah! Eu considero. Porque eu acho assim, porque eles aprendem mais assim, eles crescem mais, aprendem crescer mais, aprendem mais a trabalhar a comunidade, aprendem a respeitar mais um o outro. Você vê que a gente não fala só com um fala com todos quando está assim com o adolescente é assim na fase de 13 a 17 anos eles acham que até mesmo o pai e a mãe não sabem as*

*coisas.então acho que eles entrando num projeto desse. Eu acho que eles gostam do projeto, os agentes jovens (Elei).*

Podemos perceber que até para os orientadores foi difícil entender e avaliar este objetivo, o que pode nos levar a refletir que o fato do jovem tornar-se protagonista não assegura a formação da sua consciência política.

Todo o trabalho empírico de coleta de dados e informações através dos questionários, das entrevistas, da análise dos documentos, tendo por base a opção teórica da pesquisa deixa claro que o alvo principal do *Projeto Agente Jovem* que é o de transformar os jovens em protagonistas juvenis não pôde levá-los à formação da consciência política, até porque os limites do projeto o impedem de realizar uma educação política entendida conforme a tradição marxista, que se apresenta como uma das condições possíveis para a formação da consciência política.

A falta de envolvimento dos jovens demonstrado pelo desinteresse em participar social e politicamente apresenta-se como elemento que evidencia que participar do projeto não assegura o protagonismo juvenil e, menos ainda, a formação da consciência política.

## RUMO A UMA CONCLUSÃO

A tradição marxista é a ferramenta teórica mais afiada que já se criou para compreender a sociedade humana e transformá-la conscientemente.

O *Projeto Agente Jovem* apresenta alguns aspectos pedagógicos interessantes como as atividades desenvolvidas e o aprendizado que estas possibilitaram. O protagonismo juvenil não possui elementos que contribuiriam para que se realizasse a transformação de *classe em si* em *classe para si*, pois não educa politicamente como no entendimento marxista.

A reinserção na escola, o esclarecimento sobre problemas vivenciados pelos jovens como drogas e sexualidade, a iniciação para a compreensão da realidade com vistas a modificá-la propiciada pela atuação na comunidade permitiu que os jovens se apropriassem de qualidades indispensáveis que poderão, no futuro, despertar a necessidade de os mesmos romperem com a alienação política em que se encontram neste momento de suas vidas, como demonstrado na pergunta sobre se filiam a algum partido político em que apenas dois dos trinta jovens entrevistados afirmaram ter interesse em participar de um partido político.

As bolsas concedidas impulsionam a economia local, representando uma importante receita especialmente para os pequenos estabelecimentos comerciais dos bairros onde o *projeto* acontece; bem como oportunizou ao jovem a experiência de administrar um recurso financeiro. Transformar-se em protagonista não formou a consciência política, no sentido clássico do entendimento marxista, dos jovens que participaram do *projeto*, porque seria preciso que estes jovens fossem de fato, transformadores, revolucionários e não apenas protagonistas.

No contexto do *Projeto Agente Jovem* é possível afirmar que existe um trabalho de educação política, porém não aquela que leva à transformação das classes em um entendimento marxista. A experiência revolucionária e a habilidade de organização são coisas que se adquire, através do desenvolvimento das qualidades políticas necessárias, e não espontaneamente.

Na educação política, na luta política, considerando-se o contexto histórico, certamente é que se dará a consciência política, adquirida de fora para dentro e não de forma espontânea, como afirma Lênin: “Os operários, já dissemos, *não podiam ter* ainda a consciência social-democrata. Esta só poderia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical...” (LENIN, 1988, p. 24)

Este estudo permitiu que entendêssemos que Programas e Projetos como o *Agente Jovem* são insuficientes para realizar a formação da consciência política segundo a tradição marxista porque para tal pressupõem-se a superação de *classe em si* em *classe para si* e a educação política das *classes* apresenta-se como uma das condições para a consciência política, que é adquirida e não espontânea.

O Estado de modelo neoliberal, através das políticas públicas, não possui elementos suficientes para formar a consciência política tal como ela é conceituada pela tradição marxista; até pelos próprios limites que se impõem a este. Esta é uma tarefa que cabe ao Partido Político.

O protagonismo juvenil educa politicamente, assim como várias ações e organizações que se propõem a fazê-lo; porém a educação política que estes conseguem realizar é insuficiente, como afirma Motta:

[...] uma das preocupações centrais dos partidos, cuja base teórica e ideológica se inspiram no marxismo, é com a educação política dos seus militantes e dirigentes. Essa tradição que procurou sempre encontrar um nexos que articula educação e política pode ser observada ao longo da história desses partidos. [...] A explicação para a busca deste nexos pode ser encontrada em alguns princípios marxistas fundamentais para a definição de seus programas e de suas intervenções políticas (MOTTA, 1995)

Os Partidos cuja fundamentação tenham por base a teoria marxista são instituições que historicamente têm desenvolvido uma educação política fundada nessa tradição teórica. Os que se propõem a realizar este trabalho de formação da consciência política, utilizam-se de vários instrumentos pedagógicos para efetivar a tarefa de educar e ser educado. Alguns desses instrumentos são as escolas de formação de quadros, jornais, publicações e sites. Considera-se que os que são educados por esses partidos podem estar política e pedagogicamente habilitados para formar a sua consciência política.

A educação política fundamentada na tradição marxista, apresenta-se como uma das condições necessárias que permitirão aos jovens aspirar ao processo de transformação para uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

O *Projeto Agente Jovem* pela sua organização, por sua natureza política, sua centralidade aponta para a reprodução da concepção de mundo neoliberal. Tendo o papel de contribuir na reprodução das relações de produção, que são relações de exploração e assumem uma forma específica nas formações sociais. Sendo essas relações determinadas pela propriedade dos meios de produção capitalista e indivíduos que não possuem os meios de produção e vendem sua força de trabalho aos proprietários de meios de produção.

A partir da educação política, abre-se mais uma possibilidade de compreender o complexo quadro que se apresenta hoje: uma totalidade que se rearticula com o objetivo de reprodução e acumulação do capital. Sendo que o processo de produção e reprodução realiza-se, necessariamente, em sua base econômica, produzindo e reproduzindo as relações sociais de produção, ou seja, produzindo e reproduzindo as relações que os indivíduos têm com os meios de produção. E para garantir essa reprodução, as classes dominantes também têm que reproduzir as suas idéias como sendo dominantes na sociedade, aí se coloca a importância da educação política, num entendimento marxista, que pode dar elementos para se realizar a superação das classes.

O marxismo continua fértil para a compreensão da atual organização do modo de produção capitalista: a revolução tecnológica e as conseqüências que essas mudanças trazem no campo social, político, ideológico e econômico. Sendo que a análise desse processo só pode ser entendida em seus vários aspectos com a compreensão da totalidade do fenômeno, a partir da luta de classes, que está relacionada com a mudança social e por meio dela são impulsionadas as principais transformações estruturais da sociedade, ou seja é a luta de classes que determina a história e também apresenta-se como uma das condições que contribuem para a formação da consciência política.

Reafirmando o marxismo como método de investigação atual, pois apesar do tempo Marx não foi superado, ao contrário, encontra-se atual; pois toda teoria é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ela representa não for superado.

## REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, H. W., FREITAS, M. V. e SPOSITO, M. P. (orgs.) **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMO, H. W. Considerações Sobre a Tematização Social da Juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, nº 5/6, 1997.

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Scritta, 1994.

ADORNO. T. W. Educação após Auschwitz. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia**. Tradução de Flávio R. Kothe e outros. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

ANDERY, M. A e outros. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2002.

ANTUNES, R. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora**. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1990.

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56)

BELLONI, I; MAGALHÃES H; SOUSA L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. São Paulo/SP: Cortez, 2003.

BERMAM, M. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade** (tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti) São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, A. C. e DUARTE, M. F. **Movimentos Culturais da Juventude**. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência. Ministério do Bem Estar Social, 1993.

BRASIL. **Guia de Capacitação** (versão preliminar). Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Ministério da Previdência Social.

BRASIL. **Guia para Gestores** (versão preliminar). Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Ministério da Previdência Social.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 879, de 3 de dezembro de 2001**. Estabelece normas e diretrizes do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Projeto Centro de Juventude. Diário Oficial da União. Brasília, DF, nº 64, p. 36 e 37, 4 de abril. 2002. Seção 1

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social, Legislação Suplementar**. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Ministério da Assistência Social. Brasília/DF Setembro/2003.

CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo e o Consenso de Washington**: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: **Neoliberalismo a Tragédia de Nosso Tempo**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAMPOS, M. e SOUZA, V. O Voluntarismo como forma de Protagonismo Juvenil. In: **Cadernos Juventude Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

CARMO, P. S. **Culturas da Rebeldia**: A Juventude em Questão. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARRION, E. K. M. Marx e a Crítica da Política. In: **Luz e Sombras**: ensaios de interpretação marxista. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Centro de Estudos Marxistas, 1997.

CARVALHO, G. C. A. **O Jovem nas Políticas Públicas Municipais de Florianópolis**: Descaso e Desproteção. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis S/C 2002.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador/BA: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, A. C. G. O Adolescente como Protagonista. In: **Cadernos Juventudes, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1999.

CUIABÁ. Projeto Técnico.Secretaria Municipal de Bem Estar Social. **Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. 1999.

CUIABÁ. **Relatório do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. 2004.

CUIABÁ, Prefeitura Municipal. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Cuiabá**. Volume II. Cuiabá, MT: IPDU/AS&M/Central de Texto, 2004.

DAYRELL, J. O Jovem como Sujeito Social. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo.ANPED, Autores Associados, nº 24. 2003.

ERIKSON, E. **Identidade, Juventude e Crise**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FRAGA, P.C.P.e IULIANELLI, J. A S. (orgs.) **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

FREITAS, M. V. e PAPA F. C. (org.) **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo, Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GADOTTI, M. **A Educação Contra a Educação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

GOHN, M. G. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: edições Loyola, 1997.

GOMES, J. V. **Jovens Urbanos Pobres: anotações sobre escolaridade e emprego**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo. ANPED, nº 5/6, 1997.

GRACINDO, R. V. **O Escrito, o Dito e o Feito: Educação e Partidos Políticos**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) e Sociais. In: **Caderno Cedes**. v. 21 n. 55 Campinas, 2001.

IULIANELLI, J. A S. Juventude: Construindo Processos – O Protagonismo Juvenil. In: **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

JUNIOR, A. B. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

KOSIK, K. O Mundo da Pseudoconcreticidade e a sua Destruição. In: **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Tobias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 13-64.

LEAL, E. J. M. Um Desafio para o Pesquisador: Como formular o problema de pesquisa. In: **Contrapontos Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí**, n. 5, Itajaí: Univali, 2002.

LÊNIN, V. I. **Que Fazer? Pensamento Socialista** (coleção dirigida por Florestan Fernandes). Tradução sob a responsabilidade de Roger Garaudy, por Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov. São Paulo: Hucitec, 1988.

LOPEZ, L. R. Karl Raymund Popper. Neoliberalismo, Historia e Filosofia. In: **Luz e Sombras**: ensaios de interpretação marxista. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Centro de Estudos Marxistas, 1997.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1, vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2. ed., 1971.

MARX, K. O Método da Economia Política. In: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983. P.218-226

MARX, K. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br>> acessado em 16 de jun. de 2004.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Resposta à filosofia da miséria de PROUDHON. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **O Capital**: extratos por Paul Lafargue/Karl Marx; Tradução de Abguar Bastos. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br>>. Acessado em 15 de set. de 2004.

MÁXIMO, A. C. **Os Intelectuais e a Educação das Massas**: o retrato de uma tormenta. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MELUCCI, A. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. ANPED, nº 5/6, 1997.

MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de negação e afirmação. São Paulo: Editora Ensaio.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORGADO, M. A. **A Lei Contra a Justiça: um mal estar na cultura brasileira**. Brasília: Plano Editora, 2001.

MORGADO, M. A. e MOTTA, M. F. V. Práticas Transgressivas de Jovens da classe Média. In **Revista da UNEMAT**. Cuiabá: Editora Unemat, 2003.

MOTTA, M. F. V. **Educação e Cultura Popular: roteiro histórico de um equívoco**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Carlos, 1986.

MOTTA, M. F. V. **Projeto político-pedagógico dos stalinistas brasileiros** (formação de quadros e educação política do PCB: 1950/1958). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995.

ONU. Assembléia Geral, 56ª sessão. **Implementation of the World Programme of Action for Youth 2000 and Beyond**. (mimeogr.)

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, A. T. & SPOSITO, M. P. (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, nº 5/6, 1997.

PERALVA, A. T. (1997) O Jovem como Modelo Cultural. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, nº. 5/6, 1997.

RUA, M. G. As Políticas Públicas e a Juventude nos anos 90. In: **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: **A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. In: **Psicologia e sociedade**. Ano IV nº 7, set. 1989.

SCHOR, N.; MOTA M. S. F. B. e BRANCO V. C. (orgs.) **Cadernos Juventudes, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de políticas de Saúde, 1999.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da Utopia: A militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SPOSITO, M. P. e CARRANO P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, Autores Associados n.24, 2003.

SPOSITO, M. P. (1997) Estudos sobre Juventude em Educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. ANPED, nº 5/6.

TOURAINÉ, A. **O que é a Democracia?** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WOOD, E. M. **Democracia Contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. SP: Boitempo Editorial, 2003.

Sites Consultados:

<<http://www.desenvolvimentosocial.gov.br>>. Acessado em ago. de 2004.

<<http://www.scielo.br>>. Acessado em 15 de out. de 2003.

<<http://www.vermelho.org.br>>. Acessado em 22 de jun. de 2004.

<<http://www.anesp.org.br>>. Acessado em 02 de dez. de 2003.

## **ANEXOS**

## ANEXOS

- A Questionário – Agente Jovem
- B. Entrevista – Orientador Social

## ANEXO A

**QUESTIONÁRIO****AGENTE JOVEM****Identificação****A – Dados Pessoais**

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ anos                      Sexo: M ( ) F ( )

Bairro: Pedra 90: ( ) 1º etapa ( ) 2º etapa ( ) 3º etapa

**B – Processo de Escolarização**

Serie que estudava quando participou do projeto \_\_\_\_\_ serie atual \_\_\_\_\_

Continua frequentando a escola? ( ) sim ( ) não

Escola onde estuda. \_\_\_\_\_

Como essa escola foi escolhida?

( ) próximo de casa ( ) próxima do trabalho ( ) por ser considerada boa ( ) única no bairro  
( ) escolha dos pais

Período das aulas: ( ) matutino ( ) vespertino ( ) noturno

Já reprovou: ( ) sim ( ) não. Quantas vezes? ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) + de 3

Em qual serie? ( ) 1º ( ) 2º ( ) 3º ( ) 4º ( ) 5º ( ) 6º ( ) 7º ( ) 8º ( ) 1º EM ( ) 2º EM ( ) 3º EM

Já desistiu de estudar? ( ) sim ( ) não .

Qual o motivo? ( ) trabalho ( ) por não achar interessante ( ) porque não conseguia entender as aulas ( ) porque não gostava de algum professor

Para que serve estudar? ( ) melhorar de vida ( ) conseguir um emprego ( ) ganhar mais dinheiro

( ) ter um diploma ( ) ter o respeito das pessoas

Quer continuar estudando? ( ) sim ( ) não.

Pretende cursar uma universidade? ( ) sim ( ) não.

Qual? \_\_\_\_\_ ( ) não sabe ainda

**C – Caracterização Familiar**

Tem pai e mãe vivos?  sim  não  só pai  só mãe

Seus pais vivem juntos?  sim  não

Mora com:  pais  mãe  pai  avós  esposo (a)

Casa:  própria  alugada  cedida

Renda familiar:  1 a 3 salários mínimos  4 a 6  7 a 10  + de 10

Trabalho: mãe \_\_\_\_\_ pai \_\_\_\_\_

Escolaridade: mãe \_\_\_\_\_ pai \_\_\_\_\_

Tem irmãos?  sim  não. Quantos? \_\_\_\_\_ Qual a idade? \_\_\_\_\_

Seus pais participam de algum movimento na comunidade?  sim  não.

Qual?  associação de moradores  igreja  clube de mães  grupo da terceira idade  
 conselho da escola  não sabe

**D – Vida social**

Qual o seu Lazer:  futebol  baile  televisão  praça  clube  namoro  não tem

Você trabalha?  Sim  Não.

Faz bico?  sim  não.

Ajuda nas tarefas em casa?  sim  não

Tem interesse por leitura?  sim  não.

Que tipo de leitura?  romance  aventura  comedia  historia  didáticos  revista  
 jornais  gibis

Marque em ordem crescente(1,2,3,) pela intensidade qual programa de televisão mais assiste?  
 novela  telejornal  filme  auditório  policial  comedia  musical

O que mais lhe chama a atenção no programa? \_\_\_\_\_

Já cometeu algum delito?  sim  não  não respondeu

Qual?  furto  roubo  brigas  tráfico  prostituição  vandalismo

Participa de algum grupo de jovens?  sim  não. Qual \_\_\_\_\_

Possui título de eleitor?  sim  não

Quantos anos tinha quando tirou o título de eleitor?  16  17  18  19  20

Você votou nas eleições de? 2002:  sim  não - 2004:  sim  não

Lembra-se em quem votou nas últimas eleições?

2002:  Blairo Maggi  Antero de Barros  Alexandre César  nulo  branco  não lembra.

2004:  Wilson Santos  Sergio Ricardo  Alexandre César  Totó Parente  Manoel Olegário  Josué Neves  Edesio Cardoso  Carlão  nulo  branco  não lembra.

Como foi essa escolha?  boca de urna  indicação de alguém  propaganda eleitoral  programa de governo  escolha pessoal

Sabe qual partido pertence o candidato escolhido por você?  PSDB  PPS  PT  PMDB  PT do B  PRONA  PSTU

Conhece algum movimento organizado (sindicato, igrejas, associações, etc.?  sim  não

Participa de algum grupo organizado em sua comunidade?  sim  não. Qual \_\_\_\_\_

Tem interesse de militar em algum partido?  sim  não. Qual?  PFL  PPS  PMDB  PT  PDT  PSDB  PC do B  PP  PL  PRONA  PSTU  PV  PTB

Gostaria de participar de uma entrevista sobre o Projeto Agente Jovem?

sim  não  não sabe  não respondeu

Autorizaria a publicação de seu nome na pesquisa?

sim  não  não sabe  não respondeu

**ANEXO B**

**ENTREVISTA**  
**ORIENTADORES SOCIAIS**

***Identificação***

A – Dados Pessoais

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_ anos Sexo ( ) M ( ) F

Estado Civil ( ) solteiro ( ) casado ( ) separado

Tem Filhos? ( ) sim ( ) não

Escolaridade \_\_\_\_\_ Estagiário no projeto ( ) sim ( ) não

Ensino fundamental e médio que tipo de instituição: ( ) pública ( ) privada

Renda Familiar ( ) 1 a 5 salários mínimos ( ) 6 a 10 ( ) acima de 10

Bairro onde reside \_\_\_\_\_

A que distancia de onde funcionava o projeto fica o bairro onde você reside? \_\_\_\_\_ -

Possue outro emprego? ( ) sim ( ) não. Qual? \_\_\_\_\_

Participa de algum movimento social? ( ) sim ( ) não. Qual? \_\_\_\_\_

***Atuação no Projeto***

Como entrou no projeto?

O que o motivou a participar do projeto?

Quanto tempo atuou? \_\_\_\_\_

Como era realizado o planejamento do projeto? \_\_\_\_\_

Como era realizado o relatório do projeto? \_\_\_\_\_

Como você avalia a atuação dos coordenadores (gestores) do programa? \_\_\_\_\_

De que maneira foi feita a escolha dos temas (carimbo) \_\_\_\_\_

Quando e como acontecia a interlocução com a família?

Quando e como acontecia a interlocução com a escola? \_\_\_\_\_

Como você avalia o local onde acontecia o projeto? \_\_\_\_\_

O material (manual de capacitação) do projeto era adequado à realidade social onde o projeto se desenvolvia? \_\_\_\_\_

Havia material pedagógico de apoio para o desenvolvimento do projeto? \_\_\_\_\_

Você considera que os objetivos/intenções do projeto ficaram claros para os jovens?

Na sua opinião, estes foram alcançados? \_\_\_\_\_

O curso de preparação que foi ministrado foi suficiente para sua atuação no projeto? \_\_\_\_\_

Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto? \_\_\_\_\_

O jovem que participava do projeto atendia aos critérios estabelecidos pela SEAS? \_\_\_\_\_

Qual a maior ocorrência de ingresso do jovem no projeto, por seleção ou indicação? \_\_\_\_\_

Como foi realizada a seleção para a participação dos jovens? \_\_\_\_\_

Na sua opinião, o que motivava a participação do jovem no projeto? \_\_\_\_\_

Como se dava a atuação na comunidade? \_\_\_\_\_

Como você percebia que a comunidade recebia os jovens? \_\_\_\_\_

Como você percebe a atitude, o comportamento dos jovens? \_\_\_\_

O jovem comentava sobre a utilização da bolsa recebida? \_\_\_\_\_

Na sua opinião da forma como o jovem utilizava a bolsa recebida, era bem empregada?

Como você avalia a atuação dos capacitadores? \_\_\_\_\_

Como era a relação capacitadores/jovens? E dos jovens e capacitadores?

A família se interessava/participava do desenvolvimento do jovem no projeto?

Você considera que a participação no projeto tornou o jovem protagonista?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)